

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL**

MESTRADO

MICHELLE SANTOS ROCHA

**OS IMPACTOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO
AMARO –MA ANTES E DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DA
RODOVIA MA-320: uma análise sob a percepção dos atores sociais**

São Luís

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL-PPDSR

MICHELLE SANTOS ROCHA

OS IMPACTOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO –MA
ANTES E DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DA RODOVIA MA-320: uma análise sob a
percepção dos atores sociais

São Luís-MA

2022

MICHELLE SANTOS ROCHA

**OS IMPACTOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO –MA
ANTES E DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DA RODOVIA MA-320: uma análise sob a
percepção dos atores sociais**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre, sob orientação do Professor Doutor Itaan de Jesus Pastor Santos.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Diversidade

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento

São Luís-MA

2022

MICHELLE SANTOS ROCHA

**OS IMPACTOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO –MA
ANTES E DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DA RODOVIA MA-320: uma análise sob a
percepção dos atores sociais**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre, sob orientação do Professor Doutor Itaan de Jesus Pastor Santos.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr^o, Itaan de Jesus Pastor Santos
PPDSR – UEMA (orientador)

Prof^o Dr^o, Silvio José de Lima Figueredo
NAEA-UFPA

Prof^o Dr^o, José Sampaio Mattos Júnior
PPDSR - UEMA

Rocha, Michelle Santos.

Os impactos do turismo no município de Santo Amaro - MA antes e depois da construção da rodovia MA-320: uma análise sob a percepção dos atores sociais / Michelle Santos Rocha. – São Luís, 2022.

187 f

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos.

DEDICATÓRIA

**Dedico este trabalho a minha filha, Sophia Santos Rocha.
Para ela e por ela, com amor e para sempre!
A sua existência é o reflexo mais perfeito da existência de Deus!
Amo-te imensuravelmente!**

AGRADECIMENTOS

Como turismóloga, posso comparar este trabalho de mestrado a uma longa viagem a estudo que realizei nesses últimos anos, que inclui desde a minha preparação para o seletivo desta pós graduação até este momento de conclusão do curso. Foi uma rota permeada por desafios e conquistas, tristezas e alegrias, aflições e descobertas, incertezas e amadurecimentos e muitos outros percalços e emoções pelo trajeto, mas que apesar de ser um processo solitário que se destina a qualquer pesquisador, aglomera a contribuição de várias pessoas, indispensáveis para encontrar o melhor percurso em cada momento percorrido. Trilhar esta viagem só foi possível com o apoio, energia e força destas pessoas, sendo impossível citar todos os nomes, mas a quem minha gratidão é profunda pela participação delas em meu projeto de vida.

Agradeço primeiramente à Deus, por me abençoar, guiar, dar fé e força para enfrentar todos os obstáculos sem desistir. Por colocar pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta! Obrigada meu Pai Celestial e a minha Mãe Celestial, por tudo de bom que tenho e que sou! Sem essa força divina, nenhuma conquista seria possível.

Aos meus pais, Raimundo Pedro Silva dos Santos e Débora Soares Correia dos Santos, meu infinito agradecimento. Eles vibraram comigo desde a aprovação suada e tão feliz do primeiro lugar no seletivo até esse momento final e exaustivo, acreditando em minha capacidade, estimulando-me sempre a ser forte e a dar o melhor de mim. Obrigada pelo amor incondicional!

À pequena “grande” Sophia Santos Rocha, minha querida filha, que amo incondicionalmente e que me inspira a querer ser mais do que fui até hoje, ela é o meu melhor projeto realizado, minha demonstração de amor! Espero doravante compensá-la das horas de atenção e brincadeira que lhe devo!

À minha Didica, Raimunda Costa Ferreira, minha mãe do coração, por ser tão importante e especial na minha vida. Sempre ao meu lado, me pondo para cima e me fazendo acreditar que posso mais que imagino. Devido ao seu amor e apoio, este trabalho pôde ser concretizado. Obrigada por ter feito do meu sonho, o nosso sonho!

Ao meu orientador, Professor Doutor Itaan de Jesus Pastor Santos, agradeço por sua orientação que contribuiu para a concretização desta pesquisa e obtenção do meu título de mestre. Obrigada também por ter me dado a oportunidade de coordenar projetos

de extensão de turismo de base comunitária- TBC através do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento- LABEX, ampliando meus conhecimentos, me fazendo contribuir para o aprimoramento desta atividade nas zonas rurais e somando com os objetivos do LABEX. Estendo esse agradecimento a toda a família do LABEX, do Consórcio Público Intermunicipal Norte e Leste Maranhense - CONLESTE e do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da região dos Lençóis Maranhenses/Munim - CODETER.

Também sou agradecida aos ilustres examinadores da minha banca de qualificação e defesa, o professor Doutor Silvio José de Lima Figueiredo, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará - NAEA e o professor Doutor José Sampaio de Mattos Júnior, Vice Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão - PPDSR, pelos pertinentes apontamentos que engrandeceram esse estudo.

Em nome da coordenadora do PPDSR, a minha querida professora e “amiga-mãe”, a Doutora Zulene Muniz Barbosa, agradeço a todos os professores dessa pós-graduação, não somente pelos ricos ensinamentos, mas também pelo carinho e amizade com o qual me acolheram no programa. Tenho orgulho de fazer parte do PPDSR! Muito grata!

Agradeço a secretária do PPDSR, Elizete, que sempre esteve à disposição para ajudar os alunos e em especial, pela agradável amizade que cativamos entre nós duas. Obrigada, minha querida!

Ao meu amigo Daniel Araújo, pela ajuda voluntária na pesquisa de campo. Sua companhia e esforço para realizar comigo as entrevistas de campo foram essenciais para o desenvolvimento desta etapa. Muito obrigada!

A todos os meus amigos do mestrado, pelos momentos divididos juntos, representados por Plhíno Vinícius, Monteles Jr, Gladson Aldeny e Luciana Freitas, mas especialmente à Regina Moraes e à Rebecca Filgueiras, que se tornaram verdadeiras amigas fazendo com que meu trabalho ficasse mais leve. Aos poucos nos tornamos mais que amigas, praticamente irmãs! Obrigada por dividirem comigo as angústias e alegrias e ouvirem minhas bobagens, bem como pela leitura crítica e atenta das versões preliminares desta dissertação, contribuindo para o seu aperfeiçoamento, estou também especialmente grata. É incrível poder contar com vocês!

Ao Professor Doutor Josenildo de Jesus Pereira, pela amizade, alegria, carinho e preocupação que sempre teve comigo desde a época da faculdade, só fortalecendo mais nessa fase da dissertação. Tenho sua família como minha! Muito obrigada!

Aos meus amados amigos de sempre, minhas comadres do meu coração, Julieta Leite, Caroline Pagnan e Jucilene Santos; a minha afilhada Letícia Dias, seu esposo Ricardo Dias e minha linda e feliz sobrinha Marina Dias; aos amigos Simão Filho, Genilde Santos, Júnior Tavares, Emanuelle Bani, Vanessa Pinheiro, Luciano Souza, Celina Teles, Conceição Ferreira, Élide Karina, Cláudia Rocha, Wilson Cantanhede, José Almeida, Roberta Sousa, Márcia Helena, Maria Tecla, Davi Mendes, Márcio Santos, Nilson Araújo, Rogério Araújo, Thamires de Lima, Elgonzales Almeida, Eno Cabessa, Silvia Gaspar, Wanda Ramos, Briza Lobato e Keylla Penha, por só quererem o meu bem e me valorizarem tanto como pessoa. Obrigada pela amizade!

Aos meus gatinhos de estimação, Ray e Eva, por todo o chamego dado que ajudou a aliviar as tensas dores lombares que o processo da escrita da dissertação me proporcionou! Eles merecem minha gratidão, é um amor gostoso que contribui nessa luta.

Aos meus amigos do Crossfit My Box São Luís, em nome dos amigos Roc Costa e Renata Sales, pela imensa alegria, determinação e bem que me fizeram durante este caminho. Muito obrigada!

Não poderia deixar de agradecer a todos da família do Laboratório de Estudos Genômicos e de Histocompatibilidade do Hospital Universitário Materno Infantil - LEGH- HMI, em nome dos chefes Karina Fook e Fernando Patrício, pela compreensão e flexibilidade. Entretanto, um agradecimento em destaque, a Roxana Veras, Cláudia Maracaípe e Sulayne Araújo, pelo apoio, amizade, risadas e pela total disponibilidade e encorajamento naqueles momentos cruciais desta difícil jornada que ajudou a tornar este trabalho uma válida e agradável experiência de aprendizagem. Estou grata pela nossa amizade!

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –ICMBio de Barreinhas-MA, em nome do Adriano Damato, Yuri Amaral e João Santos, por ter se prontificado a ser parceiro deste trabalho, dando um suporte informativo e logístico para a aplicação da pesquisa de campo, minha gratidão a todos que estiveram comigo nesse processo.

A todos da Secretaria do Estado de Turismo - SETUR-MA, em nome do secretário Catulé Júnior e dos turismólogos Fernando Pãozinho, Antônio Castro e Wanda

Bittencourt, pelas conversas, parcerias e experiências trocadas que somaram para a realização deste trabalho.

A Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, por contribuir com a construção deste estudo fornecendo importantes informações.

A professora Doutora Mônica Araújo, ao professor Doutor Benedito Souza Filho, a professora Doutora Carmem Ramos, ao professor Doutor Magno Vasconcelos Júnior e a professora Mestra Luciana Castro, pela experiência e conhecimento adquirido com vocês que me serviram de inspiração para o desenvolvimento de trabalhos de TBC, de artigos e desta dissertação. Muito obrigada!

A todos os meus queridos alunos do projeto de TBC “ROTA DAS AREIAS”, em Santo Amaro-MA e “ROTA GUAXENDUBA”, em Icatu-MA, no qual eu aprendi com eles muito mais do que ensinei, uma troca rica e grandiosa. Meus orgulhosos agradecimentos!

A secretaria Municipal de Turismo de Santo Amaro, em nome do ex secretário Jorge Augusto, por todo o apoio fornecido nessa jornada!

A todos os atores sociais (governo, mercado e sociedade civil) de Santo Amaro que entrevistei. Foram tantas pessoas que fica inviável listar todas, mas menciono o Tio Juca (in memoriam) para representá-las e receber minha sincera gratidão, um senhor de 94 anos na época, que cedeu sua entrevista de forma lúcida, detalhada, enriquecedora e carismática.

Enfim, a todos os santo amarenses e demais pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente para que eu pudesse realizar este sonho que era a minha DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. Proporcionaram-me muito mais que a busca de conhecimento técnico e científico, mas uma LIÇÃO DE VIDA E AMIZADES!

*“Santo Amaro – ah Santo Amaro!!
Quem te viu!! Hoje quem te vê
Fui embora e hoje venho
Para a tua história escrever”*

(Josefa de Oliveira – Santoca)

*“A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a
coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas
como estão; a coragem, a mudá-las”.*

(Santo Agostinho)

RESUMO

Este estudo analisa os impactos do turismo no município de Santo Amaro MA antes e depois da Rodovia MA 320 sob a percepção dos seus atores sociais, refletindo sobre as principais implicações no desenvolvimento local. Está fundamentada no método Materialismo Histórico-dialético, pois analisa as contradições do objeto estudado. Contextualiza as dinâmicas do turismo com sua história, tipologia e sustentabilidade, a partir dos diversos impactos que são atribuídos a essa atividade nas esferas econômicas, socioculturais e ambientais. Indica também uma compreensão dos processos por meio da percepção dos atores sociais do governo, mercado e da sociedade civil sobre a realidade desta região, considerando o papel desenvolvido por cada um deles na organização do turismo. Desse modo, caracteriza o referido município falando um pouco sobre a Unidade de Conservação e com informações gerais da sua história, economia, heranças e tradição, enfatizando as relações turísticas. Em seguida, profere sobre o turismo de base comunitária que já ocorria de forma espontânea e sobre o que está sendo implantado atualmente em contraposição ao turismo de massa ocasionado após a inauguração da estrada. Destaca-se também dois projetos que visam a instalação de grandes empreendimentos turísticos no município com a facilidade do acesso que a estrada MA-320 proporciona. Sob este prisma, a discussão é centralizada nos impactos positivos e negativos do turismo na percepção e avaliação desses atores envolvidos.

Palavras chaves: 1. Impactos do Turismo; 2. Atores Sociais; 3. Santo Amaro-MA; 4. Rodovia MA 320; 5. Turismo de Base Comunitária; 6. Turismo de Massa.

ABSTRACT

This study analyzes the impacts of tourism in the municipality of Santo Amaro MA before and after Highway MA 320 from the perception of its social actors, reflecting on the main implications for local development. It is based on the Dialectical Historical Materialism method, as it analyzes the contradictions of the object studied. It contextualizes the dynamics of tourism with its history, typology and sustainability, based on the various impacts that are attributed to this activity in the economic, sociocultural and environmental spheres. It also indicates an understanding of the processes through the perception of the social actors of government, market and civil society about the reality of this region, considering the role played by each of them in the organization of tourism. In this way, it characterizes the aforementioned municipality by talking a little about the Conservation Unit and with general information about its history, economy, heritage and tradition, emphasizing tourist relations. Then, he talks about community-based tourism that already occurred spontaneously and about what is currently being implemented in contrast to mass tourism caused after the opening of the road. There are also two projects that aim to install large tourist enterprises in the municipality with the ease of access provided by the MA-320 road. In this light, the discussion is centered on the positive and negative impacts of tourism on the perception and evaluation of these actors involved.

Keywords: 1. Impacts of Tourism; 2. Social Actors; 3. Santo Amaro-MA; 4. Highway MA 320; 5. Community-Based Tourism; 6. Mass Tourism.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE SANTO AMARO NO MARANHÃO	57
FIGURA 2	ESTRADA DE AREIA PARA SANTO AMARO ANTES DA RODOVIA MA 320	65
FIGURA 3	OBSTÁCULOS NA ESTRADA DE SANTO AMARO ANTES DA RODOVIA MA 320	66
FIGURA 4	MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA RODOVIA MA 320 EM SANTO AMARO-MA	71
FIGURA 5	RODOVIA MA 320	73
FIGURA 6	COMUNIDADE QUEIMADA DOS BRITOS	83
FIGURA 7	COMUNIDADE DE BETÂNIA	85
FIGURA 8	TURISMO EM SANTO AMARO APÓS A RODOVIA MA 320	87
FIGURA 9	ALGUNS REGISTROS DA PESQUISA DE CAMPO ENTRE 2019 A 2021	122
TABELA 1	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	53
TABELA 2	EMPRESAS DE TURISMO CADASTRADAS OFICIALMENTE EM 2015 A 2020 EM SANTO AMARO – MA	75
TABELA 3	ROTAS TURÍSTICAS OFICIAIS DE SANTO AMARO DO MARANHÃO	78
TABELA 4	RESUMO GERAL DOS IMPACTOS DO TURISMO SOB A PERCEPÇÃO DOS SEUS ATORES SOCIAIS	121

LISTA DE SIGLAS

CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo de Santo Amaro
CONLESTE	Consórcio Público Intermunicipal das Mesorregiões Norte e Leste Maranhense
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
COVID-19	Coronavírus SARS-CoV-2
DTUH	Departamento de Turismo e Hotelaria
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
FINAM	Fundo de Investimento da Amazônia
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FISSET	Fundo de Investimentos Setoriais
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
GERUR	Grupo de Estudos Rurais e Urbanos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JUCEMA	Junta Comercial do Estado do Maranhão
LABEX	Núcleo de Extensão e Desenvolvimento
LGT	Lei Geral do Turismo
MTUR	Ministério do Turismo

NET	Nova Era do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A
PLANO MAIOR	Plano de Desenvolvimento Estratégico Turístico do Estado do Maranhão
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PLS	Projeto de Lei do Senado
PNLM	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPDSR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sócio Espacial
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SECTUR-MA	Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão
SEMTUR-SA	Secretaria Municipal de Turismo de Santo Amaro
SETUR-MA	Secretaria do Estado de Turismo do Maranhão
SNUC	Sistema Nacional das Unidades de Conservação
TBC	Turismo de Base Comunitária
UC	Unidade de Conservação
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
WTTC	World Travel & Tourism Council

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	17
2.	A DINÂMICA DO TURISMO	25
2.1	Contexto histórico e tipologia	25
2.1.1	Impactos do turismo nas esferas econômica, sociocultural e ambiental	35
2.2	Os atores sociais na cadeia do turismo	42
2.2.1	Conhecendo os atores sociais e o papel de cada um no turismo	43
3.	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA	49
3.1	Unidades de Conservação	49
3.2	Informações gerais sobre Santo Amaro do Maranhão	55
3.2.1	História de Santo Amaro	57
3.3	Santo Amaro do Maranhão e sua relação com o turismo antes da rodovia MA-320	62
3.4	A dinamização do turismo após a estrada MA-320	71
3.4.1	O turismo de base comunitária: um modelo de turismo vocacional em Santo Amaro sendo invadido pelo turismo de massa	80
3.4.2	A pressão dos grandes projetos sobre as comunidades: Projeto de Lei do Senado nº 465/ 2018 e a Concessão de Serviços de Uso Público	92
4.	ANÁLISES DOS IMPACTOS DO TURISMO A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS	98
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
	APÊNDICES	138
	ANEXOS	174

1) INTRODUÇÃO

Santo Amaro do Maranhão está inserido dentro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), criado em junho de 1981 pelo Decreto Lei 86.060 (IBGE, 2017). Sem nenhuma pretensão de estimular propagandas publicitárias, mas as expressões utilizadas para caracterizar o objeto de estudo é sempre uma referência comparativa à altura da beleza do local, o que justifica considerar Santo Amaro um verdadeiro “santuário ecológico” com um deserto de dunas de areias brancas, inúmeras lagoas cristalinas e rios que vão desenhando um “exótico” cenário atraindo o deslumbramento do mundo inteiro. Parte do município se encontra na área de amortecimento do Parque e abriga muitas famílias que moram no interior e no entorno dessa Unidade de Conservação (UN), mantendo uma relação histórica e cultural com esse lugar. A economia que predominava era de subsistência e ao longo da sua existência, o turismo vai surgindo em Santo Amaro como uma atividade nova e esperançosa para combater a pobreza local (IMESC, 2020).

Diante disso, ações estratégicas relevantes foram executadas para organizar o turismo no município. O grande impulso para fortalecer o turismo no PNLM ocorreu na primeira década de 2000, sendo marcado pelo Plano Maior do Estado do Maranhão e o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. O segundo Plano Estratégico de Turismo foi o Plano Maior 2020, elaborado entre 2009 e 2012 e buscou um desenvolvimento mais integrado dos 10 pólos turísticos existentes no estado (MARANHÃO, 2012). Nesse período, o Pólo dos Lençóis Maranhenses se tornou prioritário em função da sua rica potencialidade turística, detentor de um dos mais raros fenômenos geológicos do mundo e principal atrativo do Maranhão, mobilizando os principais fluxos de brasileiros e estrangeiros para o estado.

Dois anos após, o Pólo dos Lençóis Maranhenses conquista seu próprio plano de desenvolvimento turístico específico. Com ações alinhadas ao Plano Maior, o Plano de Ações Estratégicas Pólo Lençóis Maranhenses faz parte do Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado do Maranhão, que tem como período de vigência os anos de 2014 a 2022 (SECTUR MA, 2014). Nessa ocasião, Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão obtiveram planos específicos sinalizados para o desenvolvimento turístico e têm sido objetos de estudos recentes sobre potencialidades e novas possibilidades de atratividade.

A principal porta de entrada para o PNLN até 2017 era realizado pelo município de Barreirinhas através da BR 402. Em decorrência deste acesso, Barreirinhas possui maior infraestrutura turística e urbana. Entretanto, o turismo neste município acabou deixando a população local às margens da atividade. Ramos (2012, p.11) explica que o turismo no município de Barreirinhas foi marcado profundamente por um novo sentido ao local, “as comunidades entraram nesse mundo de forma forçada e impactada pela crescente especulação imobiliária e pela invasão dos turistas, com seus modos de vida peculiares”. Todos os municípios da região, de alguma forma, vivenciaram os reflexos de sua inserção no roteiro turístico nacional.

Já em Santo Amaro, o fluxo de turismo aconteceu de forma mais branda devido ao difícil acesso para se chegar na sede. Diante dos relatos de Araújo, Sousa e Feitosa (2011, p.9), “o acesso ao município de Santo Amaro do Maranhão exigia a superação de desafios, percorrendo-se uma estrada não pavimentada com 38 km de extensão onde só passavam carros tracionados”. Entretanto, ainda nos estudos de Araújo, Sousa e Feitosa, é importante ressaltar que quem operava os poucos serviços turísticos eram os próprios moradores, caracterizando uma vocação para turismo comunitário. Em junho de 2018, o governo do Estado inaugurou a rodovia MA 320, no trecho do povoado Sangue até a sede do município de Santo Amaro. Hoje, o acesso de São Luís até Santo Amaro do Maranhão é feito pela BR 135 (de São Luís a Bacabeira), depois pela BR 402 (de Bacabeira até o povoado Pedras) e por fim pela MA 320 até as proximidades da cidade, num total de 3 horas da capital até Santo Amaro. De acordo com a entrevista realizada em 2019 com a Secretaria Municipal de Turismo local – SEMTUR de Santo Amaro, o fluxo de turistas nessa região, após a esta nova estrada aumenta em média de 800 a 900 pessoas visitando o município de Santo Amaro por dia, principalmente nos feriados, fins de semana e férias. Aproximadamente 70% a mais de visitantes comparando esse movimento nesse mesmo período em 2017.

Com esse novo fluxo de turistas, o turismo de massa, “padroniza os destinos a fim de cativar mais pessoas, receber mais visitantes e obter mais lucro, fazendo da atividade uma mercadoria dependente das leis de mercado” (URRY, 1996 apud ARAUJO e CARVALHO, 2013, p. 2). Dessa forma, este tipo de turismo vai se apropriando do destino, deixando de ser qualitativo para ser quantitativo, pois os atrativos começam a ser explorados sem limite e sem respeito podendo levar a um esgotamento irremediável e conseqüentemente a uma repulsa da demanda, logo, de investimentos. “Essa é uma

perspectiva preocupante uma vez que um grande número de destinações tem parte significativa de sua economia dependente do turismo e, por conseguinte, dependem da manutenção de um meio ambiente bem conservado” (ARAÚJO e CARVALHO, 2013, p.3).

A rodovia MA 320 foi promovida no discurso de impulsionar o turismo para gerar desenvolvimento econômico, emprego e renda, preservação ambiental, melhoria e qualidade de vida, desenvolvimento regional e da infraestrutura (MARANHÃO, 2018). Todavia, considerar o turismo como uma atividade plenamente sustentável é apenas distanciar esses impactos positivos da verdadeira complexidade de uma atividade econômica que norteia uma dinâmica que consome paisagens naturais e a história de uma localidade. O turismo pode produzir múltiplos impactos nas esferas econômicas, sociais, culturais e ambientais podendo trazer benefícios e prejuízos (AGNOL, 2012).

Sendo assim, a grande inquietação é que a estrada favorecesse uma expansão dos empreendimentos turísticos para a área do município acompanhando o ritmo do turismo apropriado em Barreirinhas, podendo ocasionar mudança na cultura local, especulação imobiliária, exclusão social da população local, bem como na degradação ambiental. O turismo de Barreirinhas para os santo amarenses era visto como uma possibilidade real para a sua localidade, mas não desejável, por ser considerado muito veloz, degradador e excludente. Neste sentido, o fácil acesso após a implantação da estrada MA 320 proporciona muitos impactos no turismo, tanto positivos como negativos.

Diante disso, este estudo buscou responder três perguntas:

- Quais as mudanças promovidas pelas atividades turísticas em Santo Amaro-MA antes e depois da estrada MA 320?
- Qual a dinâmica e as perspectivas do turismo no município de Santo Amaro?
- Qual a percepção dos atores sociais (governo, mercado e sociedade) com o turismo em Santo Amaro- MA?

Para responder a essas questões centrais estabeleceu-se como objetivo principal:

- Analisar os impactos do turismo no município de Santo Amaro-MA antes e depois da construção da estrada MA-320 sob a percepção dos seus atores sociais.

Dessa forma, originaram-se os objetivos específicos para alcançar o propósito principal da dissertação:

- Identificar os principais impactos causados pelo turismo desenvolvido em Santo Amaro sob a percepção dos atores;
- Avaliar a percepção de cada ator social na dinâmica do turismo em relação ao seu próprio papel no processo de construção dessa atividade;
- Prospectar qual o futuro do município visto pelos atores diante dos impactos do turismo.

A grande relevância desta dissertação foi produzir um conhecimento sobre impactos do turismo levando em consideração a percepção dos atores sociais da cadeia turística, o que não é muito comum observar nos estudos sobre turismo. Afinal, todos os atores sofrem as consequências dos impactos e têm uma importância fundamental nas relações sociais e políticas para a construção do turismo em determinado destino.

O método adotado neste trabalho foi o Materialismo Histórico e Dialético, pois permitiu analisar as contradições, fatos históricos da sociedade e a materialidade dos objetos apropriados pelo homem, visando alcançar a transformações significativas em seu meio, respondendo os objetivos norteadores da pesquisa. A expressão materialismo se refere à condição material de existência humana, o histórico à compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e o dialético ao movimento da contradição produzida na própria história.

No ponto de vista de Marx (2008), a dialética é uma ferramenta utilizada para compreender os fenômenos históricos a partir de uma análise que leva em consideração o movimento natural da história contradizendo com os conceitos estáticos e definitivos dos fenômenos sociais. É uma questão de interação entre o que aconteceu em determinada temporalidade e suas implicações na vida social cotidiana. Em se tratando do tema do turismo é fundamental observá-lo como objeto material de estudo, apesar das sensações abstratas que ele frutifica nos seres humanos. Por deter dessa materialidade, partindo da realidade humana e social, o conhecimento é construído através das contradições de interesses envolvidos na dinamização da atividade turística, sejam eles coletivos e particulares, públicos ou privados.

Atualmente, vida social provoca uma exploração sem controle do turismo com características que seguem sua trajetória desde as Revoluções Industriais até a consolidação do sistema capitalista. Desse modo, o turismo está envolvido com a produção da vida social e todos os seus significados exigem uma fundamentação epistemológica para compreender as contradições ocorrentes das atividades turísticas.

Diante das proposições levantadas acerca do estudo, evidencia-se a necessidade de relacionar a abordagem marxista com o objeto, pois o método mostra que a realidade é constante e dinâmica e é necessário confrontar observações contrárias para se alcançar um novo conhecimento. E o turismo por ser uma atividade em movimento que se transforma a cada momento, vão surgindo novas necessidades em função do sistema capitalista gerando muitas contradições. Um exemplo bem comum dessa situação é o tema turismo sustentável, quanto mais se discute, mais se observa o aumento dos impactos causados pela crescente demanda.

A abordagem marxista como método científico em turismo pode investigar, profundamente, os conflitos de interesses entre comunidades locais x turistas, setor público x setor privado, sustentabilidade x desenvolvimento, preservação x apropriação, entre outras infinitas possibilidades que podem ser enxergadas na produção plena da atividade. O aprofundamento da discussão dialética de ideais contraditórios no turismo só tem a enriquecer a atividade, que, historicamente, é fruto do contexto revolucionário capitalista da humanidade (JUNQUEIRA, 2018, p.131).

Nessa perspectiva, analisar os impactos do turismo no município de Santo Amaro comparando a dinâmica da atividade antes e depois da implantação da estrada MA 320, é desvendar as múltiplas determinações que constituem o concreto real, articuladas com as três categorias: totalidade, contradição e mediação. Baseado nos estudos de Marx, José Paulo Netto (2009) pontua que para operar esta reprodução, ele tratou de ser fiel ao objeto: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. Este não pode analisar apenas com o seu conhecimento e experiência, e sim também buscar entender a realidade em constante movimento e transformação, enquanto uma totalidade e a partir de suas contradições.

Nesse sentido, o método materialismo histórico dialético aproxima da dinâmica e suas contradições existentes, por esta razão, o presente método subsidia para compreender e analisar as dinâmicas existentes em Santo Amaro e seus desdobramentos no turismo frente à implantação da estrada MA 320.

Desse modo, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro composto por esta introdução. Os capítulos 2 e 3 foram elaborados através de pesquisa documental e bibliográfica que auxiliaram na elaboração de um quadro conceitual orientando o estudo em função dos seus objetivos. Também foram feitas pesquisas na Secretaria Municipal de Turismo de Santo Amaro - SEMTUR e na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA, com o fim de levantar dados relativos à relação de empreendimentos turísticos antes e depois da estrada MA 320 analisando com outras

fontes enriquecendo o estudo. E algumas informações coletadas durante as entrevistas da pesquisa de campo também conduziram o conhecimento produzido nestes capítulos.

No segundo capítulo “A DINÂMICA DO TURISMO”, o turismo é abordado quanto ao seu histórico, tipologia, sustentabilidade, fundamentando suas vertentes e explana sobre os diversos impactos que são atribuídos a essa atividade nas esferas econômicas, sócio culturais e ambientais. Também traça uma compreensão dos processos da interpretação da realidade local com o incremento do turismo a partir da percepção dos atores sociais envolvidos, identificando os atores, o papel de cada um e versando sobre a organização do Turismo realizada por eles.

O terceiro capítulo “CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA”, apresenta uma abordagem sobre as Unidades de Conservação e informações gerais sobre o município de Santo Amaro –MA, incluindo, como localização e acesso, aspectos demográficos, fisiográficos e de territórios, climáticos e econômicos. Faz um estudo aprofundado sobre a história do município que permite compreender o seu povoamento e a sua dinâmica econômica, sócio cultural e ambiental, de modo a perceber que a natureza é uma herança bem expressiva de história e tradição do povo santo amarense. Consta ainda a relação do município com o turismo desde o seu início até a inauguração da estrada MA 320. E em seguida, contextualiza com a nova dinâmica do turismo ocorrida após a estrada MA 320. Profere sobre o Turismo de Base Comunitária que já ocorria de forma espontânea e sobre o que está sendo implantada atualmente em contraposição ao turismo de massa ocorrido após a inauguração da estrada, transportando à uma reflexão da nova dinâmica do turismo sobre a população local envolvida. E por último, fala sobre dois projetos que visam a instalação de grandes empreendimentos turísticos no município com a facilidade de acesso que a estrada MA 320 proporciona. O Projeto de Lei do Senado 465/2018 que planeia alterar os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, ampliando e excluindo áreas para promover o desenvolvimento do turismo (turismo de massa) na região e a Concessão de Serviços de Uso Público no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses que trata de um novo ordenamento de visitação e recreação no parque que será viabilizado por investimentos privados. Visto isso, faz uma compreensão sobre qual o panorama das comunidades envolvidas nestes projetos alicerçado na problemática de como realmente é a percepção destes atores frente a estas questões.

O capítulo 4 “ANÁLISES DOS IMPACTOS DO TURISMO A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS” analisa os resultados do estudo de campo da dissertação. Faz uma compreensão de como os atores percebem a dinâmica do turismo dentro do município de Santo Amaro do Maranhão relacionando os impactos positivos e negativos gerados pelo turismo antes e depois da rodovia MA 320. Avalia as ocorrências e os entraves para a consecução dos impactos identificados, o papel que os atores acreditam exercer na construção do turismo e a expectativa que cada um tem sobre o futuro do turismo na região.

A pesquisa de campo deste estudo foi realizada em 2019, 2020 e 2021. Foi conduzida por entrevistas com roteiros de pesquisa semiestruturados, compostas por perguntas abertas, que deu a possibilidade de abrir questões ao longo da coleta de informações. Foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas. O alvo da aplicação das entrevistas foram os atores sociais do desenvolvimento do turismo na região, dividido em três esferas: governo, mercado e sociedade civil.

Os atores do governo investigados nesta dissertação foram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão –DTUH-UFMA, Secretaria do Estado de Turismo do Maranhão - SETUR-MA, Núcleo de Extensão e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Maranhão -LABEX-UEMA, Consórcio Público Intermunicipal das Mesorregiões Norte e Leste Maranhense - CONLESTE, Secretaria Municipal de Turismo de Santo Amaro MA- SEMTUR, Conselho Municipal de Turismo de Santo Amaro MA – COMTUR.

Os atores do mercado considerados neste estudo são as pessoas envolvidas com a organização dos serviços prestados ao turismo. Na sede, nos meses de julho de 2019 e julho de 2021, as entrevistas foram aplicadas em 7 agências receptoras, 10 hospedagens (pousadas e hotéis), 2 cooperativas de transporte de turismo, 5 toyoteiros, 2 donos de quadriciclos, 11 estabelecimentos na área de alimentação (restaurantes, pizzarias, hamburguerias, sorveterias e bares) e a presidente da Associação de Artesanato. Nas comunidades rurais (América, Betânia, Travosa, Espigão, Queimada dos Britos, Rancharia, Lavado do Maneco, Lavado do Sérvulo e Lagoa da Esperança), a pesquisa foi realizada no mês de agosto de 2020 e foram entrevistados 1 cooperativa de transporte turístico, 1 restaurante, 7 guias (de forma individual), além de um grupo focal com 7 guias do PNLM. Os donos de pontos de apoio aos turistas nas comunidades rurais de

Santo Amaro foram considerados atores do mercado. Os pontos de apoio são as próprias casas dos moradores que tem como objetivo dar um suporte ao turista oferecendo em sua maioria redários para hospedagem, comida caseira e passeios pelos atrativos turísticos e pela comunidade. Também conhecidos como “Hospedagem Cama e Café” ou “Hospedagem familiar”. Foram realizadas 22 entrevistas em agosto de 2020, sendo 7 pontos de apoio ao turista em Queimada dos Britos, 1 em Rancharia, 1 em Lavado do Maneco, 2 em Lavado do Sérvulo, 2 em Travosa, 5 em Betânia, 2 em Espigão, 1 em América e 1 na Lagoa da Esperança.

A sociedade civil é uma protagonista essencial do desenvolvimento do turismo local, pois o seu posicionamento pode ser decisivo para definir o turismo que será empreendido. A entrevista foi aplicada com moradores que não têm vínculos empregatícios diretamente com o turismo, uma vez que a maior parte dos atores do mercado entrevistados são também moradores do município. A lógica foi ter a percepção dos moradores que vivem de outras rendas sobre os impactos do turismo após a rodovia MA 320 e vê se conflita ou não com a percepção dos outros atores. Na sede, a entrevista foi realizada com 12 moradores em julho de 2019. Nas comunidades rurais, essa pesquisa foi aplicada em agosto e outubro de 2019 com 2 grupos focais no curso de turismo comunitário ministrado pela autora, em Satuba e Buritizal. Cada grupo tinha em média 40 pessoas das comunidades, incluindo o povoado de Barra. Em agosto de 2019, o questionário foi realizado com 3 moradores em Buriti Grosso, 2 moradores em Queimada Grande, 2 moradores em Sucuruju e 1 morador em Boca da Lagoa. Em agosto de 2020 foram entrevistados 6 moradores em Travosa, 2 moradores em Betânia, 4 moradores em Rancharia e 2 moradores em Lavado do Maneco.

E por fim, o capítulo 5 se refere as “CONSIDERAÇÕES FINAIS”. Logo em seguida, estão expostas as referências bibliográficas, os apêndices onde compreendem os roteiros das entrevistas aplicadas com os atores e anexo referentes a outros documentos.

2. A DINÂMICA DO TURISMO

A história do turismo acompanha a história da humanidade. A prática de viajar sempre foi comum entre os povos e foi sofrendo transformações ao longo do tempo, chegando à concepção do que conhecemos hoje por turismo. O turismo se mostra como uma das atividades mais dinâmicas da sociedade, com grande relevância na (re)produção, transformação e organização do espaço. Para compreender essa dinamização é necessário fazer um breve apanhado sobre a sua evolução histórica, em quais elementos se sustenta para chegar às suas atuais características, mostrando as transformações ocorridas em diversos períodos e as tipologias que resultam de ofertas e demandas diferentes, exibindo sua dinâmica num rol de incontáveis possibilidades.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E TIPOLOGIA

Ter uma compreensão sobre história do Turismo, suas nuances e contexto de desenvolvimento é necessário para que se possa enxergar a situação atual do fenômeno. “A história é instrutiva em um estudo do turismo, não apenas porque talvez haja lições para aprender, mas também porque as sementes do crescimento futuro são encontradas no passado” (LICKORISH e LENKINS, 2000, p. 20).

Entretanto, existem alguns estudos que se confrontam ao falar sobre a história do turismo. A maioria dos autores resgata a História do Turismo através de periodizações feitas por meio de recortes temporais, respaldados em marcos históricos como o Grand Tour, as peregrinações durante a Idade Média e a figura de Thomas Cook. Outros compreendem que o eixo norteador para qualquer recorte temporal no Turismo seria a Tecnologia.

De acordo com Molina (2003, p. 13) em sua obra “O Pós Turismo”, esse paradigma “procura implementar os recursos provenientes do conhecimento e da tecnologia que produzem, acumulam e adotam para dar novos sentidos e buscar soluções para seus desafios”. Cisne e Gastal (2010, p.10) dizem que “a base na Tecnologia, busca por um modelo de periodização abrangente em sua totalidade”. A Tecnologia vai ser entendida não apenas como uso de conhecimentos científicos, mas como qualquer técnica, mesmo que proveniente de conhecimento implícito, que tenha proporcionado uma extensão do corpo humano. Dessa forma, Cisne e Gastal (2010, p.10) explicam que

“a roda pode ser compreendida como uma tecnologia, por ter proporcionado a extensão dos pés dos homens, da mesma forma que as ferrovias, ou ainda os computadores como extensões da mente humana”. Nesse caso, estas acreditam que essa categoria é capaz de abarcar as periodizações adotadas pelos demais autores. A Tecnologia seria o grande mote para traçar recortes temporais na construção histórica do Turismo.

No entanto, existem lacunas, nem todo recorte temporal que contribuiu para o desenvolvimento do turismo está contemplado pela Tecnologia, como as peregrinações na Era Medieval. O peregrino ficava exposto às dificuldades e às intempéries do caminho a ser percorrido a pé em estradas de difícil acesso por motivações de fé, sem interferência da Tecnologia. Boyer fala sobre as peregrinações:

[...] foram migrações coletivas originais, pois não eram provocadas nem pelo medo (da fome ou de invasores), nem pelo lucro; elas só esperavam uma recompensa no além, desde que consiga atingir o objetivo que é um lugar sagrado [...] para o peregrino que chegou ao lugar sagrado, o passado se torna presente: ele revive a Crucificação, a Hégira, tal milagre do santo. A dificuldade da caminhada tem, por si só, um valor redentor. (BOYER, p.70, 2003)

Desta forma, percebe-se que a peregrinação foi de grande colaboração para consagrar o turismo religioso e consoante Azevedo (2008, p.17), o “turista do segmento religioso, diferentemente dos turistas que viajam em busca de praia, sol e mar, almeja a paz espiritual, pagamento de promessas, alcance de graças e adoração aos santos, cultos, curas espirituais”. Atualmente têm-se diversos lugares que se destacam pela prática do turismo religioso, como o Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha, da Basílica de São Pedro, em Roma e ainda São José de Ribamar no Maranhão.

Todavia, também se têm as estradas como grandes propulsoras do turismo, as remunerações trabalhistas, o direito as férias, a evolução dos transportes, a tecnologia e outros são marcos ocorridos que impulsionaram o deslocamento das pessoas escrevendo a história do turismo.

Então, com vistas no objetivo desta dissertação, a história do turismo será explanada de forma resumida e alicerçada nas periodizações contextualizadas em marcos históricos.

O turismo tem suas primícias ainda na Idade Antiga. Os primeiros viajantes eram os povos nômades que viviam da atividade pastoril e por isso não tinham casas, moravam em tendas e constantemente se deslocavam com o objetivo de firmar relações comerciais com outros povos e necessidades básicas como moradia e alimentação. Esse deslocamento era organizado através de expedições, embora ainda não tivessem

consciência do que era a prática do turismo, pois não desfrutavam do tempo livre e sim do suprimento de novas necessidades. Como afirma Martins (2008, p. 18) ao dizer que “As primeiras viagens não tinham por finalidade o lazer ou a diversão; o motivo de tais viagens era algo mais intrínseco ao ser humano: a busca de suprimentos alimentares”.

Posteriormente, essas necessidades se modificaram e foram tendo outras motivações como o interesse religioso, cultural, lazer, trabalho e outros, como as visitas aos santuários, às águas termais, e aos grandes festivais como os jogos olímpicos em Olímpia, realizados de quatro em quatro anos, em homenagem a Zeus.

O fenômeno turístico está relacionado com as viagens, a visita a um local diverso do da residência das pessoas. Assim, em termos históricos, ele teve início quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos. É aceitável, portanto, admitir que o turismo de negócios antecedeu o de lazer. (...) Era também econômica a motivação para grandes viagens exploratórias dos povos antigos, que buscavam conhecer novas terras para sua ocupação e posterior exploração. Dessa maneira, o turismo de aventura data de milênios antes de Cristo. (IGNARRA, 2003, p. 2).

Os deslocamentos entre os povos foram ficando cada vez mais comuns e organizados. A expansão de Roma permitiu a abertura de muitas estradas. E com as estradas novos horizontes se denotaram para o desenvolvimento, por proporcionar facilidade e rapidez de circulação de pessoas e produtos e explorações de territórios. Ignarra (2003, p.3) fala que “as viagens eram estimuladas por um grandioso sistema de rodovias administrado pelo Estado e protegido pelo exército, e há também o registro das primeiras viagens de lazer.” Com isso, os romanos são vistos como os pioneiros a praticar o turismo pelo prazer.

Informações obtidas através de pinturas em azulejos, placas, vasos, mapas demonstram que os romanos iam à praia e aos spas, buscando, nas primeiras, divertimento (há registros pictóricos de moças usando biquíni, jogando bola na praia), e nos segundos, cura. (BARRETTO, 1995, p. 45).

Na Idade Média, houve o fim do Império Romano e a invasão dos povos bárbaros. Carvalho (2007, p.26) diz que nesse período “...viajar passou a ser algo perigoso. Some-se a isso o fato de que as estradas abertas pelos romanos foram se destruindo, tornando a situação ainda mais difícil”. As atividades comerciais e de viagem entraram em queda significativa, só voltando a crescer com a influência da cultura muçulmana, com as peregrinações religiosas até Jerusalém e a cidade de Meca.

As peregrinações tiveram continuidade na Idade Moderna e nessa época registra-se os primeiros alojamentos com o nome de hotel. Também se tornou costume mandar os jovens aristocratas ingleses complementarem sua formação fazendo um gran-tour nos

países europeus, uma viagem que durava em média de 3 a 5 anos. “Então tour era realmente todo o tipo de viagem; assim, turista é aquele que faz um tour, independentemente de suas motivações” (MOESCH, apud Fuster, 2001, p.26).

O grande marco do turismo foi no período da Revolução Industrial que ocasionou consideráveis transformações na qualidade de vida, nos meios de comunicação e nos meios de transportes, no qual as viagens se tornaram mais rápidas, oportunizando mais conforto, segurança e tranquilidade aos passageiros. O uso do vapor no maquinário possibilitou substituir a tração animal pelo trem a vapor, percorrendo com rapidez as linhas férreas de grandes distâncias parte do continente europeu e norte americano. Nas navegações, a utilização do vapor também reduziu o tempo no deslocamento.

A Revolução Industrial no XIX proporcionou um progresso tecnológico sem precedentes na história do meio de locomoção: transforma o veículo de tração animal em um a vapor, facilitando e permitindo a acessibilidade ao deslocamento de pessoas e fazendo com que haja um crescimento quantitativo de turistas internacionais que buscam, em seu tempo livre, diversão, cultura, religião ou esportes. (PEREIRA JÚNIOR; PETRUS, 2019, p.2)

A revolução dos transportes sobre as viagens gerou a necessidade de transportar informações, cargas ou pessoas. La Torre (2002, p. 9) explica que os sistemas de transportes turísticos:

[...] se transformaram em meios estratégicos para o desenvolvimento, possibilitando a integração econômica e social das diversas regiões geográficas e participando de forma substancial na comunicação entre pessoas, facilitando assim a difusão cultural, e o desenvolvimento de bens e serviços.

Os principais resultados da Revolução Industrial se deram com a industrialização dos países que promoveram novas relações de trabalho e a urbanização, potencializando o êxodo rural; tudo isso gerando a consolidação do capitalismo. As pessoas começaram a perceber que não adiantava o acúmulo de dinheiro se não proporcionava o aumento de bem estar, se não sobrava tempo para a família, amigos e lazer. Surge então uma demanda de pessoas dispostas a pagarem por lazer no tempo livre.

A transformação econômica e social decorrente da Revolução Industrial e o consequente surgimento de uma classe média e próspera, com novos gostos e necessidades, especialmente no que diz respeito às férias, e favorecida, além disso, pelos rápidos aperfeiçoamentos dos transportes, fez com que aumentasse o número de pessoas que viajassem por prazer. (Acerenza, 2002, p. 68)

Essas inovações induziram a velocidade do contato entre culturas e a própria reorganização do espaço. E essas inovações que promoveram a transformação da sociedade foram os principais pilares para o desenvolvimento do turismo. Para Gonçalves e Campos (1998, p.11):

[...] o turismo como hoje conhecemos, relacionado a viagens realizadas para fins de lazer, ou seja, de utilização do tempo livre que dispomos, depois de atendidas as necessidades da vida e as obrigações de trabalho, é um fenômeno relativamente recente. Historicamente, sua organização e seu desenvolvimento estão ligados a importantes fenômenos socioculturais, decorrentes da própria evolução do capitalismo moderno.

Na metade do século XIX, o turismo surge como uma atividade moderna e organizada. Thomas Cook, condecorado como o pai do turismo moderno, percebe que as viagens coletivas são um grande potencial econômico. Em 1841, ele organizou transporte, hospedagem, roteiros do destino para uma viagem completa, sendo o primeiro pacote de turismo. Também elaborou o Congresso Antialcoólico em Leicester, na Inglaterra, uma caravana a uma exposição mundial de artes em Londres, criando o cupom de hotel, que hoje é conhecido como voucher. Seu grande ressaltado foi a primeira volta ao mundo, com um grupo de nove pessoas pelo tempo de 222 dias, coberto pelo Times, de Londres.

Isso promoveu maior conforto, segurança e praticidade, enaltecendo a viagem por prazer. Desde então, outras opções de lazer foram ganhando espaço e acessibilidade para suprir os mais diversos gostos e bolsos e adquirindo maior conotação social e econômico, fixando o turismo com uma das maiores atividades do mundo.

As inovações de Cook marcam a entrada do turismo na era industrial, no aspecto comercial. No social, promoveu um significativo avanço, pois seu sistema permitiu que as viagens ficassem mais acessíveis para os chamados segmentos médios da população. (BARRETTO, 1995, p. 52).

A viagem por prazer configurou alcançar novos lugares, ou seja, criação de novas rotas e destinos com atrações naturais e culturais. Pessoas amigas e moradores locais assumiram a função de guias, carregando consigo pertences do viajante. Também surgem os primeiros guias impressos.

Relatos de viagem e coleções de vistas de lugares constituíam as formas usuais de guias impressos para o Grand Tour, e era com essas formas embrionárias de guias que o viajante se munia para se informar e aproveitar o máximo da viagem. (SALGUEIRO, 2002, p.297)

Na Segunda Guerra Mundial, a Europa foi destruída e encontrou no turismo uma forma de se reerguer. “[...] os países europeus buscaram novas formas de financiar as suas reconstruções e o turismo ganhou lugar de destaque como estratégia de desenvolvimento rápido e estimulador de entrada de moedas estrangeiras” (FRATUCCI, 2008, p. 39). As tecnologias usadas na Segunda Guerra foram depois usadas nos transportes aéreos e marítimos comerciais.

O desenvolvimento de todos os meios de transportes aliou-se à melhoria das hospedagens, à organização de espaços para a visitação turística transformando o turismo em uma atividade típica do mundo moderno e muito rentável.

A globalização marca o início do século XX com maior incidência no século XXI, provocando uma mudança significativa no cenário dos grandes empreendimentos, ampliando seu capital de forma produtiva. A partir daí, as pessoas começam a sair das suas terras com muito mais frequência para interagirem com novas etnias, paisagens e culturas.

O turismo hoje é uma das atividades que mais gera emprego, renda e receita no mundo, passando a ser um setor econômico cada vez mais significativo. Segundo o World Travel & Tourism Council (WTTC), em 2018, o setor gerou US\$ 8,8 trilhões para a economia global e produziu 319 milhões de empregos mundialmente. Esses dados mostram que o turismo corresponde a um entre a cada cinco novos postos de trabalho criados em todo o mundo. É uma atividade que contempla diversos serviços como transporte, hospedagem e alimentação, além de movimentar indiretamente outras áreas da economia, como o comércio formal e informal.

Isso justifica como o turismo contribuiu com países da Europa, como Portugal e Espanha, a enfrentarem suas crises. O Brasil vem seguindo o mesmo caminho, adotando medidas de estímulo para o fortalecimento do turismo. O turismo atrai a atenção dos governos em suas várias esferas com a pretensão de acelerar o crescimento para o desenvolvimento econômico.

É nesta concepção que o turismo globalizado passou a ser um atrativo para os governantes, que percebem o espaço como uma oportunidade de promover o desenvolvimento em seus países, tornando-os destinos turísticos, na confiança de que haverá melhoras para a economia, como o aumento da geração de emprego, arrecadação de impostos, geração de divisas, entre outras. (PEREIRA JÚNIOR; PETRUS, 2019, p.6)

A atividade turística também se destacou como tema de estudo para vários pesquisadores científicos de todo o mundo, visando compreender melhor quais os impactos que provoca em um destino turístico.

Neste sentido, a segunda metade do século XX se tornou frutífera em pesquisas. A necessidade de estudar o fenômeno turístico de forma sistematizada levou ao delineamento de várias definições a respeito do tema, atendendo as necessidades específicas. Isto se deve ao fato de que, o turismo, como fenômeno social, relaciona-se com outros fenômenos também sociais, exigindo para o seu estudo a atuação de diversas disciplinas ensejando, portanto, uma conceituação cada vez mais longe de ser única. (CARVALHO, 2007, p. 29)

As discussões sobre o turismo passaram a ter uma importância maior sobre a (re)produção dos espaços em que a atividade se apropria, pois há uma transformação no espaço local que promove conflitos de interesses entre os atores sociais envolvidos nesse processo. Pereira Júnior e Petrus (2019, p.4) relatam que “... o consumo pelo espaço se tornou objeto de investigação da sociedade contemporânea, uma sociedade mais crítica com o desenvolvimento sem planejamento que pouco se importa com o crescimento local”.

Diante de todo esse diálogo histórico exposto, as definições de turismo vão contemplar sempre o deslocamento. O turismo passa a ser entendido como “um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não têm residência fixa” (Fuster, 1974, p. 24). Cunha (2001, p. 13) já complementa um pouco mais a sua definição, observando o fenômeno sob a percepção do turista, através das suas aspirações e os impactos causados sobre o destino visitado, ao dizer que “Turismo origina um conjunto variado de atividades produtivas que visam satisfazer às necessidades de quem se desloca, e, portanto, às de um mercado”. Para Burkart e Medlik (1974, p. 29):

[...] o turismo é uma amálgama de fenômenos e relações, fenômenos estes que surgem por causa do movimento de pessoas e sua permanência em vários destinos. Há um elemento dinâmico – a viagem, e um elemento estático – a estada. A viagem e a estada acontecem fora do lugar de residência, as pessoas desenvolvem atividades diferentes de seu cotidiano. O movimento de pessoas, também, é particular, por ser temporário – o turista sempre pensa em voltar para casa em pouco tempo. A visita ao local não visa ao lucro, portanto as motivações devem obedecer a razões espirituais ou vitais, mais próprias e íntimas. (BURKART, MEDLIK, 1974, p. 29)

Margarita Barretto avalia o turismo com preocupação mais social. Para ela turismo é:

(...) essencialmente movimento de pessoas e atendimento a suas necessidades, assim como às necessidades das outras pessoas, que não viajam. O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação. É uma atividade multidisciplinar (...) (BARRETTO, 1991, p. 43)

E na medida que mais estudos focados nessa atividade de deslocamento vão avançando, vão sendo elaboradas diversas definições do turismo. Não há como afirmar que tal definição está correta ou não, pois cada uma vai abordar fatores intrinsecamente ligados ao turismo. Não existe até hoje uma definição única que contextualize e integrem todas as variáveis juntas.

A definição aceita no âmbito internacional é a da Organização Mundial do Turismo - OMT, que em 1991, considera o turismo como “o conjunto de atividades

desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros” (apud Lemos,2001, p.75).

Todas essas definições, em função da organização estrutural turística, vão subsidiando e delimitando as tipologias e formas do turismo de acordo como este pode ser assumida na sociedade. No entanto, essa delimitação detém de pouca credibilidade científica, já que não há profundas reflexões sobre tal questão. A própria dinâmica do turismo é um obstáculo, uma vez que faz com que a sua classificação seja bem abrangente, à vista de vários fatores que norteiam aspectos como as características sociais, atrativos, infraestrutura, serviços, produtos turísticos, as motivações dos turistas e outros. É necessário que cada local identifique sua potencialidade turística e defina em qual tipologia e forma se encaixam as suas características, ressaltando que novas classificações vão surgindo a cada nova dinamização do mercado, dificultando a explanação de todas as práticas. Destarte Tadini e Melquiades (2010, p.266), “os critérios para segmentar o mercado turístico são bastante amplos, em função das diversas possibilidades de variáveis que podem surgir, tendo em vista as contínuas mudanças na sociedade”.

A seguir, serão apresentados somente algumas formas e tipos de turismo, agrupados e embasados nos conceitos do Ministério do Turismo - Mtur (2006), Barretto (1995) e Tadini, Melquiades (2010).

Formas de Turismo: Nos dias de hoje, as formas de se desenvolver as atividades turísticas podem ser divididas conforme à organização da viagem como: turismo individual ou turismo organizado.

- Turismo individual: é aquele praticado por conta própria, sem intermediação de agência de viagem. Toda a organização de reserva de hospedagem, escolha de roteiros, transporte é feito pelo turista.
- Turismo organizado: é aquele praticado com a organização das agências de viagens que providenciam as reservas de hospedagens e transportes e oferecem os serviços complementares.

É necessário enfatizar que as formas de turismo podem ainda ser subdivididas com o propósito de obter uma compreensão mais apurada sobre os aspectos relacionados às viagens. Diante disso, tem-se:

- Turismo interno ou doméstico: são residentes que viajam apenas dentro do seu próprio país.
- Turismo receptivo: compreende a organização de um conjunto de serviços em um determinado local turístico, destinados para receber visitantes vindos de outras regiões.
- Turismo emissivo: é o envio de turistas para fora do seu local de residência, não gerando dividendos ao núcleo emissor.
- Turismo elitizado: uma forma de organizar o turismo com equipamentos e serviços personalizados para atender uma classe social de alto poder aquisitivo.
- Turismo de massa: é organizado para atender muitos turistas com médio poder aquisitivo no destino receptivo, moldado em pacotes turísticos.
- Turismo popular: propõe um turismo mais acessível, onde os equipamentos e serviços são mais simples, porém, confortáveis. Destacam-se as colônias de férias e albergues de juventudes.
- Turismo social: é um turismo que organiza de viagens de lazer para segmentos populares da sociedade e para grupos em situação de vulnerabilidade, ou seja, dar oportunidades para este grupo de participar dos benefícios econômicos da atividade turística, de modo que haja uma distribuição da renda mais justa e à geração de riqueza.
- Turismo de base comunitária: é uma forma de fazer o turismo onde a própria comunidade é a protagonista da atividade. Ela quem gerencia e define os rumos do turismo local norteados em seu modo de vida, agregando valor aos roteiros, gerando renda e assim desenvolvendo uma atividade mais justa, equilibrada e sustentável.

Tipos de Turismo: Os tipos de turismo variam de acordo com as diferentes motivações que estimulam o turista a realizar a sua viagem. A seguir, lista-se alguns dos diversos tipos de turismo:

- Turismo Religioso: uma das motivações mais antigas, as pessoas visitam os lugares com objetivo de manifestarem sua fé, de fazerem peregrinação, de conhecer locais sagrados, igrejas, templos... portanto, conectado diretamente ao calendário religioso do destino turístico.

- Turismo Cultural: as pessoas são motivadas a viajar para lugares onde possam conhecer e interagir com outras culturas com o intuito de aprofundar-se na experiência cultural. Manifestações culturais, lendas e modos de vida de um lugar são ofertados como produtos turísticos.
- Turismo ecológico: o turista deseja apreciar a natureza, desfrutando da beleza e paz proporcionada pelos ecossistemas em seu estado natural. Sua prática contribui para a preservação da natureza e desenvolve a sustentabilidade das populações locais. Atividades consideradas do ecoturismo: tirolesa, cavalgada, trilhas, bóia-cross, observação de aves, cicloturismo, camping...
- Agroturismo: o turismo é praticado no meio rural, por agricultores familiares que compartilham seu modo de vida com as pessoas que vivem no meio urbano. Eles permanecem com suas atividades agropecuárias e oferecem serviços de qualidade, frutificando o respeito e valorização com o meio ambiente e a cultural local. Muitas vezes, o Agroturismo é associado às atividades de Agroecologia, Ecoturismo, Turismo Rural ou Educação ambiental.
- Turismo de Aventura: atrativo principal é a prática de atividades de aventura de caráter recreativo, como o rally, rapel, mountain bike, mergulho, trekking, arborismo e outros. Essas atividades podem ser realizadas em qualquer espaço: natural, construído, rural ou urbano. Exigem determinado esforço e riscos até certo ponto controláveis, de acordo com a exigência de cada atividade e a capacidade física e psicológica do praticante. Essa atividade requer cuidados relacionados à segurança. O Turismo de Aventura também trabalha nos princípios de incentivar comportamentos e atitudes que evitem ou minimizam possíveis impactos negativos ao ambiente, além de respeitar as comunidades receptoras.
- Turismo de estudos: viagens motivadas por atividades e programas de aprendizagem e vivência, como a realização de cursos e trocas de experiências com finalidade educacional (formal ou informal). O turismo é identificado no deslocamento do turista motivado pelo estudo até os

atrativos culturais e sociais de uma localidade, adquiridos por meio de experiências participativas.

Destas classificações citadas, duas formas de turismo ganham destaque no cenário atual e neste estudo, o turismo de massa e o turismo de base comunitária. Ambos são identificados na área de estudo deste trabalho, em Santo Amaro-MA. O turismo de massa, também conhecido como turismo convencional ou tradicional, por ser um modelo predominante no mundo do turismo global, pois é uma atividade econômica voltada para a obtenção do lucro massificando a produção e o consumo, sem ter a preocupação com a extinção do recurso natural e em causar problemas sociais e culturais. E o turismo de base comunitária, por ser uma forma fazer atividades turísticas que vem ganhando espaço nesse mercado, sendo considerado um turismo que resiste a grandes empreendimentos predatórios do turismo de massa. Ele aparece como uma proposta alternativa de organização do turismo na esfera local, trabalhando outros valores além do econômico, como a valorização da cultura, meio ambiente, etnia e principalmente, dando às comunidades locais uma oportunidade de participar de forma ativa e decisiva do processo de turistificação de seus espaços. Será abordado mais sobre o assunto no capítulo 3.

2.1.1 Impactos do turismo nas esferas econômica, sociocultural e ambiental

Ao longo de toda história, o turismo sempre registrou algum impacto por onde tenha atuado. O turismo é um fenômeno que provoca modificações e transformações nos espaços em que se apropria, causando diversos impactos sobre as esferas econômica, social, cultural e ambiental nas localidades receptoras. Rejowski (1996, p.18) diz que o turismo “por ser um fenômeno de múltiplas facetas, penetra em muitos aspectos da vida humana, quer de forma direta, quer indireta”. Então, é importante identificar esses impactos e conhecer as percepções e atitudes dos atores sociais acerca deles, a fim de que ações sejam planejadas e executadas para que os impactos positivos sejam potencializados e os negativos sejam minimizados. A seguir, este tópico irá tratar a caracterização dos impactos do turismo nas esferas citadas.

a) Impactos econômicos:

Os impactos econômicos do turismo são os mais referenciados pela cadeia do turismo, pois o principal estímulo para o desenvolvimento do turismo é a ordem

econômica. Os atores sociais do turismo tendem a apostar nessa atividade como uma solução para o desenvolvimento da economia da localidade receptora. Entretanto, segundo Carvalho (2007, p.33), “Os impactos econômicos do turismo sobre uma comunidade, região ou país não se dão necessariamente da mesma forma e com a mesma intensidade”. Estes impactos vão ser definidos conforme as características peculiares de cada destino turístico e do nível de desenvolvimento que turismo se encontra neste local. Carvalho (2007, p.33) também destaca que “a análise custo-benefício do turismo busca identificar, tanto quanto possível, os custos e os benefícios associados ao seu desenvolvimento.” Ela alega que essa análise tem uma grande utilidade para decidir sobre investimentos turísticos ou não em dada localidade, dependendo se os benefícios vão superar os custos.

Conforme Quadros (2017, p.16), “os impactos econômicos são mais fáceis de quantificar, porque os indivíduos são mais sensíveis às alterações na economia e também porque são um setor que influencia o crescimento econômico das regiões, trazendo muitas vantagens para a economia local”.

Para os residentes, o turismo se torna uma felicidade quando produz novos postos de trabalho e a circulação de dinheiro constante dentro do destino, melhorando a renda das famílias. Essa geração de empregos é configurada pelos empregos diretos, indiretos e induzido. Carvalho (2007) expressa isso muito bem quando diz:

Os empregos diretos são gerados por empresas que atendem diretamente os turistas, como hotéis e restaurantes; os empregos indiretos, por sua vez, são originados em empresas que prestam serviço aos fornecedores diretos, como motoristas de companhias que realizam traslado ou empregados em empresas de alimentos, por exemplo. Por fim, os empregos induzidos são gerados por gastos dos salários dos trabalhadores diretos na localidade receptora, como acontece nas lojas de sapato que vendem seus produtos a funcionários de empresas turísticas. (CARVALHO, 2007, p.34)

Outro impacto positivo é proveniente da necessidade que o turismo tem de possuir uma infraestrutura básica para atender aos turistas. Visto isso, o desenvolvimento dessa atividade poderá levar ao local turístico uma criação e/ou melhoria nas infraestruturas existentes em áreas de recreação, nas redes de transporte, do saneamento básico e saúde, da coleta de lixo, criando assim maior conservação das áreas centrais e qualidade nos serviços públicos em geral, gerando benefícios a comunidade receptora.

Considera-se também o efeito multiplicador do turismo como um impacto positivo. É um efeito provocado pelo dinheiro que o turista deixa no destino, em bens e serviços, multiplicando a geração de novos empregos e renda para a população local,

reciclando a economia. Por exemplo, o turista faz o pagamento do hotel, restaurante e lazer. Parte deste dinheiro poderá ser destinado ao pagamento dos salários dos empregados, que por sua vez irão pagar suas contas de energia, aluguel, transporte, alimentação, educação etc. Este dinheiro circulará em diversos setores da economia, produzindo um efeito multiplicador para a população local.

Por outro lado, o turismo também provoca impactos econômicos negativos. A pressão inflacionária é um problema para a comunidade receptora. Sobre este respeito, Resende & Resende afirmam:

(...) Isso tem sido causado pela associação de quatro fatores: primeiro, a demanda por bens e serviços importados; segundo, os típicos aumentos de preços de bens e serviços ofertados para turistas e, consequentemente, ofertados para toda a população; terceiro, o aumento dos preços dos imóveis e da especulação devido ao aumento da demanda imobiliária pelo turismo; quarto, a criação ou aumento de taxas pelo estabelecimento ou ampliação da infraestrutura e serviços urbanos e o aumento de impostos prediais e territoriais(...) (RESENDE&RESENDE, 2005, p.4)

Com o crescimento do turismo, o custo de vida da população aumenta e muitas vezes a melhoria da renda em função do turismo não consegue cobrir esse custo. Outro custo econômico é a excessiva dependência do capital estrangeiro, pois em geral, a maioria dos investidores são estrangeiros e, dessa forma, o lucro obtido com o turismo fica nas mãos deles, no qual, muitas das vezes não circula na região receptora. Destaca-se como impacto negativo também a dependência econômica única e exclusiva do turismo. Muitos deixam de executar suas atividades habituais da economia local para trabalhar só com o turismo. Além de originar a perda de autenticidade, pois nesse caso, o turismo toma o lugar das atividades tradicionais do local, essa dependência pode levar a comunidade ao risco de ficar desempregada em decorrência da sazonalidade da atividade ou de qualquer outro problema que possa abalar a economia, como é o caso da pandemia da Covid-19 que impactou diretamente no setor turístico. Muitas vezes também, os empregos gerados pelo turismo pagam uma remuneração muito baixa para a comunidade, gerando insatisfação dela.

Outro fator negativo tem a ver com o crescimento rápido do turismo que pode causar a expulsão dos moradores do local turístico para bairros periféricos, irregularidade fundiária, ausência de infraestrutura e serviços, além de tensão social, como relata Tofani:

(...) esse fenômeno tem criado um visível contraste entre as áreas tradicionais (ocupadas por equipamentos turísticos, melhor infraestrutura e serviços urbanos e habitantes não locais economicamente mais capazes) e os novos bairros (ocupados por famílias nativas “expulsas das áreas tradicionais e migrantes pobres recém-chegados). (TOFANI,1999, p. 9)

A especulação imobiliária é um impacto negativo bastante comum, provocada pelo aumento do valor dos imóveis e do preço da terra.

O turismo é um setor de muita importância para o crescimento econômico e o ideal seria que os benefícios superassem os custos.

b) Impactos socioculturais

O modo de vida de uma localidade turística representa a cultura local que se revela na arte, na dança, na comida típica, na agricultura tradicional, nas manifestações culturais e religiosas, no folclore, nas lendas e na história de um povo. Este tipo de turismo vai compreender na forma como o turista vai conhecer e/ou interagir com a comunidade local. No plano social e cultural, a atividade turística também provoca uma gama de efeitos positivos e negativos em diferentes proporções. Resende & Resende (2005, p.5) dizem que “A magnitude dos impactos dependerá das características dos turistas e das diferenças socioculturais existentes”. A relação entre a população local e o turista vai definir se o impacto vai ser benéfico ou maléfico. Existem dois tipos de turistas, os aloccêntricos e psicocêntricos. Resende & Resende baseado nos estudos do autor Plog (1973) referenciam sobre este assunto:

(...) o grupo dos aloccêntricos sente-se atraído por novos destinos e pode adaptar-se aos costumes locais. Já os psicocêntricos não se aventuram por lugares desconhecidos, não se adaptam aos costumes das regiões que visitam e necessitam de uma grande infraestrutura turística. Geralmente, os aloccêntricos têm maior poder aquisitivo e, segundo o autor, os psicocêntricos têm maior probabilidade de causar impactos mais significativos. (RESENDE e RESENDE, 2005, P.6)

A relação do turista com um morador do destino turístico se dá quando este visitante adquire bem ou serviço, quando ambos dividem os mesmos espaços físicos e quando eles interagem entre si. Qualquer contato, seja superficial ou não, do turista com o residente vai provocar algum impacto. A avaliação realizada pela Organização Mundial de Turismo – OMT (1998) observada nos estudos de Resende e Resende (2005, p.5) ressalta essa afirmação quando diz que “... mesmo quando o contato entre turistas e residentes não é tão intenso, apenas a observação do comportamento dos visitantes pode induzir as mudanças de atitude, valores e comportamentos por parte dos moradores”. Observa-se que os impactos socioculturais são frutos das relações sociais entre os turistas e os moradores ocasionados pelas transformações na vivência da comunidade local, no seu costume diário, nos seus valores, no seu modo de vida e nas manifestações culturais.

Um impacto social positivo que o turismo proporciona é estimular a comunidade a reconhecer e valorizar a própria cultura e identidade, através das suas tradições e costumes e, conseqüentemente, obter a valorização do turista sobre a sua cultura. Conforme Ruschman (2000, p.51), “o artesanato, a gastronomia, as tradições, a história, a arquitetura e as atividades de lazer” são responsáveis por atrair turistas. Através da gastronomia, por exemplo, os turistas se sentem familiarizados e integrados com a cultura da comunidade local, agregando valor aos pratos e valorizando suas raízes. Além disso, possibilita o intercâmbio cultural, onde turista e comunidade interage e cultiva o respeito entre suas diferentes culturas e formas de vida vivenciadas.

O turismo também tem sido grande aliado no combate ao êxodo rural da juventude. O jovem, que antes saía da sua cidade natal para tentar oportunidade na zona urbana, está permanecendo na sua localidade para trabalhar com o turismo e muitas vezes agregando valor a atividade tradicional que ocupava antes, como a agricultura.

Agnol apresenta outros impactos positivos:

No plano cultural, o turismo contribui para preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural; Gera uma atividade socioeconômica sobre o mercado receptor e cria-se empregos; Facilita os laços de comunicação e entendimento entre os povos e sociedades que produzem problemas raciais ou de xenofobia; No âmbito trabalhista produz aumento social de emprego e criação de novos postos de trabalho; Pode permitir a comunicação e a paz com os mercados emissores. (AGNOL, 2012, p.4)

Em se tratando dos impactos negativos pode-se citar as manifestações culturais que são produzidas exclusivamente para serem exibidas aos turistas, ofuscando a sua verdadeira identidade.

Quando as diferenças culturais entre os residentes e os turistas de países e regiões mais prósperos são muito acentuadas, pode acontecer de a cultura e os costumes locais serem explorados para satisfazer o visitante à custa do orgulho e da dignidade da população local. As danças tradicionais e o artesanato artístico cedem lugar a imitações baratas para satisfazer às necessidades do visitante e para proporcionar ao residente um rendimento com menor esforço possível. Em alguns casos isso é apenas uma reação inicial, e mais tarde o turismo acaba estimulando um retorno a artesanatos específicos de alta qualidade. (ARCHER & COOPER, 2001, p.93).

O turismo de massa camufla a existência de um verdadeiro intercâmbio cultural entre turistas e residentes, pois reproduz a difusão de imagens erradas sobre determinados locais.

A população tem que aceitar os efeitos da superlotação turística, tendo que modificar seu modo de vida, podendo ser impedida de desfrutar das instalações naturais de seu próprio local de moradia. A comunidade enfrentará problemas como aglomeração

de gente, congestionamento do trânsito, problemas de estacionamento, barulho, lixo e vandalismo e outros, podendo gerar a chamada turismofobia (a hostilidade de alguns locais contra os visitantes). A respeito disso, Ruschmann esclarece que:

A capacidade de carga social estará ultrapassada quando os moradores da localidade já não aceitarem os turistas e passarem a hostilizá-los, pois eles destroem seu meio ambiente natural, agridem sua cultura e impedem sua participação nas atividades e a frequência a lugares que lhes pertencem. RUSCHMANN (1997, P.17)

A aculturação também é um impacto cultural negativo, é quando a cultura do turista é vista pelos moradores como melhor e mais importante do que a sua própria cultura.

O modo de se vestir dos turistas pode se transformar num incômodo para o residente. Por exemplo, um lugar praiano, uma turista passeia somente de biquíni na frente das casas dos moradores originando um certo desconforto familiar. Outra questão é que o nível de vida dos turistas pode despertar dois sentimentos na comunidade: o estímulo para melhorar de vida ou frustração por não ter aquelas melhores condições de vida do turista. Neste sentido Santos e Lima consideram que:

A vontade que os residentes sentem em ter um nível de vida equiparado ao dos turistas tem consequências positivas quando desperta nos residentes a ambição de melhorar a sua qualidade de vida, mas caso os residentes não consigam atingir um nível de vida próximo aos dos turistas, estes tendem a sentir-se frustrados, atribuindo a culpa do seu insucesso aos turistas; conseqüentemente, os residentes deixam de ser hospitaleiros e simpáticos, tornam-se antipáticos e hostis para com os turistas, podendo mesmo chegar ao ponto de agredir os turistas (SANTOS, 2011; LIMA, 2012).

Dessa forma, trabalhar a relação turista e comunidade, onde fossem estabelecidas regras de convivência e limites do turismo aceitável, poderia se alcançar impactos socioculturais desejáveis.

c) Impactos ambientais

O meio ambiente e o turismo têm uma relação muito íntima, pois a utilização de recursos do meio ambiente são atrativos turísticos. Conseqüentemente, onde ocorre a atividade turística sofrerá necessariamente algum impacto. Deste modo, é necessário fazer uma avaliação dos impactos do turismo sobre o meio ambiente. Esta relação do turismo com o meio ambiente deve ser mais bem compreendida para que se tenha um satisfatório gerenciamento dos recursos.

O principal impacto positivo que o turismo pode gerar é o estímulo para a conservação do meio ambiente. Nos estudos de Resende & Resende (2005, p.5), eles falam que a OMT (1998) explana que o turismo tem o poder de revalorizar todo o entorno natural de uma área e que Mathieson & Wall (1982) registram sobre a dificuldade de determinar o grau de responsabilidade do turismo na adoção de medidas de conservação, mas que esta atividade assume um importante papel nesse processo. A conservação e preservação do meio ambiente forma a base de sustentação da atividade turística. Outrossim, o turismo tem sido responsável pelo surgimento de muitas de iniciativas com fins de planejamento sustentável visando manter e controlar a qualidade ambiental, cultural e social da comunidade receptora, como é o caso de iniciativas de turismo de base comunitária.

Por outro lado, a massificação do turismo tem sido bem agressiva ao meio ambiente, que produz impactos ambientais intensos. Os aglomerados urbanos transferem seus inconvenientes para a localidade turística, como o alto fluxo de pessoas, de veículos, barulhos, degradação e poluição. Estes aglomerados afetam os recursos naturais utilizados pelo turismo e muitas vezes são danos irreversíveis. O ambiente é o principal atrativo para o turista, através das suas belezas paisagísticas e naturais, mas que se forem degradadas, deixa de ter valor e de ser atrativo para o visitante, fazendo com que este não retorne ao destino turístico.

Alguns impactos ambientais negativos do turismo são identificados no crescimento urbano desordenado, na concentração de hotéis, restaurantes e casas secundárias que modificam a paisagem local; nas pressões imobiliárias; despejo de esgoto no mar ou nos rios que faz com que a água se torne imprópria para a utilização; ocupação irregular das áreas de salinas que provoca a destruição de dunas e manguezais; trilhas em áreas ambientais que podem causar a destruição da fauna e flora; a super concentração dos serviços turísticos que influenciam no microclima local; a multiplicação de atividades desportivas atingindo a tranquilidade do local, gerando problemas de erosão e assustando animais do seu habitat; a intensa pesca como atividade turística em períodos ilegais; o grande consumo da água que pode afetar as atividades agrícolas locais e o desequilíbrio ambiental de uma área.

Um impacto frequente é a competição por espaços ambientais entre turistas e residentes, como o acesso às praias, parques ambientais, rios. Os recursos ambientais utilizados para as atividades turísticas muitas vezes não ficam à disposição da

comunidade em geral para ser possível atender os turistas e os residentes mais ricos. Outro impacto ambiental são os incêndios em áreas turísticas provocados por turistas ao fazerem fogueiras ou jogar carvão aceso no solo após utilizar a churrasqueira.

Diante de toda essa abordagem sobre os impactos do turismo, é importante ressaltar que a análise dos impactos feitas a partir das percepções e atitudes da comunidade receptora contribui para um desenvolvimento de um turismo mais responsável com as questões econômicas, socioculturais e ambientais. Também é preponderante ter uma equipe profissional multidisciplinar para a avaliação e criação de propostas de solução dos impactos contribuindo para a elaboração de um planejamento turístico sustentável. Carvalho (2007, p.36) afirma que “os impactos negativos têm sido constantemente associados muito mais à falta ou inadequação de planejamento, do que as atividades turísticas propriamente ditas”.

2.2) OS ATORES SOCIAIS NA CADEIA DO TURISMO

O turismo é uma atividade essencialmente social, por envolver interação de pessoas, correlacionado com os campos econômico, cultural e ambiental. Por conta disso, depende de diferentes atores para seu acontecimento. Na teoria, esses atores teriam que estar articulados para oferecerem os produtos turísticos dentro de um destino receptor. Entretanto, na prática isso não é uma tarefa tão simples. Pimentel & Pimentel afirmam que:

O processo de envolvimento dos diferentes atores na atividade turística de um determinado destino não é algo simples e linear, ocorrendo como uma consequência direta e automática da sensibilização das pessoas, como frequentemente tem sido colocado por estudos e profissionais da área. Ao contrário, é preciso identificar os principais elementos necessários (atores, recursos, interesses em jogo) para se diagnosticar as possibilidades de arranjos diferentes que os atores podem criar para a gestão de destinos turísticos. (PIMENTEL & PIMENTEL, 2015, p.13)

Neste sentido, é necessário compreender e respeitar que nem todas as pessoas têm interesse na atividade turística em sua localidade. E, aquelas que têm interesse, cada uma tem a sua razão específica para atuar em parceria com outros atores. Os atores fazem parte do processo de construção da realidade da destinação turística. Sendo assim, é preciso identificar quem são esses atores, qual o papel deles, o que eles almejam, quais as percepções deles diante do turismo, entre outras questões que poderão emergir nesse

processo para se ter uma compreensão mais crítica da realidade local. Os impactos do turismo afetam todos os atores ao mesmo tempo que afetam o desenvolvimento das turísticas. Sobre isso, Carvalho menciona que:

Isso equivale a dizer que estes atores se encontram em um processo de construção da realidade que, nas destinações de interesse deste trabalho, deve ter em consideração o incremento do turismo e seus desdobramentos imediatos e futuros, reais e potenciais, na construção desta mesma realidade, como parte integrante e intrínseca. (CARVALHO, 2007, p.41)

Então, quando a dinamização do turismo passa a ser uma realidade dentro de uma localidade, mesmo que esse turismo seja planejado dentro dos princípios da sustentabilidade, esse espaço passa a ser apropriado pela “novidade”. O local passa por uma série de transformações diferentes e inovadoras do cotidiano da população local. Sobre essa transformação do espaço, Carvalho (2007, p.41) diz que “O *novo* pode vir representado pelos visitantes com seus costumes, sotaques e línguas; construções civis atípicas; dinâmica nova em transportes e no modo de comerciar; novos moradores...” Propriamente isso, que tem acontecido no município de Santo Amaro do Maranhão, objeto deste estudo.

Deste modo, a partir da identificação dos atores, das suas percepções e da interpretação da realidade local vai se traçando possibilidades de articulação dos atores para a gestão mais eficaz do destino turístico.

2.2.1 Conhecendo os atores sociais e o papel de cada um no turismo

Inicialmente, as competências pelo desenvolvimento do turismo no Brasil eram praticamente exclusivas do Governo. A partir da década de 1990 essa competência foi se descentralizando, sendo dividida entre o poder público estatal (governo), a iniciativa privada (mercado) e, mais recentemente, a sociedade civil organizada. Pimentel & Pimentel comentam:

Mas, para seu exercício, essas novas formas de gestão em parceria precisam construir uma estrutura própria de gestão, uma organização específica, para que possa ter a autonomia de reunir esforços, realizar atividades e avaliar seus resultados, enfim, que seja responsável pela gestão do turismo no território. É a partir dessa organização que será possível executar políticas públicas de turismo, realizar o plano de desenvolvimento turístico local, criar ações para a promoção do destino e a captação de fluxos turísticos, além de se pensar em formas de distribuição dos benefícios auferidos com o turismo para a comunidade. (PIMENTEL & PIMENTEL, 2015, p.2)

A seguir, uma breve explanação sobre cada ator na cadeia do turismo: governo, sociedade civil e mercado.

a) Governo

O Governo é o núcleo decisório do estado encarregado da gestão pública. No que se refere ao turismo, o papel do governo é criar possibilidades para o desenvolvimento satisfatório desta atividade. Como afirma Vieira (2011, p. 20), ele atribui ao estado priorizar pelo planejamento e pelas outras demandas essenciais ao desenvolvimento do turismo em conjunto com a iniciativa privada para galgar um desenvolvimento satisfatório da atividade turística. Sendo assim, o governo ao elaborar políticas de turismo deve considerar as questões sociais, culturais e ambientais advindas com a atividade turística. Entretanto, ao longo da história do turismo no Brasil, observa-se ações com viés predominantemente econômico.

A década de 1930, foi considerada o início do turismo no Brasil com a criação do primeiro organismo público do turismo nacional, a “Divisão do turismo”. Sua função era vistoriar as agências de viagem. Após esse período, vieram os “Diplomas Legais” que segundo Maranhão (2017, p.242) “objetivavam, mesmo que timidamente, normatizar as primeiras ações turísticas de cunho nacional”. As primeiras conversas sobre o uso dos recursos naturais nas atividades do turismo surgiram paralelamente a esse contexto. Para Cruz:

(...) o binômio sol-praia e ecossistemas como Amazônia e Pantanal”, revelavam naquele momento para o mundo e para os gestores brasileiros, um vasto campo natural, repleto de particularidades por onde a gestão e o planejamento do turismo poderia iniciar no Brasil. (CRUZ, 2000, p. 62)

No ano de 1966, com o Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro, se regula uma simples estrutura federal para a criação de órgãos e instrumentos oficiais como o Conselho Nacional de Turismo-CNTUR; Empresa Brasileira de Turismo-EMBRATUR e Primeiro Plano Nacional de Turismo-Plantur. O Plantur tinha o propósito de destinar atribuições e direcionamentos para os operadores turísticos do Brasil, mas não chegou a ser efetivado. Maranhão relata que:

O fim deste período é marcado pela reestruturação da EMBRATUR, que se torna uma autarquia, e modifica sua denominação para Instituto Brasileiro de Turismo, passando a atuar na formulação, coordenação e execução de uma até então inédita Política Nacional de Turismo (PNT). (MARANHÃO, 2017, p.243)

Na década de 70, surgiram os fundos de incentivo econômico ao turismo. O Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) que assumiu um lugar na gestão pública nacional, Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). Algumas captações de recursos foram aplicadas nas regiões Norte e Nordeste, conectadas com os interesses de integração nacional e de desenvolvimento econômico regional. Esse período até o início da década de 80, o turismo no Brasil havia uma característica centralizada e intervencionista do Estado sempre com interesse de ordem econômica. O discurso do Estado era que o turismo gera emprego e renda, produção e circulação de divisas econômicas ao Brasil.

A crise fordista da década de 80 foi marcada por uma certa paralisia na economia da América Latina. No Brasil, as principais consequências foram: instabilidade política, crise no petróleo, avanço da dívida externa, cortes econômicos e outros. Diante deste cenário, o turismo assumiria à condição de estratégia central do governo, que promoveu o “credenciamento” do turismo, para gerar emprego e renda com vistas na geração de divisas. Para Fonseca (2005, p. 86), é “talvez aqui se possa parcialmente explicar as razões para o turismo continuar sendo visto na contemporaneidade no Brasil como solução para gerar emprego e renda aos lugares que o incentivarem”. Entretanto, o Estado promoveu ações de curto prazo e não cumpriu alguns prazos e etapas do planejamento, executando um papel de controlador da atividade. Maranhão (2017, p.245) faz uma observação importante quando diz que “Nota-se que é de forma apressada que o turismo passou a ser, expressivamente, inserido nas metas públicas do Brasil, gerando rebatimentos que reverberam até a contemporaneidade”.

A década de 90 ficou conhecida como a “Nova Era do Turismo – NET”. Centralizada no viés econômico, o estado fomenta políticas públicas almejando a projeção do Brasil internacionalmente e, também criou o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), representando um marco na internacionalização do turismo no Brasil. Neste período, começou-se a trabalhar a instância municipal do turismo, Maranhão (2017, p.247) fala que “...impulsionava-se a municipalização da gestão do turismo, por meio de parâmetros territoriais”. Dessa forma, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), porém, não teve o êxito que almejava, pois os municípios brasileiros estavam sucateados economicamente. No geral, pode-se avaliar que na década de 1990, o turismo brasileiro foi conduzido com um

posicionamento mais comprometido por parte do Governo, pois criou ações, leis, políticas, decretos, projetos, planos... Consoante Cerqueira:

Observa-se que o papel do Estado também se modifica, pois ele deixa de ter uma atitude controladora e assume uma postura de condutor e dinamizador, refletindo o caráter neoliberal da época, onde “privilegia a capacidade do mercado, em detrimento da intervenção do Estado” (Cerqueira et al, 2009, p. 3, apud MARANHÃO, p. 247, 2017).

Um marco para o turismo brasileiro foi à criação do Ministério do Turismo -Mtur em 2003. O Mtur cria o Plano Nacional de Turismo -PNT com diretrizes, metas e programas. Em reuniões do CNTUR, foi instalado a Câmara Temática de Regionalização com uso de elementos e escalas espaciais como: descentralização da gestão, dinamização da economia regional, região entre outros. Resultado dessas reuniões lança-se o Programa de Regionalização do Turismo –PRT/ Roteiros do Brasil. A regionalização passa a ser política macro de desenvolvimento do turismo. Em 2008, sanciona-se a Lei Geral do Turismo (LGT) nº 11.771. Maranhão (2017, p.248) avalia que “Em resumo, entende-se que a década de 2000 apresentou alguns avanços para o turismo no Brasil, verificando a existência de vários desdobramentos que ainda norteiam o planejamento contemporâneo do turismo no Brasil”.

No decorrer da história até os dias atuais, é possível pontuar que, o estado prioriza políticas voltadas para o turismo pautadas numa uma interface puramente econômica. O papel que o estado tem exercido impede estratégias participativas e o indispensável alinhamento com um planejamento mais abrangente, pautado no avanço e nas relações entre as outras interfaces do turismo, como a social, cultural e ambiental. Sem falar da descontinuidade política que prejudica as metas propostas para o turismo. É necessário que o Estado pense no turismo com uma ampliação do seu significado com aplicação de novas percepções, buscando novas estruturas e formas de gestão. Maranhão (2017, p.258) conclui reconhecendo “que o turismo começa a solicitar entendimentos mais holísticos de seus agentes, com vistas em um desenvolvimento mais participativo”. Percebe-se que, mesmo nos dias atuais, em que os discursos de desenvolvimento do turismo falam de inclusão social, sustentabilidade, parceria com todos os atores sociais, só temos políticas públicas voltadas para o desenvolvimento puramente econômico.

b) Sociedade civil

A sociedade civil é composta pela população, seja ela individual ou organizada (moradores, associações, sindicatos...). Para ser incluída no processo da atividade turística, a população precisa participar da organização do turismo adquirindo os benefícios gerados por esse setor. A sociedade deixa de ser meramente expectadora de um turismo que é alheio às suas necessidades e passa a ser participante do desenvolvimento da atividade. Isso vai estimular o desenvolvimento local. Carvalho (2007, p.50) relata que “considerando o desenvolvimento do turismo, convém destacar o importante papel da sociedade civil organizada para a conservação da identidade sociocultural e do ambiente natural onde as atividades turísticas se desenvolvem”.

Entretanto, nem todos da sociedade civil conseguem atingir seus benefícios. O que torna a população como sendo uma parte bem frágil desse processo, principalmente por desconhecer as informações fundamentais para atuar no planejamento e gestão da atividade. Carvalho reforça dizendo:

É necessário considerar que os interesses dos diferentes atores, na sociedade civil, diante do desenvolvimento do turismo, são largamente influenciados por fatores como, a possibilidade de melhoria das condições de vida da população e a perda de privacidade e a transformação de seus costumeiros bens de uso em mercadorias à disposição dos visitantes. (CARVALHO, 2007, p.50)

Diante disso, é necessário promover um planejamento com ações educativas nas comunidades em função do dinamismo e inovação proveniente da demanda e potencial turístico existente. Ocorrem situações, onde reuniões com os três atores do turismo são realizadas para fins de elaboração de políticas públicas e as comunidades se encontram despreparadas para esses debates por não possuírem conhecimento e experiência. De acordo com Rebelo (1999, p.89), “a comunidade em geral poderá aprender a planejar, gerir e usufruir os benefícios do turismo”. Vitório e Alves (2010, p.4) dizem que “O envolvimento da comunidade no dinamismo local da atividade turística depende da percepção que a população tem da relevância da sua participação para que os benefícios advindos com a atividade turística possam representar a inclusão pretendida”. A sociedade necessita estar organizada, ser participativa e possuir uma consciência crítica sobre o turismo para o que vai ser executado, levando em conta a sua realidade nas questões econômicas, sociais, culturais e ambientais. O que se observa frequentemente, com a predominância do turismo de massa, é a comunidade ser excluída e ficar às margens da atividade turística. Visto que é um turismo que funciona prioritariamente em função

do sistema capitalista e prega discursos de desenvolvimento econômico e combate à desigualdade social. É preciso que a comunidade seja resistente. O papel da comunidade na cadeia turística é participar da tomada de decisões para a execução do turismo que tragam melhorias para o bem-estar social. Quando a comunidade assume o seu papel dentro da organização turística, ela consegue atingir o modelo de gestão descentralizada e conforme Vitório e Alves (2010, p.4), ele diz que quando ela usa “a sua corresponsabilidade para monitorar as ações que foram planejadas, abrem-se as relações sociais e possibilita o controle social pretendido pelos modelos atuais de gestão descentralizada”.

Desse modo, considera-se que a estratégia participativa da sociedade civil no desenvolvimento do turismo em uma localidade receptora é fundamental para sua efetivação dentro da atividade, porém, Vitório e Alves (2010, p.4) afirmam que “se faz necessário ainda uma sistematização e maior vontade política dos responsáveis pela implementação das políticas turísticas”.

c) Mercado

O mercado é a área que opera forças da oferta e procura correspondente. Na cadeia do turismo, ele é representado quando há oferta e prestação de serviços, ou seja, quando há procura por pessoas querendo viajar e agências dispostas a oferecer seus serviços, quando há turista desejando se hospedar e hotéis a procura de clientes, quando tem um visitante querendo conhecer um parque ambiental e tem um guia a espera desse cliente, enfim, se há produção e procura, há um mercado. O produto será a oferta de empregos gerados pelo turismo. Carvalho explana que:

O mercado turístico envolve normalmente a prestação dos serviços que envolvem equipamentos turísticos diversos, desde hotéis e restaurantes, até empresas de transporte e agências de turismo e viagem, entre outros. Relacionando-se com a comunidade, entre outros, pela geração de empregos, gera divisas para a economia. (CARVALHO, 2007, p.52)

Por meio do mercado, a atividade turística é compreendida mais como uma atividade econômica do que social, por estes atores serem os motivadores e dinamizadores da economia. Entretanto, por outro lado, é papel do mercado oferecer as oportunidades de inclusão social proporcionadas pela atividade do turismo. Para se ter uma noção, segundo o Programa de Regionalização do Turismo (2008), o mercado é a principal base de sustentabilidade nos países onde o turismo já é solidificado.

Reportando-se ao Brasil, Vitória e Alves (2010, p.6) dizem que “onde a atividade turística ainda possui caráter incipiente, a participação do setor público é relevante nas decisões para que se alcance o sucesso de qualquer iniciativa no setor privado”. No entanto, tem que observar que o mercado é composto por pessoas, ele faz parte da sociedade. Então é de sua responsabilidade contribuir com resultados que combatem impactos socioambientais dentro da localidade em que está inserido. Os três atores sociais: governo, sociedade civil e mercado, precisam estar alinhados e realizar um planejamento para a gestão participativa do turismo, estimulando o protagonismo social. A importância desse envolvimento do setor privado fica evidente quando, segundo Vitória e Alves (2010, p. 6), baseados nos argumentos de Beni (1999), falam que o crescimento do mercado dentro do turismo diminui o papel do governo no sentido operacional, mas não no de controle de gestão. E Carvalho (2007, p.43) coloca que:

Considerando o turismo, pode-se entender que em cada esfera aqui considerada haverá interessados na prestação das atividades envolvidas, seja para se beneficiar financeiramente com elas (mercado), seja para não sofrer demasiado por seus impactos negativos (sociedade civil), seja para regular e/ ou arrecadar com tais atividades (governo). Haverá ainda a possibilidade de compartilhamento de objetivos, de responsabilidades e/ou de ideias entre as esferas consideradas. (CARVALHO, 2007, p.43)

Diante de tudo o que foi exposto, fica claro que cada ator social tem que assumir seu papel dentro da cadeia do turismo, estabelecendo estratégias compartilhadas que objetivem a gestão democrática e participativa. Sabe-se, pela evolução histórica do turismo, que não é algo tão fácil assim, mas é preciso resistir a esses processos de interesses contrários e repensar uma nova sociedade com horizontes mais igualitários para todos.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

3.1) Unidade de Conservação

Em função da localização da área de estudo desta pesquisa, este subitem referência uma breve síntese sobre as Unidades de Conservação - UC.

As discussões para o uso da natureza são muitas vezes conflitantes porque são resultantes de interesses opostos. Tendo a sua compreensão como um recurso econômico, a natureza tem ficado cada vez mais escassa. Isso coloca em xeque a existência do rico

patrimônio natural existente e impossibilita as populações atual e futura de se beneficiarem de um meio ambiente equilibrado. Consoante Aguiar (2018, p. 2), “os interesses diversos na apropriação da natureza convergem na perspectiva preservacionista ou conservacionista do meio ambiente”. A criação de unidades de conservação surge como uma alternativa para proteger a diversidade biológica presentes em seus próprios ambientes. No entanto, esta proteção deve estar atrelada ao seu uso de modo sustentável. E entender como se dá o seu uso de forma sustentável, tem que se levar em conta fatores ambientais, econômicos e nos diversos processos políticos que estruturam e colocam em prática a gestão ambiental. Aguiar diz que:

[...] a preservação/conservação ou a degradação dos recursos naturais é resultado de processos históricos. A ação antrópica pode manter o equilíbrio dos processos que ditam a dinâmica da natureza como também desestabilizá-los, o que proporciona a perda econômica e da qualidade ambiental dos recursos naturais”. (AGUIAR, 2018, p.2)

A primeira iniciativa referente à proteção de áreas foi em 1872, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América -EUA. No Brasil, a proposta feita pelo André Rebouças sobre a criação de um parque, que seria na região do maciço do Itatiaia-RJ, ocorreu seis anos depois, no fim do período imperial, em 1878. Contudo, a proposta não foi adiante, sendo criada apenas a Estação Biológica de Itatiaia, com fins de pesquisas sob a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Aguiar (2018, p.3) relata que a “região se tornou um berço voltado para pesquisa e proteção da importante vegetação remanescente da Mata Atlântica, que já se encontrava bastante devastada e alterada no estado do Rio de Janeiro, na época”. Somente em 1913, que foi solicitada a criação de um Parque Nacional no maciço do Itatiaia ao Ministério da Agricultura. Essa ideia foi sendo trabalhada e apoiada por mais adeptos, como os geólogos, botânicos e geógrafos e apresentada numa conferência realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Isso resultou num importante marco histórico ambiental, pois no dia 14 de junho de 1937, a região foi decretada como o primeiro Parque Nacional brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia. Aguiar aponta que:

[...]esse parque representou a materialização de longos anos de debates e de mobilizações iniciadas ainda durante o período colonial e imperial, mas que efetivamente não traduziram ações concretas do governo federal. Progressivamente, as discussões sobre o meio ambiente ganham força e se espalham pelo mundo. O modelo de proteção ambiental estabelecido no Parque Nacional de Yellowstone foi adotado em diversos outros países. Trata-se um marco inicial na legislação ambiental no tocante às unidades de conservação, no final do século XIX e início do século XX. (AGUIAR, 2018, p.3).

Araújo (2012, p.37) expressa que a “ideia de parque nacional teve grande apelo e se espalhou rapidamente pelo mundo. Inspirados pela experiência americana, diversos países criaram seus parques nacionais: o Canadá, em 1885; a Nova Zelândia, em 1894; a Austrália e a África do Sul, em 1898; o México, em 1898; e a Argentina, em 1903”.

Um fato importante a mencionar é que na Europa, o uso do solo era permitido em áreas protegidas, por conta da cultura milenar associada ao uso da terra, que favorecia a utilização sustentável. Entretanto, os europeus não tinham muito jeito para lidar com uma natureza selvagem, mística e desconhecida na América ou na África. Em virtude disso, a natureza deveria permanecer preservada e intocável, destinada somente à contemplação do homem. Entretanto, o modelo adotado pelos países subdesenvolvidos abriu muitas discussões em função do desenvolvimento econômico. Segundo Aguiar:

[...] o modelo estadunidense importado pelos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento foi alvo de crítica, principalmente pela perspectiva preservacionista. Nesse sentido, abre-se o questionamento: “preservação para quem?” Isso induz ao pensamento de que a intocabilidade das áreas protegidas e a consequente não exploração desses recursos naturais impedem o desenvolvimento econômico desses países, mantendo-os, assim, na condição de subdesenvolvimento. Além disso, a retirada das populações tradicionais das áreas de proteção integral não é bem vista, já que essas pessoas possuem uma convivência em equilíbrio com a natureza há milhares de anos. (AGUIAR, 2018, p.4)

Com isso, as vertentes conservacionistas das áreas protegidas ganharam força, uma vez que suas propostas fortaleceram a proteção do meio ambiente considerando o aspecto socioeconômico, ou seja, o uso sustentável dos recursos naturais.

Concomitantemente ao histórico de criação das áreas protegidas, muitos eventos ocorreram com o fim de avigorar a criação das unidades de conservação em todo o mundo. Somente na década de trinta, alguns códigos foram decretados a fim de que fosse regulamentado o uso de recursos naturais como das águas, das minas, das florestas, da caça e pesca, também para fins científicos. No dia 23 de janeiro de 1934, foi aprovado o código florestal com o decreto 23.793, que classificou as florestas como: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento (artigo 3º). Interessante mencionar que o artigo 1º limitou o direito de propriedade ao interesse social:

Art. 1º - As florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem bem de interesse comum a todos os habitantes do país, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que as leis, em geral, e especialmente este código estabelecem.

Na fala de Aguiar, pode-se compreender que já se havia o interesse pelo turismo em entrelinhas sobre este artigo:

Na época, a expectativa era de que os parques nacionais fizessem sucesso com o desenvolvimento do turismo, nos moldes do que ocorre com os parques norte-americanos. Porém, estes já contavam com uma infraestrutura favorável ao turismo, contrariamente ao Brasil. Uma preocupação do governo, influenciado pelo pensamento geopolítico brasileiro quanto à integração do território nacional, era dar início ao processo de ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste. (AGUIAR, 2018, p.6)

A Lei Federal Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 criou a Política Nacional do Meio Ambiente -PNMA, que em seu artigo segundo tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 1981).

O art. 225 da Constituição de 1988, consagrou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1998).

A partir da década de 90, houve um avanço significativo na temática das Unidades de Conservação no Brasil. Como marco histórico, a realização da Conferência da Organizações das Nações Unidas- ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que foi realizada no Brasil, em 1992, também conhecida como Rio 92 ou Eco 92. O mundo reconheceu o conceito de desenvolvimento sustentável, estabelecendo critérios para a relação meio ambiente e desenvolvimento econômico e a proteção contra a degradação ambiental no âmbito mundial.

Em 2000, destaca-se a promulgação da Lei Federal nº 9.985/2000, que instaura o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação permitindo meios legais para a criação e gestão de Unidades de Conservação. Isso oportunizou o desdobramento de estratégias simultâneas para a preservação das áreas naturais, designando normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação- UC. Esta lei define UC da seguinte maneira:

Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000)

Para fins de categorização, o Art. 7º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 estabelece duas tipologias, no qual a exploração desses recursos procederá de acordo com a categoria das unidades de uso sustentável. São elas:

- Unidades de conservação de uso indireto – aquelas que não envolvem consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (banho de cachoeira ou rio, caminhada, prática de canoagem, escalada, fotografias etc.)
- Unidades de conservação de uso direto – aquelas que envolvem coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais

As Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: grupo I – Unidades de Proteção Integral; e grupo II – Unidades de Uso Sustentável (BRASIL, 2000). As Unidades de Proteção Integral têm a finalidade de preservar a natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas, já as unidades de Uso Sustentável harmonizam a conservação da biodiversidade com o uso sustentável de parte desses recursos naturais (BRASIL, 2021).

TABELA 1: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
Unidades de Proteção Integral	Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional Área de Relevante, Interesse Ecológico, Reserva Extrativista, Reserva da Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Brasil (2000)

Por muito tempo, a gestão das UC era regida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Entretanto, em 2007, foi aprovada a Lei nº 11.516 de 2007, criando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O ICMBio torna-se o órgão gestor e responsável pela execução das ações da política nacional das unidades de conservação (BRASIL, 2007).

Atuamos no sentido de conciliar a proteção do PNLM com projetos e atividades que promovam as pesquisas científicas, a educação ambiental e a visitação pública, de forma a buscar um envolvimento cada vez maior e melhor da sociedade com as Unidades de Conservação. (ICMBio, 2007)

Dentre as UC de Proteção Integral estão os Parques Nacionais –PARNA, que de acordo com o Art. 11 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece que seu objetivo

é a preservação dos ecossistemas naturais existentes em determinada área, ponderando a importância ecológica e a beleza de seus recursos. Determinadas atividades são autorizadas desde que acatem com as normas do Plano de Manejo da UC. Em conformidade com o PARNA, é possível a “... realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (BRASIL, 2000).

Nesta conjuntura, tem-se o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses -PNLM, criado em junho de 1981 e é considerado o principal destino indutor de turismo no estado. Sua área é de 155 mil hectares, dos quais 90 mil são formados de dunas livres e lagoas interdunares compreendendo três municípios maranhenses: Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz. Santo Amaro do Maranhão corresponde a 42,2 % da área do Parque. Existem iniciativas de organização de um turismo com base na sustentabilidade, que buscam recursos turísticos valorizando e harmonizando a conservação de bens naturais, as tradições locais, o modo de vida das comunidades e a interação entre os turistas e os comunitários.

Contudo, no contexto atual, constata-se o desbarate de alguns progressos. Expande, no cenário ambiental, a devastação em alto grau da natureza. Consoante Aguiar:

Dentre os retrocessos temos a redução em mais de 1,1 milhão de hectares das unidades de Conservação aprovada por comissões no Congresso, o enfraquecimento do licenciamento ambiental (PL 3.729/2004 - Lei Geral de Licenciamento), a liberação indiscriminada de agrotóxicos, a facilitação da ocupação de terras públicas... (AGUIAR, 2018, p.11)

O ICMBio almeja alinhar o desenvolvimento sustentável dentro do território da UC, porém encontra muitos obstáculos para exercerem suas atividades. De acordo com o G1.GLOBO (2021), as novas regras para fiscalização, segundo os servidores, criaram um ambiente de insegurança jurídica. Segundo eles, não foram aplicados internamente sistemas que permitissem o processamento das apurações. Além disso, o Instituto possui uma preocupante deficiência no quadro de pessoal do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, tornando a fiscalização bastante comprometida em toda a sua área. Não existem postos de apoio às atividades de fiscalização, não conta com uma topografia regular da área e ainda há a vulnerabilidade da região, sendo grande o número de interligações entre as fronteiras geográficas do Parque.

A implantação do Pólo Ecoturístico dos Lençóis Maranhenses vem gerando constantemente uma especulação imobiliária na região do Parque e na área de amortecimento, que implica na expansão turística, construção de casas de veraneio e complexos turísticos em zonas de criticidade ambiental compostas por dunas, praias e restingas, expropriando a população nativa. Outro conflito muito comum observado na pesquisa de campo deste trabalho, é a insatisfação de algumas pessoas na comunidade frente as normas de manejo da UC. Com a expansão do turismo, muitos querem reformar suas residências que satisfaça a demanda turística e são barrados pela fiscalização, criando um atrito na relação da comunidade e ICMBio. Os impactos do turismo em Santo Amaro vão sendo percebidos de acordo com cada realidade pessoal. A realidade local agregou o cotidiano da comunidade com as atividades turísticas ofertadas, sendo que hoje o turismo é a principal fonte de renda.

3.2) Informações gerais sobre Santo Amaro do Maranhão

O município de Santo Amaro está localizado no Litoral Oriental do Maranhão, faz parte da Mesorregião Norte Maranhense e está inserido na Microrregião Geográfica dos Lençóis Maranhenses. Está a aproximadamente a 117km de São Luís-MA. Tendo seu acesso partindo de São Luís feito pela BR 135 até Bacabeira, depois pela BR 402 de Bacabeira até o povoado Pedras e por fim pela MA 320 até as proximidades da sede. Tem uma extensão de 1.601,2km² e até o último censo, em 2010, tinha 13.820 habitantes (IBGE). Sua população estimada em 2020 é de 16.034 (IBGE). Santo Amaro do Maranhão faz limite ao Norte com o Oceano Atlântico; a Leste com o município de Barreirinhas; a Oeste com o município de Primeira Cruz e ao Sul com os municípios de Barreirinhas e Primeira Cruz. De acordo com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2015), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Santo Amaro do Maranhão é 0,518, em 2010, o que coloca Santo Amaro na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). O Instituto também destaca que a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,738, seguida de Renda, com índice de 0,454, e de Educação, com índice de 0,416. O município ocupa a 5467^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros conforme o IDHM (PNUD, IPEA e FJP, 2010). O principal meio

de acesso é a rodovia MA-320. Segundo o IMESC (2015, p.167), “A cidade de Santo Amaro do Maranhão distribui-se, ao Oeste, entre os meandros do Rio Alegre e, ao Sul e nas demais posições, é cercada por campos e dunas, assemelhando-se a um triângulo” e informa “... A sede municipal possui 28 ruas, das quais nove são pavimentadas com bloquetes de cimento, dezesseis com areia solta, três avenidas e uma praça arborizada”. Suas principais atividades econômicas são de subsistência nas áreas de pesca, de agricultura e de criação de animais. Atualmente, o turismo retrata uma potente forma de ocupação dos trabalhadores locais.

Santo Amaro do Maranhão é um dos municípios que fazem parte do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). O PNLM foi criado em junho de 1981 pelo Decreto Lei 86.060 para preservar a integridade do extenso conjunto de dunas móveis, intercaladas por lagoas de origem pluvial. O município está localizado na região ocidental do Parque e se encontra em sua zona de amortecimento, no qual aproximadamente 700 famílias habitam no interior e no entorno dessa Unidade de Conservação. Dispõe de uma área com importantes recursos hídricos e reservatórios naturais como o Lago de Santo Amaro, com uma extensão de quase 100 km², e o Rio Grande, também conhecido como Rio Alegre, com uma área de 72 km. As lagoas são temporárias, tendo tempo que ficam cheias e secas. Após a estação chuvosa, de fevereiro a maio, o PNLM possui suas lagoas bem cheia configurando o seu mais exuberante cenário. No período da seca, de junho a janeiro, as lagoas vão secando aos poucos e no mês de novembro atingem o seu nível mais baixo, dependendo do regime da chuva do ano. É sem dúvida um ecossistema com uma beleza natural excepcional adicionado a uma rica história e diversidade cultural.

FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE SANTO AMARO-MA



primeiramente foi distrito de Humberto de Campos, ex-Miritiba, localizado à margem esquerda do rio Periaá, que tem como seu principal afluente, pela margem direita, o rio Alegre, que é protagonista da história de Santo Amaro. Jerônimo de Albuquerque, o capitão mor das tropas portuguesas, antes da Conquista do Maranhão, fez uma parada na foz do rio Periaá juntamente com o sargento mor Diogo de Campos. O objetivo era expulsar primeiro os franceses que estavam nessas terras e fazer desse local um esconderijo para os componentes da expedição. Simões e Pereira (2009, p.25) ressaltam que “Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos se refugiaram com suas tropas, em 1614, no período aproximado de 14 a 22 de outubro, tendo, entre as providências marcantes, a edificação de uma cruz, símbolo de fé, próprio da nação portuguesa”. Eis a origem do nome do município Primeira Cruz, sendo importante também para Santo Amaro (batizado com este nome posteriormente), que fez parte das primeiras povoações de Primeira Cruz e do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Após a Batalha de Guaxenduba, ocorrida em Icatu-MA, franceses também ancoraram pelas terras de Santo Amaro, onde se sentiram muito atraídos pela paisagem local, percorrendo o rio e o denominando o local de Alegre. Simões e Pereira descrevem essa passagem da seguinte maneira:

Ali saltaram, e segundo a história oral, ergueram uma cruz de madeira, um altar portátil, celebraram missa, ofereceram a São Luís em homenagem ao Rei de França Luís XIII e em memória aos seus compatriotas que haviam falecido na maldita Batalha de Guaxenduba. Fundaram então a Vila do Alegre, hoje Santo Amaro. (SIMÕES; PEREIRA, 2009, p.46)

A ocupação do território de Santo Amaro foi iniciada pelos indígenas Tremembés. Estes povoaram o litoral oriental do Maranhão, desde o Pará até o Rio Grande do Norte. Simões e Pereira (2009, p.27) alegam que a “História responsabiliza esses índios pela criação do termo Lençóis, atribuídos a série de dunas que se espalham pelo Parque Nacional”. Os Tremembés tinham tamanho médio, eram robustos, pele acobreada, cabelos lisos e uma força física bem valente e temida pelas outras tribos, como os Tupinambás e pelos europeus. De acordo com D’ Evreux (2002, p.179, apud SIMÕES; PEREIRA, 2009, P.27) caracterizou a agilidade física destes índios “...a ponto de segurarem pelos braços um dos seus inimigos e atirarem no chão como se fossem um capão”. Eram grandes inimigos dos Tupinambás disputando o meio ambiente que ocupavam. Os Tremembés tinham preferência por habitar nessa região pois a pesca era

abundante e gostavam muito de peixe. Costumavam temperar com o coco e o caju azedo e comer com farinha de mandioca. Também extraíam o vinho puro do caju, colocando em cabaças, fermentando ao sol e bebendo nas festas e rituais. Abre-se um parêntese aqui para ressaltar que esse costume permanece até os dias atuais, sendo prato e bebida típicos e atrativo turístico na gastronomia santo amarense. Já os Tupinambás tinham o hábito de caçar e comer a comida crua ou sobre as brasas no chão. Um dos motivos pelos quais os Tupinambás queriam essas terras é que lá havia florestas com muitos guarás e eles gostavam de comer os ovos e filhotes dessas aves vermelhas. Outro motivo pela disputa de terras era pela colheita do âmbar-gris nessa região. É uma substância cinza, com consistência de cera e cheiro agradável jogada pelas ondas do mar nas praias inexploradas. Para os Tupinambás, era o excremento das baleias. Para os franceses, era a “flor do mar” com cheiro bem atraente. E para os Tremembés era o “ouro flutuante”, pois colhiam e vendiam aos franceses. Hoje em dia, sabe-se que o âmbar-gris é produzido dentro do estômago das baleias cachalotes e depois regurgitado. Muito usado como fixador dos perfumes. Esses eram os três motivos de muitas brigas entre essas tribos: a pesca, a floresta e o âmbar-gris. Os Tremembés tinham o costume de fazer um buraco na areia das dunas para dormirem e ficarem de tocaia contra os inimigos. D’Evreux (2002, p. 179, apud SIMÕES; PEREIRA, 2009, p. 29) faz essa observação ao dizer “Dormem n’areia ordinariamente; servem deste lugar de areias brancas e de árvores secas para agarrar os Tupinambás, como ratoeira para pilhar ratos...” Interessante fazer outra ressalva para os tempos atuais, que nos roteiros turísticos vendidos para fazer a travessia dos Lençóis Maranhenses a pé (trekking), é o resgate dessa prática, o guia oferece fazer o buraco na areia para os turistas dormirem na parada da noite no meio das dunas e os anfitriões também têm esse costume quando atravessam as morrarias para irem pescar.

Outras peculiaridades dos Tremembés era a agilidade para nadar, mergulhar e pescar. Ficavam debaixo d’água por um bom tempo e matavam tubarões. Simões e Pereira (2009, p. 32) relatam que “Tal agilidade na maneira de pescar e mergulhar fez com que eles fossem classificados por D. João V, mediante Provisão Régia (abril de 1723), de Peixes Racionais”. Isso lhes dava habilidade para se aproximarem, no silêncio da noite, da cidade e das embarcações ancoradas para praticarem furto e comerem os náufragos. Esse espírito selvagem de canibalismo e de astúcia e traição desses índios causou terror tanto para os navegantes como para as autoridades. Em função disso, uma ordem de caráter militar veio autorizando o extermínio desses índios que foram

intolerantemente combatidos pelos portugueses e exterminados em sua maioria, brutalmente sem se importarem com sexo ou idade. Marques (1970, p.318, apud SIMÕES; PEREIRA, 2009, p. 30) menciona: “Os índios aliados, travando as crianças pelos pés, matavam-nas cruelmente, dando-lhes com as cabecinhas nos troncos das árvores. De uma maloca de mais de 300, só escaparam 37 índios”.

Fazendo uma análise, a presença dos Tremembés deixou uma herança cultural a Santo Amaro que até hoje permanece, além do que já foi citado aqui. Simões e Pereira relatam sobre atividades dessa época que ainda estão presentes no município:

(...) o uso de cabaças, das cuias, a comida feita com leite de coco e caju azedo, a tiquara (pirão) oriunda do suco de frutas nativas, como o buriti, o murici, o jatobá. Por outro lado, a plantação de coco da praia, da mandioca para fazer a farinha, cujo o processo inicial requer a instalação de pubeiros, a confecção de alguns utensílios caseiros incluindo-se o forno, a panela de barro e outros produtos artesanais. Também a arte de pescar, de fabricar embarcações como os igarités e cascos (pequenas canoas), a rede tecida da palha da carnaúba, banco de madeira onde muitos deles são utilizados pelas lavadeiras, à beira dos rios (SIMÕES; PEREIRA, 2009, p. 34).

Além dos Tremembés, os jesuítas também estão inclusos como os primeiros povoadores de Santo Amaro, que decidiram fixar-se nas restinga e dunas do oeste do rio Alegre, sob o comando de Amaro. Eles eram jesuítas provenientes de Tutóia, que foram expulsos pela prática de grilagem. Chegaram nessas terras com a missão de catequizar os selvagens índios Tremembés. Simões e Pereira avaliam esta catequização comentando:

Pode-se avaliar os jesuítas enfrentando os Tremembés pois estes levavam uma vida em estado selvagem, alternada de latrocínios e guerras. Para tentar doutriná-los, perseveraram na fé... e usaram sobretudo da paciência e coragem. Mais ainda: acabaram optando pela convivência com os mesmos quando tiveram oportunidade inclusive de defender os seus direitos (SIMÕES; PEREIRA, 2009, p.41).

O grande ganho dos jesuítas foi a mudança de hábito dos Tremembés. Depois que se organizaram em aldeias, substituíram a pesca de tubarão por tartarugas, sarnambis, sururus e ovos das gaivotas. O convívio entre os jesuítas e os índios ficou mais harmônico até associarem as obras missionários com trabalhos colonizadores. Os jesuítas passaram a ter suas condutas postas em dúvidas ao se apropriarem legitimamente das terras alegando defender os direitos indígenas. Esse apoderamento se concentrava na busca do ouro. Quando os donos da fazenda tomaram conhecimento, expulsaram os jesuítas. Perseguidos por soldados, os jesuítas fugiram e acamparam perto de uma pequena duna chamada Morro de Espia, onde colocaram um espião de vigia. Quando este

avistou a presença de soldados se aproximando, fugiram para uma restinga próxima às dunas, onde o jesuíta Amaro veio a falecer.

José Joaquim dos Banhos, descendente de Iguaiába, do município de Paço do Lumiar, ficou encantado com a beleza desse local e comprou parte dessas terras, de um português chamado José de Freitas. José Joaquim dos Banhos foi fazer um serviço em Tutóia e conheceu Ana Joaquina Ataíde com quem se casou e foi morar em Iguaiába. Tempos depois a esposa adoeceu, e então resolveram se mudar de Iguaiába para Tutóia levando alguns criados e grande número de animais bovinos, caprinos, ovinos e seus pertences domésticos. Quando passaram pelo rio Alegre, ancoraram no Porto Amaro e ficaram atraídos pelo vasto patrimônio (sítio, gado e escravos) deixado por Amaro e dessa forma decidiram permanecer lá. Com isso, José Joaquim, numa homenagem a Amaro, fazendo valer a sua patente de “coronel” mudou o nome de Alegre para Santo Amaro considerado o fundador desse município. Joaquim dos Banhos mandou construir em frente a sua casa uma pequena igreja, adquirindo para ela a imagem de Santo Amaro, que depois serviu de túmulo ao seu fundador e esposa. Ana e Joaquim não tiveram filhos e adotaram Jacó, Olímpio e José Mudo. Entretanto, em uma das suas viagens para Iguaiába, Joaquim trouxe em sua companhia uma escrava de 12 anos, a Emídia Bruzaca. Emídia adquiriu o sobrenome Bruzaca da família de imigrantes italianos que se instalou em Iguaiába e a adotaram. Joaquim e Emídia tiveram um relacionamento do qual nasceram seis filhos: José, Gentil, Raimundo, Maria e Euzébia. Com a morte de Joaquim, Emídia foi expulsa pelos legítimos herdeiros e seguiu com os filhos ultrapassando as terras do Espigão, decidindo parar para abastecer. Não demoraram a notar que aquele lugar era ideal para se instalarem e devido a existência de um Sapequeiro (local queimado a pouco tempo), deram o nome a este lugar de Pau Seco. Os filhos de Emídia casaram e formaram famílias que foram se multiplicando. O bisneto de José Joaquim dos Banhos, em 1940, entrou com uma ação na Igreja Católica solicitando a mudança do nome Pau Seco. Foi realizado 10 anos depois, mudando o nome para Betânia. Os filhos da escrava Emídia com Joaquim dos Banhos foram os responsáveis pela extensão do sobrenome Bruzaca até hoje dominante no município. E assim, os frutos da união de Emídia Bruzaca com José Joaquim dos Banhos iniciaram o processo de urbanização e desenvolvimento em Santo Amaro. Mais tarde, com o crescimento econômico, Santo Amaro foi elevado à categoria de Vila no dia 31 de dezembro de 1948, através da lei n 269, vinte e dois anos após Primeira Cruz. Trinta e cinco anos depois, num plebiscito realizado pelo Tribunal

Eleitoral no dia 19 de junho de 1994, decidiu-se pela emancipação, efetivada no mesmo ano, no dia 10 de novembro pela lei nº 6.127.

3.3) SANTO AMARO DO MARANHÃO E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO ANTES DA RODOVIA MA 320

Apesar da sua emancipação em 1994, Santo Amaro continuou como um lugar pitoresco, pacato, de vida calma e silenciosa. Está localizado numa posição privilegiada no PNLM e detentor de uma beleza estonteante, motivo pelo qual atrai pessoas desde a época do seu povoamento inicial. Tem uma evolução lenta em sua trajetória em torno dos aspectos econômicos, socioculturais e ambientais que foi fundamentando sua estrutura básica nos últimos anos.

Por muito tempo, o acesso para chegar e entrar no município era por transporte marítimo e fluvial. A viagem nas embarcações a vela e raramente a motor levava em torno de 12 horas ou mais saindo de Santo Amaro para se chegar a São José de Ribamar. De lá se apanhava outro transporte para ir a São Luís.

As ruas de Santo Amaro eram só areal e as casas cobertas com palhas de carnaúba ou buriti, verdadeiros sítios com cercas de pau-a-pique. A iluminação naquela época se processava através de lamparinas. O cotidiano dos moradores era voltado mais para as atividades de subsistência como a pesca, agricultura, pecuária e extrativismo vegetal, obedecendo à técnicas bem rudimentares. Nas atividades de agricultura, o costume era plantar arroz, feijão, mandioca, milho, melancia, batata doce, coco de praia e banana. A farinha era o alimento básico dos moradores. Voltando para a pecuária, os moradores criavam bovinos, caprinos e bubalinos. Esses animais eram criados de forma extensiva, soltos por todos os lados: nos campos perto dos lagos, lagoas, dunas e até dentro do PNLM. Conforme Simões e Pereira (2009, p. 94), por vezes criavam problemas “quando invadiam as ruas deixando os moradores da área urbana sobressaltados e irritados”.

Quando os produtos eram comercializados a venda era realizada dentro da própria localidade, pois o difícil acesso era impedimento para a venda externa. De acordo com os relatos dos moradores mais antigos para vender uma carne bovina, por exemplo, eles anunciavam em auto falantes na praça com antecedência para que pudessem reunir algum número de pessoas com interesse na compra; era um momento de entusiasmo nas

peças. O setor secundário era quase inexistente, mas havia olarias instaladas na periferia da sede. Fabricavam telhas da argila extraída dos lagos e o seu comércio também era restringido ao município. E, também, havia padarias para abastecer a população. As áreas de prestação de serviços públicos como saúde, segurança e educação eram bem precárias. Quando alguém adoecia era transportado a pé até as embarcações dentro de uma rede ou grande lençol, segurado por dois homens em cada extremidade e levado para São José de Ribamar onde, muitas vezes, não resistia. Quando a doença era muito grave entravam em cena as benzedoras. Os partos eram feitos nos domicílios por parteiras leigas à moda tradicional. E o índice de natalidade era alto, pois mulheres eram mães a partir de 12 anos e tinham em média cinco filhos, tornando-se avós ainda jovens. O município era totalmente esquecido pelas autoridades públicas com ausência de rodovias, dificuldade de comunicação e de meios de transportes, isolamento do lugar por questões geográficas e condições precárias de assistência básica.

Este cenário foi se transformando quando entrou no contexto econômico o turismo.

A fase embrionária do turismo pode ser considerada ainda na época do império, no período do povoamento. Dona Anna Pereira e Manuel Diniz, com descendência portuguesa e vindos do Ceará, fizeram moradia em uma ilha do outro lado de Santo Amaro e a batizaram de Ilha de São Chico. Almejando ter melhores condições de vida, tiveram a ideia de fazer o Hotel Fazenda São Francisco. Simões e Pereira relatam:

Denominou-se Hotel Fazenda pelo fato de o casal, ao se tornar rico e cercado de escravos e servos, receber com frequência os “grandes e poderosos coronéis de patente”, que justificava, sua visita, não só pelo desejo de observarem o esquema de trabalho desenvolvido na grande propriedade, como de apreciarem a natureza que a cercava, favorecendo, com a sua potencialidade, um sistema de vida diferente e saudável. (SIMÕES E PEREIRA, 2009, p.56)

Sendo assim, ofereciam aos hóspedes uma farta alimentação, faziam caminhadas pelo imenso horizonte verde da pastagem, pelas morrarias e visitavam o plantio da cana de açúcar e o processo da fabricação do caldo da cana, no qual colocavam em um recipiente e depois que azedasse, ferviam no alambique transformando em aguardente ou cachaça. Também produziam queijo feito de coalhada. Simões e Pereira (2009, p.57) descrevem: “O leite das vacas azedava nas cambucas de cabaças, e transformavam muitas vezes em manteiga comum”.

Outro fato que contribuiu para o surgimento do turismo se deve a incumbência dada a empresa do Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS, em 1957, para perfurar poços nessa região com o objetivo de encontrar petróleo e gás. Com esta missão, a PETROBRÁS desbravou muitos lugares abrindo caminhos e originando as trilhas. Estas trilhas, nos atuais dias, servem de acesso que levam não só a Santo Amaro como também a outros lugares próximos, percorrendo as rotas turísticas dos Lençóis Maranhenses. Simões e Pereira identificam essas trilhas desse modo:

(...) o percurso atual por via terrestre, a partir de São Luís, é feito através da Rodovia Federal BR 135 que, na altura do município de Bacabeira, faz conexão com o município de Rosário, perfazendo-se cerca de 59 km de extensão. Na sequência, acompanha-se o trecho pavimentado, indo-se até o trevo dos municípios de Axixá, Icatu e Morros, quando se faz outra conexão com a Rodovia Estadual MA 402... o trecho que vai de Morros a Barreirinhas é alternado com a presença de outros povoados, incluindo-se Matões, Rosarinho, Pedras, Sangue, onde têm as trilhas, de acesso a Santo Amaro (SIMÕES; PEREIRA, 2009, p.136).

As trilhas eram forradas por muitas camadas de areia e só trafegavam veículos tracionados como as toyotas e tratores, além de cavalos e carros de boi. O panorama das trilhas é margeado por dunas pequenas, matas virgens, com uma flora singular cercada por rios e lagoas, atravessando algumas comunidades. Simões e Pereira discorrem:

No trajeto, atravessam-se, aqui e ali, pequenos povoados, cada um com suas particularidades, que chamam a atenção por terem nos quintais de suas casas, nem sempre cercados, frutas nativas (cocos de praia, atas, cajus, jenipapo), aves e animais domésticos (patos, perus, catraios, galinhas, porcos, jumentos, cavalos, cabras, carneiros, boi), casas de farinha e pequenas roças, onde não faltam, dependendo da época, dentre outros, milho, melancia, abóbora e feijão (SIMÕES; PEREIRA, 2009, p. 138).

Anos depois, este cenário começou a atrair alguns visitantes aventureiros a praticarem os rallies, onde insere-se o Jeep Club do Maranhão, que de certa forma, também contribuiu para a abertura de novos caminhos.

Mesmo com a precariedade do acesso terrestre e dos veículos, essas aberturas de caminhos ou trilhas fizeram superar a procura pelo acesso marítimo. E diante dessa nova preferência do transporte terrestre sobre o marítimo, este continua sendo executado através de São José de Ribamar com demandas voltadas mais para o transporte de cargas. O transporte fluvial também passou a ser mais utilizado saindo de Humberto de Campos e não mais de Santo Amaro. Normalmente, os santo amarenses utilizavam o trajeto fluvial quando havia impedimento para se chegar a Santo Amaro através das trilhas. Em 1950, também houve o transporte aéreo que não funcionava regularmente devido ao preço da passagem elevado, sendo inacessível a população local.

De 1997 a 2000, a Secretaria de Turismo de Santo Amaro trabalhou em cima da articulação para o desenvolvimento do turismo no município mostrando os caminhos que o turismo poderia alcançar para a região. O secretário resolveu se especializar fazendo o curso de bacharel em turismo. Nesse período, tentaram elaborar um roteiro turístico náutico com a Bate Vento, mas não foi para frente por avaliarem como inviável por conta de ser 12 horas de viagem mais 1 hora e meia de deslocamento de trator do porto até a sede. Em 2001, a secretaria foi instalada fisicamente na sede do município.

As primeiras ações estratégicas relevantes para organizar o turismo no município foram elaboradas em 1998. Foi desenvolvido o Plano Turístico do Estado do Maranhão, ou Plano Maior 2000-2010, sendo executado pelo governo do Estado e pelo Programa de Desenvolvimento Turístico - PRODETUR / MA. Deste plano, foi criado o Pólo Turístico do Lençóis Maranhenses que incluía os municípios de Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Na primeira década de 2000, houve um interesse crescente pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM).

Em 2001, com o lançamento da MA 402, a área foi incluída efetivamente no roteiro turístico, com investimentos principalmente na cidade de Barreirinhas, que se tornou a principal porta de entrada para o PNLM. Em Santo Amaro, este acesso facilitou somente da capital de São Luís até o povoado Sangue. A partir daí, exigia-se espírito aventureiro, pois percorria-se por uma estrada não pavimentada com 38 km de extensão até a sede, onde só passavam carros tracionados configurando um acesso difícil. Este percurso durava cinco horas ou mais, dependendo das condições da estrada de piçarra. Por este motivo, Santo Amaro ainda permanecia relativamente isolado do resto do estado, o que fez o turismo evoluir de forma mais lenta do que em Barreirinhas.

FIGURA 2 ESTRADA DE AREIA PARA SANTO AMARO ANTES DA RODOVIA MA 320



FONTE: www.360meridianos.com

FIGURA 3 OBSTÁCULOS NA ESTRADA DE SANTO AMARO ANTES DA RODOVIA MA 320

FONTE: www.mochileiros.com

Os investimentos principais foram nos meios de comunicação, a mídia tornou-se uma grande impulsionadora da atividade do turismo. As cenas de novelas e filmes, “O clone”, “Da cor do pecado” e “Casa de areia” mostraram a beleza dos Lençóis Maranhenses para o mundo todo.

A montagem do filme “Casa de Areia” fez um enorme movimento no município. Os santo amarenses foram aproveitados para figurantes, a equipe do filme ficou hospedada na própria cidade de Santo Amaro e usufruíram dos serviços prestados pelos moradores. Isso favoreceu o aspecto econômico do local onde o resultado foi positivo em termos de fonte de renda. Despertou nas famílias, o interesse em continuar oferecendo serviços de hospedagem familiar estimuladas pelo turismo local. Além disso, gerou um sentimento de autovalorização na população. E desde então, com a propaganda do filme e a divulgação boca a boca, o fluxo de visitantes veio aumentando gradativamente. Noronha e Araújo relatam esse período:

As hospedarias domiciliares do município de Santo Amaro do Maranhão surgiram da necessidade de acomodar, inicialmente, vendedores ambulantes, servidores públicos e pesquisadores. Com o início das filmagens do filme “Casa de Areia”, em 2004, não havia pousadas e hotéis suficientes para atender à demanda da equipe de produção. Dessa forma, algumas famílias disponibilizaram suas casas para acomodar parte dos colaboradores do filme (NORONHA; ARAÚJO, 2017, p.72).

As comunidades tradicionais de Queimada dos Britos e de Baixa Grande também começaram a disponibilizar em seus domicílios os “redários” que servem como um local de apoio para os turistas pernovernarem dormindo em redes.

O município de Santo Amaro começa a ver no turismo uma alternativa viável para o desenvolvimento socioeconômico de sua população. Destarte Noronha e Araújo, ressaltam esta afirmação dizendo:

Verificou-se que a Secretaria de Turismo incentiva o fortalecimento desse tipo de hospedagem, como experiência de turismo de base comunitária, tendo em vista que moradores locais têm oportunidade de poder gerir seu próprio negócio e de se beneficiar diretamente da atividade turística. (NORONHA; ARAÚJO, 2017, p.72)

O segundo plano estratégico de turismo do Maranhão, denominado Plano Maior 2020, foi desenvolvido entre 2009 e 2012. Visa um desenvolvimento mais integrado dos 10 polos turísticos do estado (Estado do Maranhão, 2012). De acordo com o Plano Maior 2020, a principal característica do Polo de Lençóis é o atributo ecoturismo, onde se destaca o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, um dos fenômenos geológicos mais raros do mundo, sendo também a principal atração do país.

Apenas dois anos após o lançamento do Plano Maior 2020 os Lençóis Maranhenses conquistaram seu plano específico de desenvolvimento turístico. De acordo com as ações do Plano Maior, o Plano de Ação Estratégico do Polo Lençóis Maranhenses faz parte do Plano de Realização do Maranhão Único - Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Maranhão, que vai de 2014 a 2022 (SECTUR MA, 2014). Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão também obtiveram planos específicos para o desenvolvimento do turismo e tornaram-se objeto de pesquisas recentes sobre potenciais atrativos e novas possibilidades.

O crescente interesse pelo turismo em Santo Amaro do Maranhão, considerado até então como rota alternativa de acesso aos Lençóis Maranhenses, também gerou planejamento para melhoria das infraestruturas do município. Em 2013, o município ganhou seu plano de desenvolvimento turístico específico, alinhado às ações previstas no Plano Maior 2020 (MARANHÃO, 2012), com vigência para o período 2013 - 2020. A portaria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, nº 199/2017 e o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses disciplinam as principais normas de visitação. Essas normas são necessárias para garantir a segurança durante a visitação e o controle das atividades decorrentes dessa atividade possíveis de

degradação e prejuízos ambientais. Desde 2010, por meio do Decreto nº 63/2010, o ICMBio começou a cadastrar e adesivar os veículos para o entrar no parque. Também iniciou o credenciamento dos seus condutores oficiais e condutores de caminhadas que exige requisitos de cada categoria como inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, CNH categoria "D" para condutores de veículos e curso de primeiros socorros para condutores de caminhadas. A categoria legal de delegação de serviços será permitida nesses casos somente pela a Autorização. Em 2017, com a edição da Portaria ICMBio 624/2017, ficou proibida a entrada de veículos particulares nas áreas de uso público do PNLM.

Noronha e Araújo (2017, p.71) explicam que:

Ações estratégicas importantes foram efetivadas para ordenar o turismo no município, atendendo a requisitos da municipalização do turismo do Ministério do Turismo, como a formação do Conselho Municipal e a criação do Fundo de Turismo Municipal e do Centro de Atendimento ao Turista, que são requisitos básicos para se concorrer a recursos financeiros oriundos do Governo Federal (NORONHA; ARAÚJO, 2017, p.71).

Neste sentido, a Secretaria de Turismo de Santo Amaro despontou na sua organização com relação ao ordenamento do turismo dentro destas diretrizes sob a criação de leis municipais. A Lei Municipal Nº 185/2014 definiu as atribuições da Administração Pública Municipal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. A Lei Municipal Nº 186/2014 instituiu o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico do Município. A Lei Municipal Nº 187/2014 fundou o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo. A Lei Municipal Nº243/2017 instaurou o Sistema de Ordenamento e Controle da Visitação Turística, nas áreas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e na Área de Proteção Ambiental – APA Upaon-Açu Miritiba, Alto Preguiças, através do Voucher Único, no âmbito do município de Santo Amaro do Maranhão e a Lei Municipal Nº244/2017 dispõe sobre a implantação do Sistema de Controle, Ordenamento e Circulação de Veículos Automotores no município de Santo Amaro do Maranhão. Além disso, teve a implantação de um programa estadual que trabalhou uma grande divulgação nos diversos meios de comunicação, atraindo, para esse lugar, um intenso fluxo de vendedores e consumidores do turismo em seus vários aspectos.

Nesse meio tempo, o centro urbano de Santo Amaro começou a ser substituído por uma paisagem diferente de um período atrás, onde começou a se observar casas com novas estruturas, ruas pavimentadas com bloquetes, posto de gasolina, alguns veículos

transitando nas ruas e travessas, praça arborizada, hospital municipal inaugurado em 2003, energia elétrica, agência bancária, farmácia, pequenos comércios, centro de artesanato, pousadas e outros. As primeiras pousadas foram: Solar das Gaivotas, Rio Alegre, Água Doce, Pousada e Restaurante Pontual e Pousada e Restaurante Cajueiro. Muitos visitantes ainda ficavam hospedados nas residências das famílias.

Roteiros turísticos começaram a ser operacionalizados como: Circuito Betânia, Circuito América, Circuito Espigão, Circuito Travosa, Circuito das Emendadas e Lagoas da Gaivota, do Recanto, da Andorinha e da Piscina. Todos estes roteiros destinados a levar o turista para conhecer somente as lagoas e dunas do PNLM e somente nos povoados de Betânia e Travosa com parada para almoço nos estabelecimentos das comunidades. Já os roteiros para o trekking (travessia a pé pelo PNLM) foram iniciados em 2006 e tem como atratividade as comunidades de Queimadas dos Britos e Baixa Grande. Quando chega à noite, após a chegada dos turistas desses passeios, estes se recolhiam em suas hospedagens e dormiam cedo, pois não havia atratividade noturna na sede, levando os turistas a conhecerem a tranquilidade do local. O maior fluxo do turismo acontecia em alguns finais de semana e feriados, mas ainda assim, não tão intenso como o fluxo de turistas em Barreirinhas.

A relação do turismo com o município causou essa transformação no espaço e na vida dos santo amarenses. O turismo em Santo Amaro do Maranhão congregava a experiência do turista na região dos Lençóis Maranhenses como oferta complementar, em muitos casos, ao município de Barreirinhas. O turismo era mais de aventura e desafios das pessoas conhecerem uma logística diferente com os obstáculos na rota entre a BR 402 e chegar na cidade de Santo Amaro. As pessoas se deparavam com um local pacato de pessoas hospitaleiras e uma condição de tranquilidade em um paraíso natural com lagoas e dunas espetaculares e um rio exuberante de águas cristalinas de leito raso e correnteza tranquila.

Por meio de planos e projetos que envolvem especificamente os moradores locais, o município tem priorizado ações de inclusão social do turismo de base comunitária, visando obter benefícios econômicos e sociais. Castro, Lobato e Rocha (2007, p.3) disseram que:

Em linhas gerais as ações se restringem à realização de oficinas do Programa de Municipalização do Turismo – PNMT, ao incentivo à hospedagem familiar, trabalho de sensibilização com a comunidade a respeito da importância do turismo, trabalho inicial na formação de arranjos produtivos, formação e atuação do Conselho Municipal de Turismo, cursos de qualificação implementados pelo governo federal ocasionando uma maior dinâmica no engajamento da comunidade na atividade turística, atividades desenvolvidas pelo SEBRAE-MA, organização de eventos locais e outras ações pontuais por parte da administração local e estadual (CASTRO; LOBATO; ROCHA, 2007, p.3).

Percebe-se que a maioria dos empreendimentos que vão surgindo são de proprietários do próprio município. O turismo passa a ser um complemento da renda de algumas famílias. No entanto, Santo Amaro do Maranhão ainda possui uma forte carência na sua infraestrutura básica e em outros serviços. Apesar do turismo ainda ser de baixa intensidade, com a intensificação dessas visitas surgiram impactos de natureza socioeconômica, ambiental e cultural.

Santo Amaro do Maranhão não possui rede de distribuição de água, sistema de tratamento de esgoto, nem destinação de lixo, sendo todo o lixo (que passa a ser maior com a presença dos turistas) levado para um lixão situado há poucos metros atrás do hospital local. Isso se tornava um problema maior em época das chuvas, pois nessas épocas o lixo era todo depositado em um acesso que vai para o povoado Betânia, há poucos metros dos campos de dunas, já que não era possível o trator atravessar até o lixão situado na margem oposta.

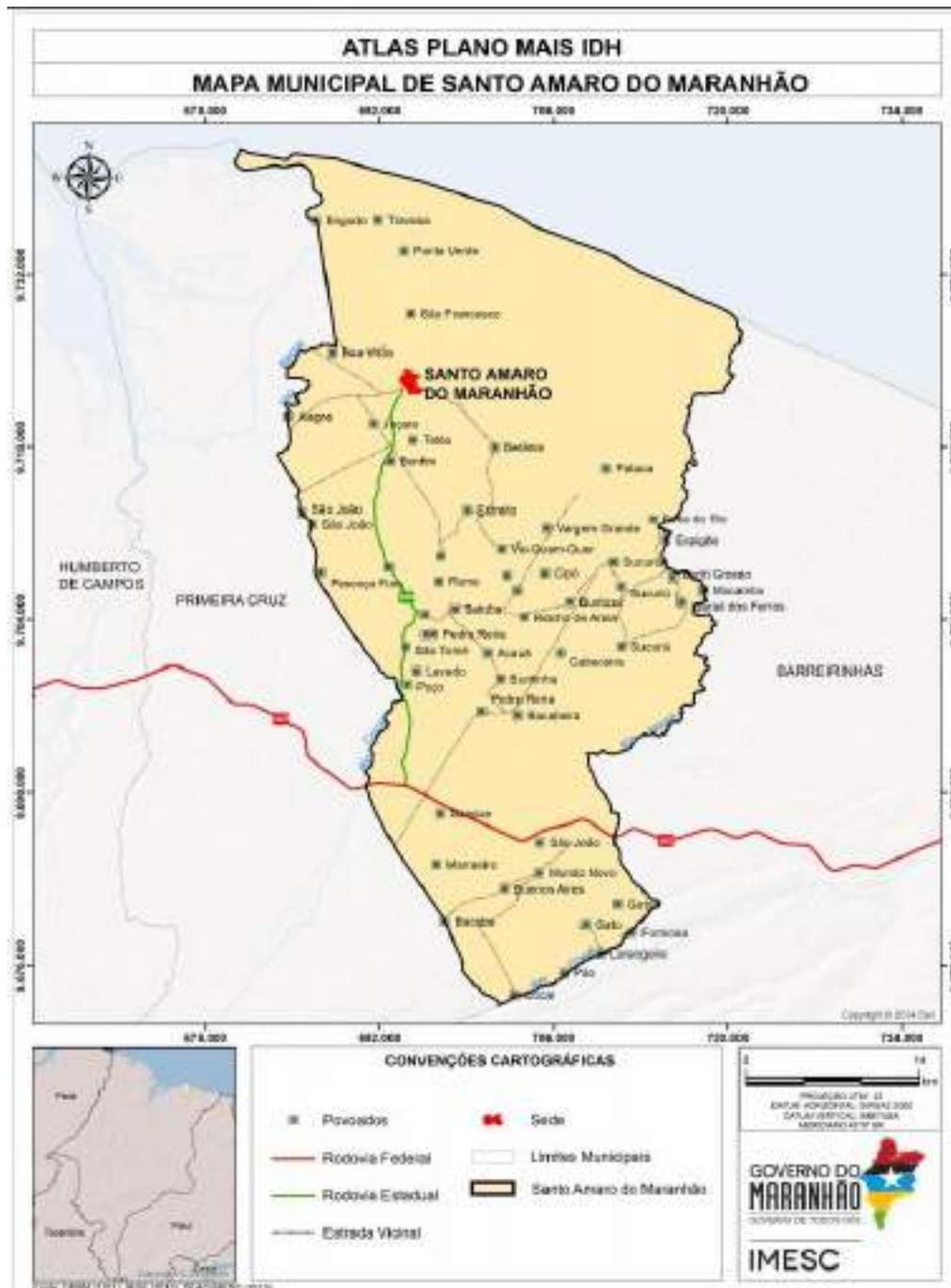
Apesar de ter sido criada a Lei Municipal N°243/2017 que rege o controle de visitação, a Lagoa da Gaiivota estava começando a receber um número preocupante de visitantes que deixavam lixos e provocavam impactos ambientais pela própria incapacidade da lagoa de absorver tantas pessoas. Outro fato foi o aumento do trânsito de veículos pelo leito do rio Alegre que gerou impactos ambientais, potencializando o assoreamento do rio. E outros problemas começaram a surgir segundo Simões e Pereira:

(...) diante do movimento cada vez mais intenso da atividade turística na zona urbana, as consequências começam a surgir, ocasionando problemas como desmatamento desordenado, o que facilita a aproximação das dunas para o centro da cidade; preços elevados na venda dos terrenos; grandes especulações imobiliárias; edificação de imóveis em áreas não recomendáveis, entre outros (SIMÕES; PEREIRA, 2009, p.102).

Santo Amaro até esse momento se encontra na fase de exploração turística, no qual apresenta pouca comodidade, praticidade ou equipamentos aos visitantes.

3.4) A dinamização do turismo após a estrada MA-320

FIGURA 4: MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA RODOVIA MA 320 EM SANTO AMARO-MA



FONTE: ATLAS PLANO MAIS IDH - IMESC

O turismo em Santo Amaro foi promovido com o discurso de desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, preservação ambiental, melhoria e qualidade de vida, desenvolvimento regional e infraestrutura.

Segundo relatos de alguns atores sociais do turismo em Santo Amaro do Maranhão, em 2017 foram realizadas audiências públicas para se discutir com o governo, mercado e sociedade sobre a pavimentação da rodovia MA 320. A proposta do governo com esta ação era impulsionar o turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, estimular a economia e ampliar a alternativa de lazer e cultura do Estado.

Nessas discussões, a participação das pessoas mostrava que as opiniões estavam bem divididas entre ser a favor ou contra a construção da rodovia. Quem era a favor manifestava o argumento de desenvolvimento do município, no qual a geração de renda e emprego através do turismo era o motivo principal, mas também a facilidade de deslocamento do município para a capital e outros locais em tempo bem mais curto. Já quem se mostrava contra era quem defendia querer que Santo Amaro continuasse isolado para manter a preservação e conservação do PNLM. Há quem tenha dito que a discordância pela construção da estrada vinha dos toyoteiros que dominavam os passeios com os turistas partindo desde o povoado Sangue. Eles alegavam que pessoas de fora iriam competir os espaços do mercado com eles, temendo estes serem excluídos da atividade turística.

O secretário de turismo de Santo Amaro que respondia por esta pasta na época, informou que havia um grupo favorável a estrada desde que esta chegasse até o povoado Olho D'água, próximo da sede. Outro grupo defendia que fosse aplicada 6km de área de construção da estrada e a partir daí se seguiria com carro tracionado 4X4 até a sede. O secretário relatou que a secretaria de turismo teve um papel de articulação junto com os vereadores, secretários das outras pastas e representantes do trade turístico. Foram várias vezes a São Luís com a equipe de infraestrutura do Estado discutir sobre a estrada MA 320 e sobre a pista de pouso que é a alça para o Primeira Cruz e povoado Caité, uma estrutura grande que estava abandonada e teve muito recurso da União. Outra questão discutida era sobre a construção da ponte sobre o rio Alegre para dar acesso a sede do município, que até então, apenas caminhonetes com tração 4x4 trafegavam por lá. Eles atravessavam o leito do rio, na parte rasa, levando moradores, turistas e mercadorias que abasteciam o comércio local. Novamente as opiniões estavam divididas. Uns diziam que a sede não suportaria o aumento de tráfego de veículos e o volumoso contingente de pessoas, além do temor em perder a tranquilidade do local para a violência. Outros defendiam que melhoraria o deslocamento tanto dos moradores, como turistas, como também para descarregamento de mercadorias nos comércios e a diminuição do impacto

ambiental degradador sobre o rio. A população sugeriu e foi acatado para que a ponte fosse feita em um modelo rústico. Um assunto também em questão nas audiências era sobre a possibilidade de se fazer um estacionamento público para que não entrasse os carros dos visitantes na sede, o que foi uma aceitação unânime. Dessa forma, a secretaria municipal de turismo de Santo Amaro, compôs uma equipe em parceria com o SEBRAE e buscou experiências em destinos turísticos que fazem uso de estacionamento público, como Jericoacoara-CE e Bonito-MS para estudar a melhor forma de implantação deste projeto em Santo Amaro.

O ICMBio multou a empresa responsável pela construção e embargou a obra da rodovia MA 320, pois o licenciamento ambiental não foi realizado conforme previsto em lei, principalmente por afetar a Zona de Amortecimento do PNLM sem o ICMBio ter sido consultado, conforme previsto na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do SNUC), em seu artigo nº 36. Posteriormente, foi levantado o embargo da obra administrativamente após a construtora e a Secretaria Estadual de Infraestrutura comprovarem que o empreendimento não afetaria os cursos hídricos ao longo do percurso, sendo autorizado a retomada das obras.

Diante disso, o resultado foi que em junho de 2018, o turismo em Santo Amaro ganha força com a inauguração da rodovia estadual MA 320 se tornando outra entrada principal ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Hoje, o acesso de São Luís a Santo Amaro do Maranhão é feito pela BR 135 (de São Luís a Bacabeira), depois pela BR 402 (de Bacabeira até o povoado Pedras) e por fim pela MA 320 até a cidade, num total de 3 horas da capital até Santo Amaro.

Figura 5: Rodovia MA 320



Fonte: Arquivo da autora

Desde as primícias da história do turismo, as estradas abrem novos horizontes denotadas para o desenvolvimento, proporcionando facilidade de acesso e rapidez de circulação de pessoas e produtos e explorações de territórios. As viagens são estimuladas por um grandioso sistema de rodovias administrado pelo estado. A conexão de polos turísticos através de estradas possibilita o fortalecimento da economia regional.

Dessa forma, logo após a inauguração dessa rodovia, o cenário do turismo em Santo Amaro do Maranhão é desenhado por uma nova dinamização da atividade. Com esta acessibilidade cresce a procura por bens e serviços e garante a circulação das pessoas. A pavimentação da estrada produz boas condições na circulação viária até a sede melhorando a acessibilidade aos pontos turísticos do PNLN. O fluxo de turistas nessa região teve um aumento considerável. Segundo informações da Secretaria Municipal de Turismo (2019), o turismo teve um efeito “boom”, meio que explodiu! Em média cerca de 800 a 900 pessoas começaram a visitar o município de Santo Amaro do Maranhão por dia nos feriados, fins de semana e férias (julho, dezembro e janeiro), aproximadamente 70% a mais de visitantes comparando esse movimento nesse mesmo período em 2017. Esse grande número de visitantes na sede ocasionou uma mudança nos costumes e hábitos desta pacata cidade. São turistas andando apenas com roupas de banho em frente às casas dos moradores provocando um certo choque cultural. Várias residências sofreram adaptações e passaram a atender em forma de pousadas, despertou-se o interesse pela terra (valor de uso passa a ter valor de troca). A cultura foi sendo transformada em mercado do entretenimento. Esse aumento na circulação de mercadorias e pessoas estimulou à implantação de mais hospedarias, restaurantes, agências de turismo, operadoras de turismo e outros negócios indiretos modificando as características originais da sede, aumentando a demanda por estrutura básica. Moradores que viviam da pesca e da roça começam a ter o turismo como principal fonte renda. O espaço geográfico está sendo moldado por uma nova abordagem, construído e interligado pelos mais diversos tipos e subtipos de redes de serviços, como redes de transporte, redes digitais e redes urbanas. Segundo Milton Santos (2006), as redes são como um conjunto de locais da superfície terrestre conectados ou interligados entre si e essas conexões podem ser materiais, digitais e culturais, além de envolver o fluxo de informações, mercadorias, conhecimentos, valores culturais e morais, entre outros. A importância dessas redes dá um avanço para o desenvolvimento do turismo em uma localidade. Enfim, vários serviços turísticos foram surgindo para atender a demanda. De acordo com a Junta Comercial do

Estado do Maranhão - JUCEMA, em 2017 havia 251 empresas (de todos os segmentos) cadastradas em Santo Amaro do Maranhão. Em 2018, logo após a inauguração da estrada, esse número subiu para 317 empresas, sendo que até 2020, Santo Amaro do Maranhão já contava 365 empresas regularizadas, fora as demais empresas informais. Desta informação, ressalta-se o número de crescimento das empresas específicas do turismo:

TABELA 2: EMPRESAS DE TURISMO CADASTRADAS OFICIALMENTE EM 2015 A 2020 EM SANTO AMARO – MA

Atividade	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Agências de viagem	17	19	46	73	105	107
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento	3	4	4	4	4	4
Campings	0	0	0	1	1	1
Casas de festas e eventos	0	0	0	1	1	2
Hotéis	12	13	14	15	20	19
Outros alojamentos não especificados anteriormente	9	10	11	11	14	17
Operadores Turísticos	2	3	4	4	7	10
Restaurantes, lanchonetes, casa de chá, suco, sorveterias e similares	8	9	11	12	17	25
Serviços de reservas; organização de feiras, congressos, exposições e festas; excursões e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	3	2	2	2	4	7

Fonte: Tabela criada pela autora em cima dos dados fornecidos pela JUCEMA (2021)

As lagoas e as dunas também sofreram impactos com a presença aproximada de 1000 turistas por finais de semana, sem haver um estudo da capacidade de carga destes atrativos. Esta ferramenta, até então, ainda não tinha sido apropriada em larga escala pelos gestores de unidades de conservação. A capacidade de carga turística é a tentativa de identificar qual o número de turistas que um atrativo comporta sem degradar o seu patrimônio. A capacidade de carga tem que ser entendida não como o número de visitantes que se deseja alcançar em um destino, mas como um limite que não se deve exceder. Existe um ordenamento exigido pelo ICMBio, com a determinação de até onde os carros podem trafegar e a proibição de consumo de bebidas alcoólicas dentro do

parque. Outro ponto a destacar com o aumento do fluxo de turistas é que se tornou constante a travessia dos carros tracionados pelo rio Alegre, ocasionando um assoreamento no seu leito. A fiscalização dos veículos credenciados na área do PNLM não é suficiente, ocorrendo o tráfego ilegal de carros não autorizados pelo parque, nomeados pelos moradores de turismo clandestino. Este transtorno causa desentendimento e chateação entre os moradores, empresários locais e a prefeitura. A produção do lixo cresceu muito e aumentou da quantidade de efluentes e resíduos sólidos, e como não tem um descarte correto pode contaminar os recursos hídricos. Os carros credenciados para passeio ficavam horas em fila de espera, causando algumas vezes desconforto entre turistas. Outro fato a destacar é o aumento do custo de vida. A ganância por dinheiro faz os preços dos produtos subirem, tornando a cidade cara tanto para os turistas como para os próprios moradores. A especulação imobiliária está em alta, isso pode ser percebido pelo surgimento de condomínios e o surgimento de outros negócios. Serviços de telefonia, saneamento, água e atendimento hospitalar continuam precários sofrendo uma pressão maior com o aumento do fluxo turístico.

Em novembro de 2019 com a inauguração da ponte que dá acesso ao perímetro urbano de Santo Amaro do Maranhão (que não foi feita em um modelo rústico como solicitado pela participação popular nas audiências), a sede recebeu um volumoso contingente de pessoas e veículos motorizados. Antes, os veículos que circulavam na sede eram só os carros tracionados e os quadriciclos de turismo. Agora, circula além destes veículos, os carros pequenos e caminhões causando por um lado o tão propalado crescimento econômico que chega através dos descarregamentos de mercadorias para os comerciantes, transporte de moradores e turistas e, também, menos impacto ambiental no rio, uma vez que os carros tracionados não atravessavam mais para sede através dele. Por outro lado, causa também grande transtorno para comunidade e para os turistas dentro da sede, considerando que a cidade não foi estruturada para atender grande tráfego de veículos, tendo com consequências engarrafamentos, destruição do calçamento, insegurança para pedestre e barulho para os moradores.

Silva e Nunes (2006, p.9) consideram que: “...o controle do acesso é extremamente importante para a sustentabilidade da área, principalmente quando se trata de área de pequeno porte... ou uma Unidade de Conservação (...)”. Esse controle representa uma fundamental importância para a sustentabilidade dos destinos turísticos.

Percebe-se então, que logo quando inaugurou a rodovia MA 320, os três atores sociais estavam despreparados para receberem esse volume de turistas, para as novas realidades causando um certo desordenamento da atividade. Há uma necessidade na melhoria dos serviços turísticos em geral, na capacitação dos prestadores dos serviços, no controle de acesso e na determinação da capacidade de carga de cada atrativo turístico.

O turismo em Santo Amaro deixou de ser um turismo só para os aventureiros e passou a ser predominado pelo turismo de massa. O turismo de massa é baseado nesses altos volumes nos centros receptivos como está ocorrendo em Santo Amaro do Maranhão. Para Barretto (1995, p.48), esse tipo de turismo se dá conforme o tamanho da demanda, ou seja, em locais onde a procura para a visita é alta, se tem um turismo de massa. No momento em que o turismo de massa chega ao destino, ele deixa de ser qualitativo e passa a ser quantitativo, pois os locais são explorados sem limite e sem respeito impulsionando irremediavelmente um esgotamento e, conseqüentemente, uma repulsa da demanda, logo, de investimentos.

Em virtude disso, o poder público criou duas leis, seis meses após a implementação da rodovia, no dia 5 de dezembro de 2018, visando obter esse controle do acesso, organizando e ordenando melhor as atividades turísticas. A Lei Municipal nº 260, onde no artigo 2º dispõe sobre o Estacionamento Público Municipal que tem por objetivo a guarda, com conseqüente redução do número de veículos automotores em circulação na sede do município de Santo Amaro do Maranhão, assegurando a fluidez do trânsito e as condições de habitabilidade da população residente. A Lei Municipal nº 259, no artigo 1º, fala sobre a obrigatoriedade do uso do voucher em todos os atrativos turísticos do município de Santo Amaro do Maranhão; o artigo 2º define o voucher como um sistema de controle dos fluxos de turismo aos atrativos, assegurando a preservação do ecossistema, o controle sobre as informações, capacidade de carga dos atrativos, segurança empregada na operação, valores acordados na prestação dos serviços e a segurança do visitante, bem como regulamenta a relação entre agências de turismo e transportadoras turísticas e/ou cooperativas de transportes.

Alguns visitantes e moradores mostram resistência às regras impostas, como em ter que deixar o seu carro no estacionamento e tomar outra condução, não aceitar o acesso limitado no PNLN e outros. Mas há quem defenda a necessidade das regras para se obter um turismo sustentável. Os conflitos eram trabalhados para serem resolvidos com muita

paciência embasados nas leis e nos termos assumidos pelo Grupo Gestor composto pela Prefeitura Municipal, Conselho Municipal de Turismo e pelo ICMBio. Ações educativas e instrutivas foram feitas no sentido de ganhar confiança na sua realização.

As rotas turísticas foram criadas e operacionalizadas, conforme a Lei Municipal Nº 259, de 05 de dezembro de 2018, estabelecendo em caráter experimental o número de visitantes diário por atrativos como mostra a tabela abaixo:

TABELA 3: ROTAS TURÍSTICAS OFICIAIS DE SANTO AMARO DO MARANHÃO

Rotas turísticas em Santo Amaro do Maranhão	Capacidade de carga
Circuito Cajueiro / Serra / Gaivota	200 visitantes / dia
Circuito Andorinha / Maçarico	200 visitantes / dia
Circuito Emendadas	50 visitantes / dia
Circuito Betânia e região	300 visitantes / dia
Circuito Caiaque Betânia / Santo Amaro	100 visitantes / dia
Circuito Espigão	50 visitantes / dia
Circuito Travosa	200 visitantes / dia
Circuito Ponta Verde	100 visitantes / dia
Circuito América	100 visitantes / dia
Circuito Barra / Espigão	100 visitantes / dia
Circuito Barra / Satuba / Buritizal / Lavado / Rancharia	150 visitantes/dia
Circuito Barra / Buriti Grosso / Sucuruju / Lagoa da Esperança	150 visitantes / dia

Fonte: Tabela criada pela autora em cima das informações do Art. 6º da Lei Municipal Nº259/2018.

No entanto, a grande pergunta que inquieta é como calcular essa capacidade de carga sobre determinada área? Segundo esta lei, a lógica era explorar esses roteiros turísticos em caráter experimental, sendo ajustados e alterados de acordo com o impacto no meio físico, qualidade da paisagem, segurança e satisfação do usuário. Para as atrações dentro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, as adequações e mudanças necessárias no processo de implantação do roteiro turístico seguirão as normas e diretrizes estabelecidas pelo plano de manejo. Nos pontos turísticos do entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, os ajustes e transformações necessárias no processo de implantação do roteiro turístico serão realizados pela Comissão Municipal de Turismo.

Para obter e aprofundar os dados, a Prefeitura de Santo Amaro, o ICMBio e outras instituições estabelecerão uma parceria para a realização de pesquisas sobre o impacto da visitação pública nos atrativos turísticos, na satisfação e experiência do turista e outras variáveis.

O aumento da geração de renda é um dos impactos mais positivos identificados, pois está sendo distribuída entre a população local e para implantar os serviços turísticos. E a geração de emprego também é um dos impactos mais almejados, pois atinge toda a comunidade local, principalmente em período de alta temporada em que se ofertam trabalhos temporários. Isso logo reflete na melhor qualidade de vida da população e, também, vem estimulando a permanência da juventude no município em função das oportunidades de trabalho que o turismo tem gerado. Os jovens que antes iam embora da sua terra para estudar fora, passam a ficar para trabalhar com o turismo.

Contudo, percebe-se a inclusão social somente dos moradores da sede, pois a atividade turística passa a ser a principal fonte de renda dessas famílias. Percebe-se que os moradores da zona rural ficaram às margens dessa atividade. Toda essa dinâmica do turismo despertou o desejo de moradores de três comunidades rurais (Barra, Satuba e Buritizal) que começam a se organizar para implantar o turismo de base comunitária. Elas olhavam os turistas passarem pelos povoados direto para sede ou para as dunas e lagoas, e perceberam que também podiam fazer parte do processo turístico. Nesta lógica, o turismo de base comunitária surge como uma alternativa ao turismo convencional, pois vem explorar as potencialidades de forma que valorize as especificidades do local, incluindo a comunidade como autogeradora de renda e qualidade de vida.

Uma preocupação com o avanço do turismo em massa em Santo Amaro do Maranhão é a ameaça da apropriação do espaço pelos grandes empreendimentos turísticos gerando conflitos socioambientais. A posição do estado, nos níveis federal e estadual, está atrelada aos grandes empreendimentos que se apresentam com discurso de desenvolvimento através da geração de emprego e renda, e de modernidade com instalação de equipamentos turísticos de alto investimento. Entretanto, há um jogo de disputa entre o Estado, os grandes projetos e a comunidade. A comunidade, nesse caso, tem a força de resistir a essas ações que confrontam seus interesses. O Projeto de Lei do Senado - PLS Nº 465/ 2018 e a Concessão de Serviços de Uso Público são exemplos

desses empreendimentos que estão tirando o sossego e causando aflição na maioria dos santo amarenses.

A seguir, será discorrido mais detalhadamente sobre as iniciativas de turismo de base comunitária atuantes em Santo Amaro do Maranhão e sobre o olhar das comunidades em relação aos grandes projetos que cercam o município, considerados impactos turísticos após a rodovia MA 320.

3.4.1) O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UM MODELO DE TURISMO VOCACIONAL EM SANTO AMARO SENDO INVADIDO PELO TURISMO DE MASSA

“A atividade turística tem sido vista como um meio possível para viabilizar o desenvolvimento de várias regiões do país, sejam capitais, municípios, comunidades rurais, vilas litorâneas, ribeirinhas ou até mesmo propriedades privadas” (Vieira, 2022, p.23), sendo dessa forma, responsável por diversas transformações econômicas no mundo. Essas transformações impulsionaram o turismo de massa que conhecemos hoje. Panazzolo relata que:

A cada dia, um número maior de pessoas utiliza suas férias para viajar. O turismo massivo se consolidou, atualmente, em virtude das viagens econômicas (menor custo, em função das parcerias com companhias aéreas e de outros setores) e dos pacotes turísticos organizados pelas agências e operadoras, que possibilitaram a visitação de novos destinos e a realização dos sonhos de muitas pessoas. (PANAZZOLO, 2005, p.8)

O turismo de massa contribuiu significativamente para a economia dos países visitados, um importante gerador de divisas. Panazzolo (2005, p.12) afirma que “o turismo de massa apesar de ter muito ainda o que melhorar, assumiu um papel de destaque e uma condição de grande potencial de geração de empregos, de lazer e de entretenimento em nível mundial”.

Entretanto, os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento são diferentes quando se trata do social. Ademais Coroliano diz que:

Pensar o desenvolvimento exige outra lógica, que não a da produtividade a qualquer custo, competitividade e acumulação, encerra uma revolução de ideias e práticas sociais, que oriente pessoas e organizações para a produção e o consumo partilhado, respeitando os ciclos da natureza. (CORIOLANO, 2012, p. 63).

Sob uma perspectiva social, Barretto (1991, p.47) afirma que “o turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação.” Dessa forma, Vieira (2022, p.24) declara que “o Turismo de Base Comunitária -TBC é abordado como uma ferramenta para garantir que haja sustentabilidade e responsabilidade social no desenvolvimento da atividade turística”.

Então, TBC é uma forma de gestão que fortalece a garantia de direitos e territórios, desde que as atividades econômicas executadas sejam realizadas de modo sustentável e sejam protagonizadas pela comunidade local, para minimizar impactos ambientais, culturais e sociais. Vieira (2022, p.26) diz que para “o TBC ser implementado demanda organização social conjunta para planejar e executar o que se propõe para o destino”. Maldonado (2009, p.31) aponta que se deve ocorrer “autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.” Logo, percebe-se que as questões prioritárias no TBC é exatamente a preservação da dignidade humana, do trabalho e da conservação do meio ambiente.

Os resultados advindos produzidos pelo TBC, sejam eles positivos ou negativos, pertencem à coletividade. Vieira (2022, p.26) ressalta que ao “pensar-se nos impactos, é relevante que exista o reconhecimento das atividades desenvolvidas nos arranjos produtivos e a repercussão destas para a sociedade e o meio ambiente local”. Segundo Oliveira Junior:

O Turismo não é e nem pode ser visto apenas como uma atividade econômica. É também uma atividade carregada de signos, representações, resistência e de valores sociais. Mas da mesma forma que traz o desenvolvimento e o crescimento dos lugares, traz também destruição da natureza, das comunidades locais e das tradições. (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 7).

A crítica que se faz ao modelo de TBC, é que a essência dele seja uma “visão romântica e salvadora do mundo”. Atualmente, vive-se em mundo capitalista em que os índices econômicos são normalmente usados para manipular o comportamento social. Sobre a este respeito, Brandão diz que:

Felizmente, longe dessa ditadura econômica, existem diversos povoados, grupos sociais, comunidades que acreditam no relacionamento e na ação social como forma de resistência ao que está posto, constituindo, a partir da coletividade ameaçada, uma vida orgânica e real através do sentimento de pertença e da comunhão de objetivos e ideais, vínculos construídos pelo que se é, não pelo que se tem. (BRANDÃO, 2014, p.199)

O TBC não é para ser visto somente como uma contribuição ao cenário do turismo, vai mais além. É compreender a dinâmica social da comunidade, quais os seus reais valores, quais as suas fragilidades, qual a importância que essa comunidade representa aos seus antepassados, aos seus contemporâneos e aos seus sucessores. É ter cautela com sua abertura ao turismo para que a natureza e essas comunidades tenham aparatos legais de proteção.

Apesar do TBC ser visto com uma alternativa ao Turismo de Massa, não anula a possibilidade de gerar impactos negativos. Brandão (2014, p.186) diz que no TBC “nem tudo pode ser compartilhado, pois ao mesmo tempo que a intimidade, os costumes, hábitos podem ser acolhedores, eles também podem causar repulsa, ainda mais quando são mal compreendidos ou não aceitos pela cultura de quem é de fora”. Outro fator a ser considerado é tempo de permanência que o turista passa em um determinado lugar. Brandão (2014, p.186) relata que “caso esse tempo seja ultrapassado, poderá gerar frustração ao trazer à tona aspectos da rotina do lugar visitado, que muitas vezes, choca-se com a sensação de melancolia e da ausência da rotina anterior”.

Essas e outras reflexões devem ser analisadas para que haja compreensão sobre o que constitui o TBC e todas as implicações que elas remetem no modo de viver das comunidades.

A realidade é que jamais se chega à satisfação plena, mesmo que se dê o melhor, pois sempre haverá necessidade de um complemento para a garantia de uma melhoria. Brandão (2014, p.188) chama de “uma melhoria inalcançável à viagem... Por isso que, no turismo, há a necessidade de, constantemente, transformar o simples contato com uma paisagem, monumento ou o anfitrião da comunidade receptora em uma experiência mais humana, que fortaleça as relações dos que ali se fazem presentes”.

O turismo em Santo Amaro nasceu de uma forma bem tímida e lenta enquanto seu acesso era feito com muita dificuldade. Era um turismo mais específico para aquelas pessoas que gostavam de aventuras, com perfil ambiental mais responsável e que estavam dispostas a pernoitarem e se alimentarem nas casas dos moradores. Isso fez com que os santo amarenses demonstrassem o interesse em fazer parte das atividades do turismo desenvolvido em seu município. O turismo de base comunitária - TBC nasce nessa região de forma espontânea quando a população passa a oferecer hospedagem e refeições em suas próprias residências, gerindo seus próprios negócios, sem muito conhecimento desta

forma de turismo. A hospedagem familiar surge quando parte da equipe cinematográfica do filme “Casa de Areia” pernoita nas casas dos moradores, pois em 2004, não havia pousadas e hotéis suficientes que comportasse toda a equipe de produção. Com a construção da BR 402, que liga São Luís a Barreirinhas, principal entrada até então aos Lençóis Maranhenses, melhorou a via de acesso e diminuiu o tempo de deslocamento, de nove horas aproximadamente, para três horas, permitindo o fluxo turístico da região. A repercussão positiva por meio do filme citado, foi aumentando gradativamente a demanda por acomodação para pernoite, o que estimulou as famílias em continuar o trabalho de hospedagem domiciliar.

Moradores de Queimadas dos Britos relatam que também iniciaram suas atividades turísticas colocando suas casas para servirem de apoio ao turista. Em 2006, chegavam até a comunidade hippies que atravessavam a pé os Lençóis Maranhenses, outros que faziam rally quando não havia ainda a proibição de tráfego de carros por essa região; outros grupos como ciganos e representantes das igrejas também faziam caminhadas. Depois essas caminhadas foram oficializadas com o nome de trekking como roteiro turístico, onde os estrangeiros são os mais adeptos, principalmente os franceses. Sempre pediam um lugar para dormir e algo para comer. E os próprios visitantes foram dando ideias de como a comunidade poderia se organizar para serem um ponto de apoio a eles. Então, algumas famílias passaram a fazer nos quintais estruturas de apoio onde eram colocadas redes de dormir para o pernoite do turista, hoje conhecido como “redário”. Os turistas interagem com as pessoas da comunidade participando das atividades cotidianas, comendo as mesmas comidas, conhecendo o trabalho da roça e da criação de animais, e ouvindo as estórias locais. Isso fez a comunidade buscar conhecimentos que pudessem melhorar o trabalho com os turistas.

FIGURA 6 COMUNIDADE QUEIMADA DOS BRITOS



A Prefeitura Municipal, em parceria com o Ministério de Turismo, o Governo do Estado, universidades e outros órgãos chegou a oferecer cursos para a qualificação da prestação de serviços como: atendimento aos turistas, camareira e técnicas de vendas. Atualmente, a população de Queimadas dos Britos, conhecida como o Oásis dos Lençóis Maranhenses, é composta por 13 famílias, das quais dez trabalham com o turismo. Essas famílias desenvolvem as atividades comuns da área rural como produção agrícola, através do plantio de mandioca da qual fazem a farinha, criação de animais (bovinos, suínos, caprinos e aves) e pesca artesanal. Em relação ao turismo todos os membros da família participam da atividade gerenciando a hospedagem, a comida e os passeios que podem ser a pé ou de quadriciclo. O local não tem energia elétrica, mas usam energia solar. Suas casas são bem rústicas, com bancos de madeira, potes com água feitos de argila e na cozinha o fogão de barro a lenha. As famílias permanecem com as suas mesmas atividades cotidianas e descobriram o quanto o modo de viver delas encanta o turista. Muitas consideram o turismo hoje a sua principal e declaram estarem muito satisfeitas. Noronha e Araújo avaliam que:

(...) a receita oriunda das hospedagens é de fato uma alternativa de renda para as famílias, tendo em vista que todos os proprietários se dizem satisfeitos, em especial na alta temporada. Muitas vezes, essa renda, dependendo da época, é superior à renda principal de algumas famílias. (NORONHA; ARAÚJO, 2017, p.73)

Na comunidade de Betânia também não foi diferente. A comunidade relata que há aproximadamente 17 anos, a motivação do turismo se inicia com um visitante que pede um local para dormir e uma comida caseira para a família de dona Chagas. Com sua estadia, ele fica maravilhado com o local e incentiva a moradora em oferecer sua casa e comida para visitantes, como um ponto de apoio. A partir de então, funcionários da PETROBRÁS também começaram a ir em Betânia. No início, os moradores não sabiam nem cobrar um valor pela comida que serviam e nem pela estadia, diziam que era para o hóspede dar a quantia que quisessem. Com o tempo, sob orientação dos próprios turistas, foram organizando melhor seus serviços e tiveram algumas capacitações oferecidas pela prefeitura e universidades. A comunidade declara gostar muito de trabalhar com o turismo, não só pela renda, que atualmente se tornou a principal, mas pela relação que tem com os turistas, pois um aprende com o outro, turistas querem aprender sobre seu modo de vida e ficam proseando e a comunidade aprende com os turistas, principalmente em como organizar o turismo e como preservar o meio ambiente. Vieira (2022, p.93) afirma “que a comunidade de Betânia não tem o turismo como uma atividade

complementar... Nota-se a expansão do negócio comunitário quando fala-se em empregabilidade, tendo em vista os aspectos sociais e financeiros”, respaldando o estudo desta dissertação.

FIGURA 7 COMUNIDADE DE BETÂNIA



FONTE: Arquivo da autora

Com a inauguração da rodovia MA 320, o acesso para se chegar a Santo Amaro do Maranhão fica mais fácil, seguro e rápido mudando todo o cenário do turismo atraindo turistas do mundo inteiro. O turismo de Santo Amaro que tinha uma vocação inicial para o turismo comunitário, com a crescente demanda turística, passa a ser predominado pelo turismo de massa.

O turismo está inserido no processo de acumulação e circulação do capital social, faz parte do atendimento às necessidades de lazer, negócios e cultura das pessoas e está conectado aos meios de produção. Marx (2001) atribui a satisfação das necessidades humanas às mercadorias, sejam elas utilizadas diretamente como meio de sobrevivência, objeto de consumo, ou indiretamente como meio de produção, independentemente de sua origem, seja do estômago ou da fantasia.

Com base na interpretação de Marx sobre a circulação do capital, Harvey (1990) observou que a poupança, ou seja, a acumulação destinada a fluir, pode liberar capital para acumulação, portanto, é a base do poder capitalista.

Parte dessa economia é transformada em gastos de lazer, circulação de fundos, práticas de turismo e criação de oportunidades para novos negócios na sociedade e na economia capitalista.

A prosperidade do turismo de massa não se dá por causa das belezas naturais. Ocorre na medida em que a classe social começa a se deslocar, fruto da economia para o lazer, com a necessidade de se desfazer da atividade diária do local do trabalho, na proporção que passa a ter redução na sua carga de trabalho. O direito às férias começou a se tornar uma condição necessária para que a nova estrutura produtiva complementasse a energia da força de trabalho. Exatamente o que aconteceu em Santo Amaro. As belezas naturais sempre existiram, mas o turismo explode quando a rodovia MA 320 facilita a chegada dos visitantes em satisfazer suas necessidades.

Essa facilidade de chegar a todo momento e a toda hora em Santo Amaro passa a atingir outros perfis de turistas. Começa a atingir um público mais próximo da sua região, aquele que quer ir e voltar ao destino de origem no mesmo dia, conhecido também como turismo de “bate volta”, normalmente feito por pessoas sem muita preocupação com preservação ambiental, proporcionando um número muito grande de pessoas visitando a sede e os atrativos turísticos (dunas e lagoas). Só que a circulação do capital fica centralizada só na sede e nos povoados já contemplados pelas rotas oficiais do turismo no município, deixando as outras comunidades das zonas rurais às margens da atividade.

Esse deslocamento dos turistas desperta nas comunidades rurais que estão no entorno dessa dinâmica a vontade de também querer ganhar com o turismo. A estrada impacta essas pessoas com uma nova visão de oportunidade de melhoria de vida e expectativa de serem incluídos no processo da atividade turística, o que não havia antes. Entretanto, ao mesmo tempo que surge o desejo de ganhar dinheiro com o turismo, percebe-se nessas comunidades uma preocupação com a execução de turismo devastador e dessa forma vão em busca de orientações para a possível implantação de um turismo mais responsável, pois não sabem como fazer.

FIGURA 8 TURISMO EM SANTO AMARO APÓS A RODOVIA MA 320



FONTE: ARQUIVOS DA AUTORA

Foi então que, em 2018, o projeto Rota das Areias nasceu de uma articulação feita por técnicos do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento – LABEX da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, do Consórcio Público Intermunicipal Norte e Leste Maranhense - CONLESTE Maranhense, do Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER, da Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão, juntamente com os moradores dos povoados Barra, Satuba e Buritizal. Teve sua origem a partir de um projeto do LABEX que faz parte do edital 2018 – 2020 do programa Mais Extensão, da UEMA, onde visava a produção agroecológica na comunidade Satuba para fornecimento de produtos agropecuários aos bares, restaurantes e pousadas do trade turístico de Santo Amaro.

Entretanto, líderes comunitários dos povoados de Barra, Satuba e Buritizal, expuseram o desejo não só de fornecer produtos agropecuários, como também gostariam de estar mais envolvidos nesse circuito turístico. Alegaram que seus povoados, já há algum tempo, estavam servindo de passagem para turistas que buscavam conhecer as belezas naturais do município, sem necessariamente seguir os roteiros oficiais da Secretaria Municipal de Turismo.

A partir disso, foram realizadas algumas reuniões, visitas, passeios e articulações envolvendo os técnicos das instituições citadas e os moradores das comunidades onde foi

decidido uma nova proposta, trabalhar a implantação de uma rota turística alicerçada nos princípios de turismo comunitário, que posteriormente foi denominada pelas comunidades como Rota das Areias. O turismo comunitário desenvolve roteiros turísticos no meio rural criando novas demandas e novos valores de uso. O estilo de vida da comunidade torna-se um produto turístico.

Diante das primeiras reuniões com as comunidades e considerando todas as informações adquiridas, a equipe técnica foi rabiscando um primeiro roteiro aonde os turistas chegariam pela MA 320, entrando na Rota pelo povoado Barra e seguiria por Satuba até Buritizal. Entretanto, na proporção em que a equipe técnica visitava outras comunidades, percorrendo os caminhos explorados por alguns turistas, o roteiro foi ganhando novas propostas. Dessa forma, permaneceria o primeiro roteiro e incluiria nove outras comunidades, sendo três sub rotas após Buritizal.

Assim, com a participação de cada comunidade, a Rota das Areias foi definida em quatro sub-rotas. A primeira sub-rota inclui as três comunidades: Barra, Satuba e Buritizal. E, na sequência, seguindo de Buritizal para Espigão, depois para Lavado do Sérvulo e até Rancharia. A terceira segue de Buritizal para Buriti Grosso, depois para Sucuruju indo até Lavado do Maneco. E a quarta sub-rota segue de Buritizal até Queimada Grande, passa por Boca da Lagoa e termina na Lagoa da Esperança.

Ao todo, a Rota das Areias permite conhecer doze comunidades rurais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e entorno, seu modo de vida, culinária e muita história da região num espaço geográfico de beleza deslumbrante.

A direção do LABEX envolveu os alunos de graduação da UEMA para participar do projeto e executar o diagnóstico socioeconômico das famílias e das comunidades. Diversas capacitações foram ofertadas como o turismo de base comunitária, produção animal, agroecologia, hospedagem cama e café e outros. Desse diagnóstico foi elaborado o inventário turístico dessas comunidades.

A primeira capacitação foi de turismo de base comunitária, sendo o curso total novidade para os moradores, pois desconheciam o modelo TBC. Como resultado do curso observou-se que todos gostariam de se envolver em alguma atividade, de acordo com a sua respectiva capacidade, desde que houvesse geração de renda para as suas famílias, valorização e reconhecimento das suas culturas, preservação do meio ambiente e, especialmente, melhoria da qualidade de vida da população local. Diante dessas

respostas se reafirmou o desejo das comunidades em serem inseridos nas práticas do TBC.

Em todos os cursos, os participantes foram bastante atuantes. Foi verificado que alguns participantes, após o curso, haviam feito investimento em hospedagem tipo redário, e serviços de restaurante já atendendo uma certa demanda de turistas.

Para a realização de alguns cursos, as comunidades se organizaram com a logística de alimentação e transporte dos alunos dos povoados vizinhos até o local de realização do curso, além da hospedagem e alimentação para a equipe de professores. Mostraram nessa ação o poder de articulação, responsabilidade e gerenciamento com o projeto. Eles se sentiram muito empolgados com o curso oferecido dando uma nova força a Rota. Algumas famílias já estão comercializando seus doces e bebidas artesanais e redes feitas à mão. A coordenação buscou parcerias com a Secretaria do Estado do Turismo –SETUR que colaborou com a oferta de capacitações e criação da logomarca.

O ICMBio passou a ser um importante parceiro em função da sua responsabilidade com o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, afinal qualquer atividade da rota que passe por dentro do PNLN precisará da liberação do Instituto. E como este órgão está priorizando esse tipo de turismo nas diversas unidades de conservação no Brasil, a equipe que coordena o parque passou a se interessar pelo projeto e a apoiar integralmente.

Atualmente, o projeto ainda está em fase de implantação e com as atividades paralisadas, aguardando a situação pandêmica ficar sob controle para retornar às atividades presenciais dando continuidade as próximas etapas do planejamento.

Também em 2018, outro projeto de turismo comunitário é executado em Santo Amaro pela equipe do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA, com participação de professores do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA. O projeto com interface na pesquisa “Turismo de base comunitária e desenvolvimento local: desafios e desafios para o fortalecimento do município de Santo Amaro” executou atividades nas regiões de Satuba, Buritizal e Lavado do Sérvulo e realizou estudos sobre as atividades voltadas para o turismo nos setores da hospedagem, rede e café, gastronomia regional e entretenimento. A equipe afirma que as comunidades de Betânia, Travosa, Espigão e parte da sede já

desenvolvem um turismo comunitário. Por este motivo, o principal objetivo do projeto nesses locais é auxiliar a comunidade na organização e preparação para receber os turistas, de modo mais sustentável, além de disseminar a cooperação entre os comunitários empreendedores.

Na comunidade de Travosa e Betânia foi realizada a oficina de “Modelagem de Negócios para o Turismo de Base Comunitária”. Participaram do curso as marisqueiras, cozinheiras, barqueiros e comunitários que já desenvolvem a atividade do turismo, principalmente, no segmento de hospitalidade e gastronomia. Além da oficina, também foi realizado consultorias individuais nos domicílios comunitários que já ofertam serviço de hospedagem e com aqueles que pretendem empreender. O objetivo foi identificar as demandas e avaliar a estrutura física das casas. O projeto também trabalha a Rota dos Pescadores, que sai da sede de Santo Amaro e passa por parte de um trecho de dunas e lagoas e pelo litoral até chegar a Travosa. Este projeto também está em fase de desenvolvimento.

Diante disso, pode-se afirmar que a experiência dos projetos revela que as universidades, colegiados e consórcio público dos municípios têm sido estratégicos para apoio ao TBC.

Vale ressaltar que muitas vezes a própria comunidade não consegue perceber que é um "depósito de valor" porque a qualidade de seus produtos faz parte de seu estilo de vida. Por exemplo, a farinha e o doce de buriti produzidos nas comunidades rurais de em Satuba e Buritizal em Santo Amaro constitui uma diferença de valor quando vendida em supermercados, onde os bens são identificados como valor de uso. Levar os turistas ao local de fabricação do produto e fazê-los participar do processo compreendendo a cultura da comunidade, agrega valor ao produto turístico. Sem assim, Brambatti (2011) afirma que a mercadoria neste negócio não inclui somente os objetos físicos, mas também o valor estabelecido como a qualidade da mercadoria adquirida no próprio processo da visitação.

Desse modo, a mercadoria não é simplesmente comercializada, mas materializada com valores agregados. Portanto, o turismo comunitário valorizará tudo ao seu redor, não só o valor da mercadoria de compra e venda, mas também o valor de tudo o que ali se produz dando um novo significado pela valorização da identidade cultural e pela atividade turística.

O Turismo Comunitário é uma forma de organizar o turismo gerenciado pelas próprias comunidades. Para o Ministério do Turismo – Mtur (2008), o TBC busca estabelecer um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local, com ênfase no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística. Para as comunidades, este turismo estimula o desejo de obter uma renda complementar, incluindo novos conhecimentos, organização comunitária, valorização cultural e interação com outras experiências trocadas com os turistas. Na perspectiva do turista, o TBC é uma oportunidade que ele tem para conhecer o estilo de vida da comunidade, faz estadia nas casas das famílias, vivenciando e experimentando atividades do cotidiano local, assim como saboreando aquelas gostosas comidas caseiras típicas do local. Para as universidades, o turismo vai promover o desenvolvimento humano no dia a dia das comunidades e agregar mais valor ao seu estilo de vida. Respeita a dinâmica do território e dá novas lógicas de mercado que se consolidam nas relações sociais.

O turismo comunitário é formado por muitas pessoas, onde os atores sociais podem juntos aprender e ensinar, destruir e construir, criar e recriar, conviver e compartilhar, descobrindo a riqueza e importância para cada participante desta atividade.

Um grande obstáculo a essas iniciativas é a falta de políticas públicas adequadas para o TBC, pois compromete a sustentabilidade financeira de projetos. Os dois projetos envolvidos obtiveram recursos públicos obtidos por programas aprovados em editais, porém, por um curto espaço de tempo, provocando a busca de recursos por outras vias, geralmente através de parcerias. As parcerias com o poder público, mesmo que firmadas e um pouco mais atuante, geralmente não priorizam ações para o desenvolvimento de TBC.

A Secretaria de Turismo de Santo Amaro também mostra desenvolver o turismo apoiando e adotando ações de inclusão social com o turismo de base comunitária, por meio de programas e de projetos. Entretanto, também incentiva o turismo tradicional, de massa, vinculado à consolidação do capitalismo, contrariando a preocupação com a relação social, cultural, ambiental e econômica das comunidades envolvidas. Observa-se então, dois tipos de turismo paralelos em Santo Amaro que geram impactos diferentes, o

turismo de base comunitária e o turismo de massa, reforçados e advindos com a inauguração da Rodovia MA 320, respectivamente.

Embora o TBC tenha muitos efeitos positivos, especialmente quando comparado com o turismo de massa, é importante enfatizar que o mal planejamento e gerenciamento de iniciativas produzem benefícios em curto prazo, e há uma grande oportunidade de no futuro ser apropriado pelo turismo que tanto confronta. Para levar qualidade de vida a todos os participantes sociais desse processo, o princípio do TBC deve ter uma base bem solidificada.

Pode-se considerar que as ações do TBC em Santo Amaro vão de encontro à legislação ambiental referente a UC.

3.4.2) A PRESSÃO DOS GRANDES PROJETOS SOBRE AS COMUNIDADES: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465/ 2018 E A CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE USO PÚBLICO

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é uma referência mundial de beleza paradisíaca e sonho de consumo, é a “menina dos olhos” do turismo no Maranhão. Para Barretto (1995, p.48), esse tipo de turismo se dá conforme o tamanho da demanda, ou seja, em locais onde a procura para a visita é alta, se tem um turismo de massa. No momento em que o turismo de massa se apropria do local, ele deixa de ser qualitativo e passa a ser quantitativo, visto que os destinos são explorados sem limite e sem respeito estimulando irremediavelmente um esgotamento e, conseqüentemente, uma repulsa da demanda, logo, de investimentos. A implantação de grandes projetos turísticos ocorre em áreas privilegiadas de nosso território, respaldado principalmente pelas suas ofertas naturais, onde a beleza natural dispõe de uma riqueza cênica única, traduzindo-se em demandas de mercado. Dessa forma, inicia-se o ciclo de vida do destino e corroborando com o estudo de Karl Marx (1987) onde fala que o capital é seu próprio coveiro ou a barreira de si mesmo.

Os grandes discursos desenvolvimentistas prometem às comunidades receptoras crescimento, geração de renda e melhor qualidade de vida e são maquiados por temas de desenvolvimento sustentável. De acordo com Stefanuto et al. (2015, p.58), “desenvolvimento sustentável pode ser definido como processos de transformações estruturais ao longo do tempo, cujos resultados são positivos e podem ser verificados na

esfera econômica, ambiental e, sobretudo, em toda a sociedade”. Já Santos e Rocha (2020, p. 606) observam que “ao longo do tempo, muitas dessas promessas são efetivadas apenas para uma minoria privilegiada”. A apropriação de capital e domínio do espaço produzidos pelos megaempreendimentos turísticos atacam conflitos socioambientais. A relação do estado é associada a estes empreendimentos para satisfazer somente aos interesses capitalistas, pregando a falsa promessa de desenvolvimento e modernidade para a sociedade. Entretanto, há um jogo de correlação de força entre o Estado, os grandes capitalistas emoldurados de grandes projetos e a comunidade. Quando estes empreendimentos chegam nestas comunidades já é um descompasso, a comunidade já tem uma força menor porque ela está lutando contra uma grande máquina, um grande sistema que é extremamente organizado e articulado com o estado. A comunidade, nesse caso, tem a força de resistir a essas ações que confrontam os interesses da própria comunidade, que é de preservar o seu modo de vida e sua força de trabalho. Esses grandes empreendimentos tendem a se distanciar do modo de vida comunitário. A disparidade de poder entre os atores envolvidos gera desconfiança e dificuldade de diálogo.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses vem enfrentando crescentes pressões do mercado sobre seus patrimônios naturais e culturais.

Influenciado diretamente pela construção da rodovia MA 320, o Projeto de Lei do Senado – PLS 465/2018 que tem como autor o senador maranhense Roberto Rocha, planeja alterar os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, ampliando e excluindo áreas para promover o desenvolvimento do turismo (turismo de massa) na região. Tem o objetivo de construir no parque grandes empreendimentos como cassinos e resorts como uma perspectiva de gerar desenvolvimento sustentável e econômico, em melhorar o turismo para receber os visitantes. O autor do projeto alega que as comunidades que vivem no PNLN estão submetidas às regras extremamente restritivas de utilização do espaço físico. Essas regras não permitem a construção de equipamentos públicos como escolas e unidades de saúde, restaurantes, pousadas e hotéis, num território onde a vocação econômica é justamente o turismo. O senador, segundo Santos e Rocha (2020, p. 608) diz que as famílias foram indevidamente incluídas nas áreas de proteção do parque, no momento que este foi criado, prejudicando-as. Por outro lado, ele também não menciona durante todo o projeto qualquer medida para proteger essas famílias.

A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA) solicitou uma análise técnica do PLS que foi elaborada por pesquisadores do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR), da Universidade Federal do Maranhão. A equipe da análise técnica propôs uma alternativa de se criar ações dentro do próprio PLS, que proteja a biodiversidade no interior do PNLM amparando as populações tradicionais e o seu modo de vida de forma sustentável. Nesse relatório, faz-se uma menção a respeito disso:

Não figura no PLS qualquer iniciativa no sentido de proteger o modo de vida das comunidades tradicionais que historicamente vivem e trabalham no PNLM. Ao contrário, excluindo-as dos seus limites, simplesmente propõe jogá-las em uma situação de vulnerabilidade, de assédio de parte de especuladores imobiliários, transformando-as ainda em mão de obra desqualificada e barata num médio prazo. Deste modo, de acordo com o PLS, lucrarão apenas os que desejam adquirir terras nessas áreas excluídas da unidade de conservação para ali implantarem seus negócios voltados ao turismo (INFORMAÇÃO TÉCNICA DO PLS 465/2018, 2019, p.10).

O projeto não mostra uma preocupação com o turismo já existente na região, muito menos uma preocupação com o modo de vida das pessoas no Parque. Isso fica bem notório quando o relatório expõe na análise:

O que está em jogo, subjacente à proposta do PLS, é a transformação da natureza em mercadoria altamente rentável no mercado do turismo. Nesse caso, as belezas cênicas do PNLM – como as de outros Parques Nacionais brasileiros – contribuiriam para uma commoditização da natureza (INFORMAÇÃO TÉCNICA DO PLS 465/2018, 2019, p.11).

Dessa forma, Santos e Rocha (2020, p.610) corroboram com a análise do relatório técnico ao dizerem que “os principais problemas da exclusão das áreas são a criação de uma situação de insegurança ambiental e social, liberação de terras públicas para disponibilização no mercado de terras e estímulo à especulação imobiliária”.

Contudo, os moradores de Santo Amaro não estão alheios às potencialidades turísticas que detém, sendo pertinente as suas participações nesse processo. É um hábito dos empresários usar a "ingenuidade" dos moradores locais para adquirir terras herdadas de pequeno valor comercial. As comunidades nativas ficam sem alternativas frente às imposições capitalistas geradoras da transição de um ambiente rural.

Desde o início deste projeto, em 2018, com a realização do estudo desta dissertação, o que se constatou é que a população de Santo Amaro do Maranhão não tinha conhecimento sobre os objetivos do PLS 465/2018 e nunca tinha sido consultada para participar da elaboração desse projeto. O secretário de turismo de Santo Amaro do

Maranhão, na época, disse ter uma grande preocupação com a proposta desse projeto e que em nenhum momento foi consultado para colaborar na elaboração do mesmo. Ele revela que os moradores do município são bem envolvidos com as atividades do turismo, que já é sua principal fonte de renda. Algumas comunidades do entorno do parque já são empreendedoras, naturalmente, pois trabalham com turismo sem terem feito capacitação adequando ao seu próprio modo de viver. O que mais inquieta ele é o que vai acontecer com estas comunidades com a aprovação do PLS? O secretário ressaltou que com a exclusão das comunidades que estão no entorno do parque, teme-se que vá haver uma alta especulação imobiliária atraindo megaempreendimentos turísticos que provavelmente expulsarão os moradores locais da dinâmica do turismo e de seu próprio habitat, além da degradação ambiental avassaladora.

Segundo relatos dos moradores do povoado de Betânia o senador foi algumas vezes neste povoado, se direcionou para apenas uma família e conversou sobre o turismo nessa região, no qual também informaram que ele comprou um terreno lá. E alegando que o povoado precisava de melhores infraestruturas básicas que eram impedidas de serem realizadas por conta das regras da gestão do ICMBIO, se colocou a elaborar este megaprojeto. As pessoas do Povoado de Betânia ficaram divididas. Umas entendiam que seria bom aquele projeto pensando que Betânia teria um desenvolvimento como a construção de escola, posto de saúde e que teriam liberdade para fazerem construções em suas casas sem se prenderem as regras da Unidade de Conservação dos Lençóis Maranhenses. Acreditavam que suas vidas seriam mais facilitadas com a renda que o turismo podia gerar a eles. Ressaltando que na maioria dos relatos das pessoas que estavam a favor do PLS era pela insatisfação de não poderem alterar a estrutura das suas casas como gostariam por conta das medidas de gestão, proteção e preservação do PNLN, principalmente para fins turísticos. Outras pessoas já tiveram uma postura desconfiada, já que o senador não falou com toda a comunidade, queriam saber o que realmente o senador queria com esse projeto. Todavia, a maioria das pessoas ainda desconheciam o projeto. O desconhecimento desbravava também os outros povoados como Espigão, Buriti Grosso, Morro de Espia, Lavado do Maneco, Serra da Rancharia, Travosa, Queimadas dos Britos, Queimada Grande, Buritizal, Satuba e Barra. Os autores Santos e Rocha, em sua pesquisa sobre o olhar das comunidades de Santo Amaro frente a este projeto explanaram que:

[...]Observou-se, então, uma certa apreensão por algo de que mal entendiam e que ainda está em trâmite. Algumas famílias aceitaram dar entrevistas, desde que não assinassem nada. Todas disseram, até aquele momento, nunca terem sido informadas ou participarem de alguma reunião que discutisse o PLS. Aproximadamente 70 % das famílias entrevistadas desconheciam o PLS. As que tinham algum conhecimento se mostraram contra o PLS. Foram quase unânimes quando falaram que gostam ou gostariam de trabalhar com o turismo sem alterar muito seu modo de viver[...]. As que trabalham com o turismo falaram que os mais novos estão permanecendo nas suas comunidades para ajudar na renda. Até as famílias que não sabem sobre o PLS sabem, de alguma forma, que talvez tenham que sair das suas casas. Mesmo sem entenderem, se sentem ameaçadas, mostram sentimento de temor. (SANTOS; ROCHA, 2020, p.613)

Em outro momento posterior a esse, Santos e Rocha (2020) voltaram a Santo Amaro e continuaram sua pesquisa no qual já mostrava um outro resultado, desta vez com mais pessoas das comunidades cientes do projeto PLS e formando suas opiniões sobre o assunto. Reuniões entre as comunidades e ICMBio estavam sendo realizadas no sentido de esclarecimento. Paralelamente a isso, sindicatos de professores também estavam organizando reuniões com as comunidades para deixar o PLS evidente e acessível ao entendimento de todos. Dessa forma, as manifestações da sociedade civil e dos movimentos sociais deram força à resistência contra o projeto até o dia em que foi realizada uma audiência pública no dia 1 de novembro de 2019 em Santo Amaro. Foi a primeira tentativa de diálogo com as comunidades do parque (Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz) sobre essa questão e foi manifestado o tamanho da rejeição popular. Consoante Santos e Rocha:

Eram aproximadamente 300 pessoas representando os três municípios do PNLM (Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz). A princípio, a audiência seria na Casa do Artesanato e, pela quantidade de pessoas presentes (que não era esperado), teve que ser transferida para o Clube do Mota, local que poderia acomodar este número de pessoas. Além dos moradores, estavam presentes ambientalistas, representantes de movimentos sociais e pesquisadores. O senador Roberto Rocha foi recebido com vaias, cartazes e palavras que traduziam repúdio ao projeto como ‘O Parque é nosso, não queremos que transforme negócio’ (SANTOS; ROCHA, p. 614)

O repúdio foi maior quando o senador chegou no local da audiência e disse: “Desci do helicóptero num lugar tão bonito que deu vontade de comprar um terreno, além do que eu já tenho”. (Fonte: <http://edwilsonaraujo.com/quem-somos/>).

O ICMBio não se posicionou formalmente sobre o projeto, entretanto, as análises técnicas realizadas pela equipe do parque e pela Coordenação de Estruturação da Visitação são negativas. Deve-se deixar claro que a alteração dos limites da unidade cabe ao congresso.

Após esta audiência, é importante destacar que não só os pesquisadores e acadêmicos temem a implantação deste PLS, mas as comunidades também se sentem angustiadas com o futuro de explosão imobiliária os deixe de fora de seu habitat e que sejam afetados por todos os impactos sociais e ambientais potencialmente prejudiciais à biodiversidade do PNLM.

Atualmente o projeto encontra-se na Comissão de Turismo e Desenvolvimento Regional.

Outro projeto que está tirando o sossego e causando aflição na maioria dos santo amarenses é a Concessão de Serviços de Uso Público no PNLM. Conforme o ICMBio (2018) o projeto aborda a concessão de serviços de uso público ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza no PNLM. Tratam do ordenamento da visitação e a recreação no PNLM com imposição de regras claras e controladas de acesso e uso que harmonizem o desfrute das experiências com a preservação da biodiversidade e a conservação dos processos ecológicos que estruturam essas paisagens. Nesse sentido, a concessão de serviços de uso público será viabilizada por investimentos privados que complementem o atendimento ao visitante.

Neste caso, a concessão poderá competir com alguns negócios das comunidades, como serviços de alimentação e hospedagem, motivo principal da angústia das comunidades. É unânime nos relatos dos moradores o medo por essa nova forma de gerir o PNLM. Por outro lado, gerará empregos diretos e indiretos, possivelmente com mão de obra local. Foram realizadas algumas audiências públicas sobre a concessão com a comunidade local em 2018. O secretário de turismo de Santo Amaro disse que nas audiências foram organizados grupos de trabalho com as comunidades, prefeitura, empresários e ICMBio para discutir um formato que incluía as comunidades no turismo e o trade turístico já existente mantenha suas atividades. Entretanto, nenhum dos entrevistados da pesquisa de campo deste trabalho acusa ter conhecimento sobre a Concessão. O ICMBio se concentrará na fiscalização para a preservação e conservação do PNLM. O secretário acredita que a Concessão da forma como está sendo proposta vai trazer investimento positivo para o turismo em Santo Amaro, que até o momento os interesses não estão em conflitos.

Até o momento, a Concessão ainda não é uma realidade no PNLM, o projeto está em andamento. No planejamento da Concessão mostra que será efetivado por etapas,

ocorrendo primeiramente em Barreirinhas, logo depois em Santo Amaro e por último em Primeira Cruz.

Diante disso, fica claro que o ideal seria que qualquer projeto que pretenda modificar a vida das pessoas seja necessário se fazer um diálogo com elas. Os santo amarenses são pessoas que vivem historicamente nesta região, que interagem cotidianamente com a biodiversidade do parque, o que as torna protetoras deste ambiente e conservadoras da natureza. A economista Rachel diz que, para isso, é essencial requerer:

[...] um trabalho estratégico de parcerias que demanda diálogo e atuação consciente do governo, da iniciativa privada, além de intensa e sistemática participação da sociedade civil, todos com as mesmas condições de participação ativa nos processos e ações para o planejamento do desenvolvimento sustentável. (Stefanuto,2015, p.63)

4) ANÁLISES DOS IMPACTOS DO TURISMO A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS

Neste capítulo, buscou-se compreender como os atores percebem a dinâmica do turismo dentro do município de Santo Amaro do Maranhão considerando os impactos positivos e negativos gerados pelo turismo antes e depois da rodovia MA 320, analisando as ocorrências e os entraves para a consecução dos impactos identificados. Também foi levado em conta o papel que os atores exercem na construção do turismo e a expectativa que cada um tem sobre o futuro do turismo na região.

Diante dos relatos dos atores, o município de Santo Amaro ficou praticamente isolado com a sua economia estagnada durante boa parte da sua história. Esse isolamento foi responsável em garantir a preservação desse Santuário Ecológico que tanto encanta ao mundo. Com a abertura das estradas e trilhas feita pela PETROBRÁS e posteriormente com a pavimentação da BR 402 MA e o forte marketing produzido pelo filme Casa de Areia, o município foi recebendo esporadicamente visitas de aventureiros, amantes da natureza e ecoturistas advindos dos grandes centros urbanos do Brasil, da América do Sul e de outras partes do mundo, sobretudo da Europa. O turismo lentamente vai surgindo como uma atraente alternativa de desenvolvimento econômico local. Começaram a surgir as pequenas e rudimentares pousadas, hospedagem familiar, alguns bares e restaurantes para atender essa demanda. Inicialmente, o turismo foi benéfico no sentido de gerar uma renda complementar e atrair um perfil de turistas considerados responsáveis por valorizar

e respeitar o meio ambiente e as comunidades locais, mas principalmente porque não gerou fortes impactos ambientais e socioculturais negativos. A vida dos santo amarenses continuava tranquila e pacata. Contudo, a economia do município permanecia estagnada e esse “turismo brando” foi acessível a poucos moradores.

Com a pavimentação da rodovia MA 320, a proposta era melhorar a trafegabilidade e impulsionar o turismo na região dos Lençóis Maranhenses. Nas audiências públicas realizadas, a divisão de opiniões sobre ser a favor ou contra essa estrada foi bem equilibrada. Esse antagonismo se explica pelo exemplo de turismo veloz, de massa, degradador e excludente que aconteceu no município vizinho, Barreirinhas, após o acesso da BR 402. O turismo de Barreirinhas surge como um futuro previsível e não desejável aos santo amarenses caso ocorresse a construção da rodovia MA 320. Por outro lado, a estrada acabaria com o isolamento do município, proporcionando facilidades e rapidez no acesso, fortalecendo o turismo, gerando renda e melhorando a vida da população. Essa posição em ser a favor e ao mesmo tempo contra a rodovia é como a população de Santo Amaro demonstra querer continuar sendo inserida na atividade turística, aumentando as possibilidades de criação de empregos aos moradores e ao mesmo tempo zelar pelo patrimônio natural e sociocultural. As discussões nas audiências tentam chegar a um planejamento que congreguem esses interesses, mas a grande preocupação era ponderar se os impactos positivos que poderiam ser gerados seriam superiores aos impactos negativos.

No que se refere aos atores sociais envolvidos nesse processo que discute a construção da estrada, o ICMBio não teve sua participação logo no início das primeiras reuniões para a construção da rodovia e como órgão responsável pela gestão do PNLN, sua participação era de essencial importância. O analista ambiental do órgão explica essa passagem:

Quando a estrada começou a ser construída, a empresa não consultou ou solicitou a autorização para o licenciamento ao ICMBio. A obra estava sendo licenciada pelo estado e chegou a ser embargada e autuada. O ministério público ingressou com ações na justiça e foi feito um novo contrato. Desta vez o ICMBio participou das discussões com o empreendedor, e várias medidas foram propostas para mitigar o impacto do aumento da visitação. Entre elas, a construção de um estacionamento para que veículos de visitantes ficassem estacionados fora do centro urbano da cidade, e a construção da ponte que permitisse a passagem sobre o rio alegre. (ICMBio, 2021)

Já a Secretaria Municipal de Turismo esteve presente em todas as audiências públicas da construção da estrada MA 320. Foi articuladora entre o poder público, trade turístico e sociedade. As principais discussões, além da construção da estrada, era como

seria o ordenamento da atividade turística, a reativação da pista de pouso, construção da ponte que dá acesso a sede e a construção de um estacionamento público para os visitantes.

Por certo, nessas audiências, as cooperativas e os toyoteiros consideraram que não tiveram muita contribuição na tomada de decisão durante as discussões sobre a efetivação da estrada. Atribuíram o poder de decisão ao Conselho Municipal de Turismo. A maioria era contra a construção da estrada e argumentava que seria um grande impacto ambiental negativo, onde prejudicaria muitas nascentes. Além disso, este seguimento que dominava o mercado do turismo na época, temia perder espaço para os empresários de fora com o fácil acesso da estrada.

Diante disso, a rodovia MA 320 foi implantada no dia 28 de junho de 2018, transformando o município de Santo Amaro MA em uma das principais portas de entrada do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Foram muitas mudanças, principalmente em decorrência da nova dinâmica do turismo que se desenhou após a inauguração desta rodovia.

No que concerne à discussão, o aumento da geração de emprego para a população de Santo Amaro do Maranhão foi o impacto positivo identificado unanimemente por todos os atores do turismo. Com a pavimentação da estrada MA 320 até próximo à sede ocorreu um aumento significativo no número de visitantes o que motivou a incrementação de empreendimentos turísticos alterando a dinamização da economia local, dando melhor acessibilidade aos investidores, moradores e turistas, surgindo assim profissões que eram inexistentes no município beneficiando a população autóctone. Assim, a geração de emprego se torna um impacto de forte magnitude, especialmente no período da alta temporada.

Na percepção dos atores, inicialmente esse emprego veio como um bálsamo para resolver o grande problema que o município enfrenta, ou seja, a escassez da geração de renda a partir da sua economia de subsistência. A estrada, portanto, causou uma dinamização na economia local, pois potencializou a presença de turistas para admirar a beleza cênica dos Lençóis Maranhenses. O olhar dos atores do governo, do mercado e parte da sociedade civil segue sempre o mesmo viés: aumento do número de receptivos turísticos, hospedarias e restaurantes. Este fenômeno causa impacto nas mais diversas etapas da execução, desde a construção das estruturas físicas, passando pela estruturação

de uma cadeia produtiva em torno de cada um e finalizando na contratação de pessoas para seu funcionamento.

A SEMTUR de Santo Amaro afirma que atualmente o turismo é a principal fonte de renda para 90 % da população santo amarense. Até 2009, já estavam cadastrados 83 motoristas da categoria B e 120 motoristas da categoria D, 120 guias capacitados pelo ICMBio, 25 quadriciclos credenciados de moradores, 204 camionetes credenciados para passeio e o município estava com capacidade de instalar até 1200 pessoas nos meios de hospedagens, café e cama, condomínios e casas de temporadas.

No entanto, quando se fala que o turismo é a principal fonte de renda e contempla 90% da população, remete a compreensão que o aumento na geração de emprego e renda, em termo quantitativo, se concentra na sede do município. As comunidades rurais que são beneficiadas por novos empregos e rendas são aquelas que estão inclusas dentro de rotas turísticas já operacionalizadas. O benefício nestas comunidades afeta todas as famílias que trabalham de forma direta e indireta com o turismo, fazendo circular o dinheiro dentro da comunidade. “O turismo em alta trouxe melhoria para todos, até para quem não tem ponto de apoio, pois nós compramos a galinha, o tempero, o bode, o peixe e outras coisas das outras famílias da nossa comunidade e até das comunidades vizinhas para abastecer nosso negócio”. (Ponto de Apoio em Betânia, 2020). Exatamente como acontece em Betânia, os moradores que vivem da criação de animais e trabalham na casa de farinha têm a sua renda aumentada, pois vendem seus animais aos pontos de apoio aos turistas da comunidade e alguns turistas já visitam a casa de farinha comprando farinha produzida lá.

Os donos dos pontos de apoio sempre compram nossa galinha e horta para servirem galinha caipira aos turistas, tem vez que falta galinha para nós vender. De vez em quando o turista quer conhecer nossa casa de farinha, saber como faz e compram nossa farinha também” (Morador de Betânia, 2020)

No entanto, não se percebe uma intervenção do poder público local em apoiar o turismo nas demais comunidades rurais. As ações voltadas para desenvolver o turismo que melhore a qualidade de vida e renda nas comunidades rurais partem principalmente das universidades e do CONLESTE, com os projetos de extensão de turismo de base comunitária. Isso fica evidente na percepção dos atores da sociedade civil, especificamente as comunidades rurais, quando admitem que o turismo trouxe renda e melhoria para a população da sede e que eles gostariam de estar inclusos nas atividades do turismo para adquirir os mesmos benefícios. “Alguns turistas passam pela nossa comunidade e não param, vão direto para as dunas e lagoas. A nossa comunidade também

quer ganhar dinheiro com os turistas, mas sem degradar nosso local” (Moradora de Buritizal, 2019). Nessas comunidades, o turismo ainda não é uma realidade, mas depois da estrada MA 320, tem aparecido de vez em quando algum visitante querendo um guia para passear e um local para comer.

Nós temos vontade de ver mais turistas aqui, só aparece de vez em quando. Depois da estrada, tem vindo um pouco mais, semana passada veio dois e comprou castanha. Eu já tô velho e não quero mais trabalhar, nem com turismo. Mas para comunidade aqui seria bom. Mas se vier alguém e quiser dormir nas redes aqui eu deixo. (Morador de Buriti Grosso, 2019)

Estas comunidades rurais se sentem esquecidas pelo poder público e acreditam que poderiam fortalecer mais a parceria entre eles, desde que o poder público assumisse seu papel. É importante se atentar que isso pode gerar possíveis descompassos das desigualdades sociais, uma vez que a geração de emprego e renda ainda não alcança essas comunidades. Sendo assim, há uma melhoria na qualidade de vida para poucos, enquanto a maioria das comunidades rurais permanecem no mesmo estado de pobreza.

Conseqüentemente, os rebatimentos da geração de emprego na qualidade de vida dos santo amarenses considera esse novo turismo também como positivamente gerador da infraestrutura e do aumento do poder de compra da maioria da população. Alguns atores do mercado não identificam os impactos negativos por conta da geração de emprego e renda, com uma visão totalmente econômica. “O turismo não trouxe nada de ruim, só coisa boa, não teve assalto, não teve destruição, não teve nada, só mais dinheiro no município.” (Restaurante, 2020).

Outro impacto positivo com essa nova dinâmica do turismo, já dentro do aspecto social, é o sentimento de pertencimento proporcionado na população, haja vista que os moradores estão empreendendo e se sentindo orgulhosos em divulgar o município, fortalecendo o seu protagonismo no turismo local. Observou-se que os atores do governo também buscam estimular esse sentimento quando fazem trabalhos de capacitação que qualifiquem os serviços turísticos oferecidos aos moradores. Ressalta-se, que o turismo está contribuindo bastante para a valorização dos artesãos e melhoria da qualidade de vida deles. A exemplo da inauguração de um quiosque em 2019 para a venda de artesanato no centro da praça, o que atraiu a aproximação das pessoas querendo conhecer e comprar artesanato, fazendo a venda dobrar e melhorar consideravelmente o lucro, multiplicando a contratação de novos artesãos.

Com relação a percepção dos atores do mercado, o turismo trouxe felicidade para a população de Santo Amaro. Um movimento de pessoas satisfeitas em trabalhar com turistas deixou a cidade com mais estímulo. Isso se deve a interação com os turistas que gera uma troca de experiências, bem como, de conhecimento cultural. “Os turistas trazem uma nova realidade para nós, conhecimento de nova cultura, a gente não fica entediado de trabalhar com os turistas, nós damos muitas risadas e eles gostam de nós” (Quadricleiro, 2020). Outra expressão que demonstra a boa relação com o turista e o sentimento de orgulho e felicidade vem da dona de um ponto de apoio em Lavado do Maneco (2020): “O que mais gostei de aprender com os turistas foi falar “merci beaucoup”, muito obrigado em francês!” Esse sentimento de felicidade proporcionado pela nova dinâmica do turismo gera novas perspectivas aos moradores e experiências culturais na comunidade.

E, portanto, o último impacto positivo foi mencionado na percepção dos atores da sociedade civil. Sendo ela, a permanência dos jovens no município de Santo Amaro atraídos pelas novas formas de trabalho proporcionados pelo turismo. Neste caso, o turismo entra em cena como uma alternativa de esperança diminuindo a evasão dos jovens desta localidade. O êxodo envolvendo esses sujeitos pode prejudicar a continuidade da sobrevivência do próprio local. Desse modo, a ausência de filhos e netos no núcleo familiar causa problemas na herança familiar, levando à venda ilegal de lotes, em função da desmotivação para continuar investindo em imóveis ou terras rurais.

Antes, nossos jovens iam embora daqui para tentar uma vida melhor na capital. Santo Amaro só tinha os mais velhos. Muitos desses jovens nem retornavam mais ao município. Depois da estrada, fortaleceu o turismo e nossos jovens estão aqui para trabalhar com o turismo e outros estão retornando para fazer investimentos aqui. A cidade está mais alegre com o turismo (Morador da sede, 2019)

Quanto aos impactos negativos decorrentes da nova dinamização do turismo ocorrida após a rodovia, houve uma convergência entre a maioria dos atores. Trata-se da insatisfação com o desordenamento da atividade turística em função do aumento significativo de turistas no município. Assim, em virtude desse desordenamento, se desdobram os demais impactos negativos apontados pelos entrevistados. A verdade é que Santo Amaro não estava preparado para receber um volume tão grande de visitas, mesmo que essa questão tenha sido discutida nas audiências públicas sobre a construção da rodovia MA 320. Esta invasão desordenada do turismo é consequência do novo

modelo de turismo que está se apropriando no espaço, o turismo de massa. O descontrole das visitas sobrecarrega a estrutura frágil da sede e os atrativos turísticos deixando as dunas e lagoas com alto volume de pessoas. Isso é uma pressão muito grande em cima do meio ambiente, refletindo em uma séria preocupação ambiental e social futura. O ICMBio faz um relato sobre esta questão:

Ainda não havíamos chegado a um número tão expressivo de visitação que nos levasse a criar mecanismos de limitar o número de pessoas nos atrativos, porém, essa preocupação hoje é uma das mais emergenciais. Em épocas de grande visitação, como carnaval, final de ano, e feriados prolongados, sobretudo o feriado do 7 de setembro que coincide com o feriado de aniversário de São Luís, de 8 de setembro, o fluxo de visitação é tão grande que as ruas muitas vezes chegam a ficar com o trânsito travado. O número de pessoas nas lagoas mais visitadas é excessivo, o que causa degradação ambiental e desconforto na visitação. (ICMBio, 2021)

Outro impacto ambiental relatado por todos os atores do governo e uma parte dos atores do mercado é a questão do descarte inapropriado do lixo. Santo Amaro por não possuir rede de distribuição de água, sistema de tratamento de esgoto, nem aterro sanitário, tem o lixo despejado num terreno baldio que fica poucos metros atrás do hospital local. Com o aumento de pessoas, a produção de lixo aumentou e isso vai causar um prejuízo ambiental muito grande no futuro. O ICMBio fala a esse respeito:

Como não há fossas sépticas, as casas possuem as fossas conhecidas como “fossas negra” e ao mesmo tempo, toda água provém de poços artesianos não licenciados, é bem provável que a esta altura, grande parte da população esteja consumindo água contaminada, uma vez que estudos já demonstraram que até mesmo o lago de Santo Amaro apresenta altos índices de poluição hídrica. (ICMBio, 2021)

A própria SEMTUR de Santo Amaro mostra também uma preocupação séria com o despejo do lixo e critica que a prefeitura deveria ser mais atuante nesta problemática:

O problema do lixo é sério. O lixo causa mais impacto que o turismo. Não é mais só o descarte de lixo dos moradores. Agora se tem o descarte dos lixos também dos empreendimentos turísticos e comerciais, além dos turistas. Aumentou o volume do lixo. O lixo fica e não vai para lugar nenhum. São dois lixões próximos ao PNLM. O IBAMA, ICMBio e Ministério Público Estadual já moveram ações contra o município. Entretanto, parece que o município ainda não acordou para isso. (SEMTUR de Santo Amaro MA, 2019)

Entretanto, os atores que divergem dos impactos ambientais negativos são as comunidades rurais que trabalham com ponto de apoio e os guias de trekking. Os donos de ponto de apoio não identificam impactos negativos do turismo na realidade que eles vivem. Para eles, os turistas fazem o papel de educadores ambientais para as comunidades.

Nem poluição o turista faz. O turista que vem aqui faz é limpar e recolher o lixo que encontra e ensina a comunidade a limpar. Muitas vezes quem suja é a comunidade ou alguns farofeiros que vem aqui, hoje a comunidade tem mais consciência de limpeza porque o turismo ensinou ter essa preocupação ambiental” (Ponto de Apoio de Betânia, 2020).

Na percepção dos guias de trekking, os turistas que eles conduzem não causam malefícios. Muito pelo contrário, eles respeitam a natureza e interagem bem com as comunidades que têm oportunidade de conhecer. Essa percepção se justifica justamente na relação do perfil de turista que a comunidade atende. Tanto os turistas que fazem trekking como aqueles que pernoitam nos pontos de apoio são considerados turistas amantes da natureza, ao contrário do perfil da demanda do turismo de massa. “Os turistas que buscam pelo trekking têm o objetivo de sentir a vida nas dunas dos Lençóis Maranhenses, muitas vezes nos orientam em como conduzir um turismo correto, sem causar mal a natureza e nem as pessoas que aqui moram” (Guia, 2020). Contudo, eles relatam perceber impactos negativos na sede e nos roteiros que vão direto de carro tracionado para as dunas e lagoas. “Em nossas caminhadas, catamos lixos encontrados em algumas dunas e lagoas que recebem geralmente turistas de bate volta” (Guia, 2020).

O passeio conhecido como “Bate Volta” é visto como um impacto negativo por todos os atores do mercado e na esfera do governo, pela SEMTUR. O “Bate Volta” é um passeio mais barato e rápido, este tipo de viajante não deixa renda no município, produz lixo, aglomera a cidade e os atrativos caracterizando o turismo de massa e o descontrole do turismo. Sobre o descontrole do turismo, relatam também a respeitam do turismo “clandestino” que já atinge outro perfil de turistas. Geralmente são aqueles visitantes que têm mais dinheiro, vem com o carro próprio e não querem obedecer às regras de ordenamento de visitação turística local, burlando as barreiras de fiscalização e entrando na cidade e nos atrativos sem autorização. “O que o turismo trouxe de ruim foi a entrada de muita gente clandestina no PNLN. Existe lei, mas não existe fiscalização. O poder público não está tendo controle. O bate volta também enche de gente, mas não deixa dinheiro, deixa muita sujeira” (Agência de Turismo, 2019). Isso se deve ao fato do quadro de funcionários ser insuficiente para atender as demandas operacionais da fiscalização. Essas duas questões foram as principais discussões debatidas na reunião do COMTUR (realizada em julho de 2019), além de uma nova forma de gerenciar o estacionamento público. Durante a reunião, foi constatado que as multas nem sempre são aplicadas adequadamente, porque o poder público faz vista grossa a algumas pessoas que usufrui de favorecimento, fazendo com o que a fiscalização seja falha. Consoante

Oliveira (2013, p.08), o poder público “tende a priorizar o interesse de determinados setores dominantes da sociedade, muitas vezes realizando alianças.”

Na percepção da SETUR-MA, DUTH-UFMA e do LABEX-MA, outro impacto negativo é a especulação imobiliária que pode gerar uma gentrificação. Na realidade a gentrificação costuma “expulsar” os moradores de bairros periféricos transformando esses locais em áreas nobres. A especulação imobiliária devido ao fortalecimento do turismo e obras governamentais são responsáveis pelo fenômeno. Em Santo Amaro, constata-se que isso já vem ocorrendo, pois, alguns moradores deixaram suas casas para alugar ou vender se mudando para bairros periféricos, alterando suas formas tradicionais de vida.

Na percepção do LABEX-UEMA, é preocupante o modelo de turismo de massa que está se apropriando no município:

Sem o controle da gestão municipal sobre o atual modelo de turismo, mesmo que haja um forte aumento da economia local, os impactos ambientais e sociais serão cada vez mais potencializados, incluindo, ainda, uma concentração de renda com criação de bairros e condomínios de ricos em um lado e uma área de pobreza e miséria de outro. (LABEX-UEMA, 2021)

Essa preocupação se mostra pertinente também entre os atores da sociedade civil que moram nas comunidades rurais, pois já existe uma procura de pessoas de fora querendo comprar seus terrenos. Alguns moradores dessas comunidades têm consciência e receio de perder espaço no turismo para empresários de outros lugares. “A gente quer fazer parte do turismo, antes que os empresários de fora tomem nosso espaço” (Moradora de Satuba, 2019) A especulação imobiliária já é um impacto presente na vida deles. “Pessoas já passaram por aqui procurando terreno para comprar, a gente fica tudo desconfiado” (Morador de Buritizal, 2019). Desse modo, a especulação imobiliária se desenvolve silenciosamente, por meio de grupos dotados de poder e influência política. Nessa região, o quadro se acirra com a falta de compreensão da população sobre os efeitos negativos que a especulação imobiliária traz.

O alto custo de vida do município é percebido pelos três atores do turismo em virtude do fluxo maior de pessoas que já causa uma pressão inflacionária no município. Os preços dos produtos aumentaram em função do turismo em alta, onde muitas vezes se sobrepõe a renda dos moradores, ou mesmo pelo fato do poder de compra dos turistas ser mais alto que o poder de compra dos moradores. “As coisas ficaram mais caras para nós moradores e abusivo para os turistas” (Moradora de Satuba, 2019). “A ganância em

ganhar dinheiro aumentam exageradamente os preços dos serviços e dos produtos prejudicando os moradores e atrapalhando o desenvolvimento do turismo.” (Pousada, 2019). Este impacto pode ser bem prejudicial aos moradores.

Por conta do aumento do número de visitantes, a violência é um impacto negativo da especulação imobiliária sentida por todos os atores, porém, em diferentes níveis de percepções. Alguns atores mencionam a violência como algo que já é real e apontam o assalto ao banco Bradesco ocorrido logo após a inauguração da rodovia e o aumento de boca de fumo. Outros atores citam a violência como uma preocupação futura e que algumas pessoas já não dormem mais com suas portas de casa abertas com receio de ladrão por conta de tanta gente desconhecida na cidade. E outros atores acreditam que a violência não existe principalmente após a conclusão da ponte que dá acesso a sede, pois possui uma fiscalização de entrada de carros com autorização e essa barreira dificultaria a ação de marginais.

Temos muito medo de que a violência chegue em Santo Amaro com a facilidade do acesso com a inauguração da estrada. Como de fato houve o assalto ao Banco do Bradesco. Mas até então, o único ocorrido. Ainda não vemos assalto aos moradores, aos turistas e outros assaltos não ocorreram, principalmente após a barreira localizada na ponte que dá acesso a sede. O que percebemos é o uso mais frequente de drogas com a vinda da estrada e de muita gente. (Quadricileiro, 2020)

Os atores do mercado atribuem ao grande fluxo de turistas uma mudança no hábito e cultura da população de Santo Amaro, principalmente em relação ao barulho das pessoas e veículos na sede acabando com a calma da cidade, que gostava de andar tranquilamente pelas ruas e de se recolher cedo para dormir. Esse fluxo desordenado de turista vem modificando a dinâmica do município e interferindo de maneira inadequada no cotidiano desses moradores e no meio ambiente. Outra mudança é a vestimenta dos turistas pela sede que por um turismo de sol e praia, as pessoas transitam normalmente com trajes de banho chocando alguns moradores que ainda não se adaptaram com a nova dinâmica do turismo. A SEMTUR de Santo Amaro conta uma experiência sobre isso:

Estava numa lotérica e tinha uns turistas com trajes de banho. Quando eles saíram, as pessoas cobraram de mim o que fazer para não permitir isso. Uma situação desconfortável. Eu disse que Santo Amaro estava vivendo numa nova realidade turística e que cabe ao estabelecimento determinar se pode ou não

permitir a entrada de pessoas com traje de banho. O morador busca qualidade de vida e harmonia no dia a dia. Ele quer manter um pouco daquilo que vivia antes. Ao mesmo tempo que ele quer a renda que turismo está proporcionando, ele também não quer muito barulho na cidade, muitos carros e querem o lazer com sua família nas dunas, lagoas e rios, sem que tenha milhares de pessoas presentes. Senão eles vão banhar na água suja, não podendo também nem lavar roupa na beira do rio. (SEMTUR de Santo Amaro MA, 2019)

A fiscalização da entrada de carros tanto na sede como no PNLM muitas vezes não funciona, causando alguns transtornos. “O que mais nos incomoda aqui com o turismo é o desrespeito às regras, por exemplo, a barreira não funciona, os carros clandestinos passam facilmente sem autorização” (Cooperativa, 2020). “Geralmente, a aplicação de multas não acontece para essas pessoas quando são pegas, eles só fazem advertência e o turismo fica bagunçado e sem moral” (Toyoteiro, 2020).

O último impacto negativo foi uma percepção feita somente pelos atores do mercado. A lógica do capital presente nas relações sociais gera concorrência desonesta e ganância entre os sujeitos sociais para lucrar mais, trazendo um desconforto tanto para os turistas como para os colegas de trabalho. Essa questão é evidenciada na briga costumeira entre os próprios toyoteiros por turistas e entre toyoteiros e agências diante dos acordos entre eles para passar clientes. Sendo muito debatida nas reuniões do COMTUR.

Às vezes vemos os toyoteiros brigando por turistas, fazendo um preço mais barato para roubar o turista do outro, principalmente na alta temporada e toyoteiros cobrando mais caro de turistas passando a perna nas agências em relação a valor, havendo uma concorrência desleal” (Toyoteiro, 2020)

Identificar os efeitos positivos e negativos na percepção dos atores é de suma importância, mas partir para compreender como estes detectam quais os entraves para barrar ou minimizar os impactos positivos e favorecer os impactos negativos é tão importante quanto, uma vez que essa compreensão pode nortear um planejamento turístico sustentável.

Os entraves na percepção dos atores do governo giram em torno da ausência de implementação de uma política pública que possa promover o turismo com bases sustentáveis em Santo Amaro MA. A discussão sobre desenvolvimento sustentável considera a importância de aliar o desenvolvimento econômico e social com a

preservação dos recursos naturais. O que acontece muitas vezes é o setor público em seus discursos mostrar um apoio a um planejamento proativo, mas acaba sendo negligente e o mercado tem a sua preocupação voltada apenas para ganho de lucros rapidamente.

O ICMBio observa a situação econômica do país e a ausência de políticas públicas como um entrave para a geração dos impactos positivos, que pode impedir a capacidade de investimentos por parte do poder público e setor privado. Na percepção do DTUH-UFMA, se não houver uma política de turismo alinhada com uma política ambiental forte e consolidada, a região corre sérios riscos na área ambiental, sobretudo por estar em uma área protegida que é a mais comercializada do Maranhão. Dessa maneira, faltam políticas que promovam a organização social, o associativismo e o cooperativismo incentivando a economia e o microempendedoríssimo. Falta também debate público e execução de políticas públicas para o setor.

É necessário que haja uma articulação e políticas conectadas com todos os setores que envolvam uma gestão pública para que se trabalhem as várias políticas em parcerias, como por exemplo políticas ambientais e planejamento territorial. O poder público local de Santo Amaro parece ter uma certa dificuldade e despreparo em colocar em prática essa articulação e política, visto que muitas secretarias não possuem uma autonomia para gerir suas atividades.

O LABEX-UEMA percebe que as administrações municipais de Santo Amaro não possuem um plano de médio e longo prazo relacionado ao turismo. Dessa forma fica apenas o incentivo, sem legislação, plano de crescimento, zoneamento do município, parcerias público-privado. Acredita que a secretaria de turismo não tem estrutura para tocar esse plano e nem há uma articulação intersecretarias. O CONLESTE concorda com a questão de não se ter mais preparo e compromisso de todos da gestão municipal para a compreensão e compromisso com o tema “Turismo sustentável”.

Esse compromisso não é uma tarefa fácil, mas se cada um fizer sua parte o caminho ficará mais curto e as coisas fluirão naturalmente. Se a gestão cumprir o mínimo necessário, os outros atores se juntam e cada um fará o que o município não puder fazer. Sobre essa questão, o representante do CONLESTE complementa:

Aquilo que o município não pode fazer, o estado deve fazer, o que o estado não pode fazer, a união deve fazer. Juntando tudo isso com a participação da sociedade e dos atores local, o desenvolvimento vem rápido e menos erros para a sustentabilidade. Na conjuntura atual é complicado se definir uma atitude ou

uma ação mais importante para um efeito imediato, mas acredito que o principal é se tomar as decisões mais inteligentes e necessárias para priorização de metas imediatas, de curto prazo, médio e longo prazo. O município precisa ver o que tem e daí se necessário, fazer urgente uma revisão, seus planos e leis adequados a realidade atual e arregaçar as mangas da camisa com muito trabalho e determinação para alcançar o resultado do turismo local sustentável. (CONLESTE, 2021)

A SETUR MA também atribui o desinteresse municipal pelo desenvolvimento sustentável do turismo algo preocupante, pois é importante para que os serviços públicos de cumprimento à Política Estadual do Turismo se concretizem com apoio e interlocução do município. Considerando os aspectos de possuir uma política municipal de turismo, um plano municipal de turismo e dispor do interesse em implementar parcerias em prol deste desenvolvimento. Outros entraves considerados pela SETUR são a escassez de recursos públicos; desinteresse do público-alvo para qualificação no turismo; empreendimentos turísticos sem formalização; o difícil acesso às comunidades do município por questões climáticas/naturais e desarticulação local do trade turístico.

Por sua vez, a SEMTUR de Santo Amaro assume que encontra muitos desafios para implementar as ações que elaboram por conta de possuir uma equipe pequena para gerir as atividades e falta de apoio e mais poder de autonomia. O cumprimento das normas estabelecidas para o ordenamento da atividade turística é um exemplo, pois a fiscalização se torna frágil, dando espaço para a entrada de carros clandestinos na cidade e no PNLN. Como penalização se têm as multas, que na sua maioria não são devidamente aplicadas. Por conta da cobrança para que as regras sejam cumpridas, a SEMTUR, por vezes não é bem vista, contudo, as regras são essenciais para o ordenamento turístico.

Com a construção da ponte até a sede, houve ganhos, pois o impacto ambiental melhora em relação a passagem de carro sobre o rio, diminuindo a poluição e assoreamento do rio. Contudo, o número de carros dobrou e só é permitido a circulação de veículos particulares dos moradores. E as pessoas de fora, que moram em Santo Amaro, já adquiriram os mesmos direitos dos moradores nativos.

A SEMTUR teme a sobrecarga dos atrativos, podendo chegar um tempo em que essa sobrecarga será muito alta no futuro e medidas mais restritas vão ter que ser tomadas. Nesse caso, é necessário que se priorize a realização da capacidade de carga nos atrativos turísticos. O cálculo da capacidade de carga é um instrumento fundamental

para o planejamento e gestão de áreas naturais, sendo uma variável dinâmica necessitando de monitoramento contínuo, pois pode sofrer alterações de acordo com as circunstâncias existentes. Desse modo, a capacidade de carga deve ser compreendida não como o número de turistas que se deseja obter, mas como um limite que não deve ser excedido.

Nesse sentido, a SEMTUR acredita que se a política resolver a parte operacional, tendo uma articulação com todas as secretarias, conselho, associações e trade turístico, as questões como a capacidade de carga, o estacionamento público, transbordo de mercadorias, a sinalização da cidade e a problemática do lixo, teriam suas ações de fato implementadas e satisfatórias.

Todos os atores do mercado, com exceção dos donos de ponto de apoio das comunidades rurais, corroboram que partiu do poder público local o desenvolvimento do turismo em Santo Amaro. Entretanto, na maioria das vezes, constatam que este é omissor e que a secretaria de turismo precisa ter mais autonomia para gerir suas responsabilidades. “O secretário de turismo, tem muita boa vontade e esforço, mas não tem autonomia, condição e apoio da própria prefeitura para realizar suas atividades” (Cooperativa, 2020).

Já para os donos de apoio ao turismo e todos os atores da sociedade civil, o poder público é totalmente ausente. Isso se justifica pela falta de investimentos de infraestrutura básica mínima nas comunidades rurais como a inexistência de um posto de saúde, uma escola, calçamento, entre outros e até na própria sede com a questão da ausência de um aterro sanitário. Se não há uma infraestrutura básica, muito menos haverá infraestrutura turística nesses locais. Muitos acreditam que depende do poder público o turismo se tornar uma realidade lá. “A prefeitura nem lembra que a gente existe, se eles não tiverem alguma proposta para a nossa comunidade, o turismo será sempre de vez em quando aqui” (Morador de Sucuruju, 2019). Essa percepção é bem compreensiva, mas por outro lado também um pouco preocupante, pois verifica-se uma dependência do poder público, ou por comodidade ou por falta de orientação, em várias ações que estes atores poderiam assumir e se organizar. O ideal seria que cada um assumisse o seu papel na construção da atividade turística.

Diante de todos esses fatos, se torna necessário ter uma avaliação de como os atores acreditam ser o seu papel para a melhor construção do turismo no município de Santo Amaro.

O ICMBio julga que sua maior contribuição é manter as ações de ordenamento das visitas no PNL. O foco foi criar mecanismos que pudessem em primeiro lugar, qualificar a prestação do serviço de visita. A formação mínima de guias em cursos de primeiros socorros, a exigência de categoria D de habilitação para motoristas interessados em operar no parque, a obrigação das agências serem autorizadas pela prefeitura local, tudo isso levou a melhoria na prestação de serviços. O ICMBio tem ordenado os principais acessos aos atrativos e fiscalizado a atuação dos operadores, visando redução de impactos da visita. Entretanto, a atuação é insipiente considerando os desafios, como o órgão ter pouco recurso financeiro e humano para desenvolver suas atividades.

O ICMBio está trabalhando na qualificação dos serviços turísticos prestados no PNL, principalmente por meio da concessão de serviços de apoio à visita e diversificação das atividades de uso público, ampliando as oportunidades de experiências aos visitantes. Existe a previsão de se realizar também a revisão completa do Plano de Manejo, para adequar as ações e diretrizes à situação atual da região e às demandas da indústria do turismo.

Este órgão tem uma visão positiva dentro da sua missão para a ampliação dos investimentos em infraestrutura e das ações de comando e controle por meio da concessão de serviços de apoio a visita pela iniciativa privada. E avalia de forma satisfatória sua atuação em relação aos efeitos do turismo no município de Santo Amaro, pois sempre buscou a gestão participativa. Seja por meio da criação do conselho consultivo, que ocorreu em 2013, seja pela participação dos entes colegiados do município e do estado, seja realizando reuniões com motoristas, guias e proprietários de agências. Sempre se buscou o acordo e a cooperação mútua, ouvindo as demandas locais, e fazendo de tudo para atendê-las.

Sobre a SEMTUR de Santo Amaro, esta tem realizado um trabalho intenso ao longo dos anos, embora saiba que pela dimensão do turismo, tem sido pouco, mas não a contento, pois sempre há algo a se fazer. Pretende fazer uma revisão do plano turístico, assim como um inventário completo do município, buscando parceria com universidades. Sobre a Concessão de serviços de apoio a visita pela iniciativa privada, o secretário

diz que ainda não está claro para a população como vai funcionar esse novo ordenamento turístico, embora esteja sendo discutido em grupos de trabalho com as comunidades, prefeitura, trade turístico e ICMBio um formato em que toda a estrutura turística que já existe seja aproveitada. Até agora, não está havendo conflitos de interesses e que por isso ele acredita que a concessão vai trazer investimentos para o turismo em Santo Amaro.

Em termos de gestão, a SETUR MA atua na região de Santo Amaro com a execução de Programas e Projetos. Neste sentido, a atuação é efetiva de apoio, além da disponibilização da Superintendência Lençóis e Delta, instituída e localizada em Barreirinhas, responsável por atender todo o Polo Turístico dos Lençóis Maranhenses. Um turismólogo da instituição detalha melhor essa informação:

O Programa Destino Lençóis e Delta possui eixos de atuação no município de Santo Amaro segurança no turismo (Projeto Turismo Seguro), Programa Mais Qualificação e Turismo, Programa Mais Infância Mais Turismo, Programa do Artesanato Brasileiro, CADASTUR, Programa de Regionalização do Turismo, entre outros. (SETUR MA, 2021)

A SETUR-MA incentiva a elaboração de instrumentos de gestão por meio do Programa de Regionalização do Turismo, realiza oficinas de elaboração deste material. Porém a SETUR não participou da elaboração do Plano de Turismo em Santo Amaro. Entretanto, avalia que minimizou impactos quando incentiva o Ordenamento Turístico do município em conjunto com a prefeitura, contribui em Plano de Uso Público e Visitação Turística, aplica o Programa Mais Infância Mais Turismo (Programa Estadual de combate ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes). A SETUR MA ainda reforça:

A comunidade possui participação junto ao Conselho Municipal de Turismo como forma de integrar a atuação participativa no processo de desenvolvimento do turismo. Entretanto, além da sede de Santo Amaro, as comunidades que ainda não estão envolvidas com o turismo começaram a entender o processo para este desenvolvimento agora. O turismo entra como alternativa para geração emprego e renda. Acredito que é necessário investir constantemente ações para o turismo. O papel da comunidade permeia na aceitação do turismo, busca por oportunidades de qualificação profissional, governança ambiental do turismo em seus territórios. (SETUR MA, 2021).

No entanto, ainda é priorizada a visão econômica na maioria das atividades desempenhadas pela SETUR, pois as ações de turismo de base são mínimas e pontuais.

O DTUH-UFMA também acredita que tem exercido bem o seu papel na construção do turismo em Santo Amaro. Alguns professores têm desenvolvido junto com seus alunos projetos para a região dos Lençóis Maranhenses, sobretudo de pesquisa com

produções científicas (TCC, Dissertação de mestrado e Teses de Doutorado). Assim, de uma maneira, ao produzir conhecimento científico e realizar atividades de extensão contribuem para uma reflexão acerca do turismo na região, simultaneamente, ajudam as comunidades a desenvolverem projetos locais. Trabalhando por meio de seus projetos de extensão e pesquisa junto as comunidades do município e articulando parcerias com a Prefeitura de Santo Amaro para contribuir na elaboração das políticas públicas. Tais projetos podem ser de educação ambiental nas escolas, nas associações e cooperativas e nos empreendimentos turísticos. Segundo a professora do DTUH-UFMA:

O DTUH tem apresentado e executado, em parcerias com outras instituições, ONG, governos e empresas privadas, projetos de extensão das mais variadas matizes como os dois já existentes de Turismo de Base Comunitária, que realiza ações de capacitação, consultorias individuais e em grupos em algumas comunidades e pretende estimular a criação de uma Rede de Turismo de Base Comunitária nos Lençóis Maranhenses. Os projetos são de extensão, mas com interface na pesquisa e conta com o apoio financeiro da FAPEMA e da Prefeitura de Santo Amaro. (DTUH-UFMA, 2021)

O LABEX é um Núcleo da UEMA que também tem atuado bastante na região de Santo Amaro nos últimos anos e vem desenvolvendo atividades de extensão em parceria com algumas comunidades e com a secretaria municipal de turismo. As ações do LABEX são voltadas para o turismo de base comunitária contribuindo para que os impactos sejam os menores possíveis.

O CONLESTE maranhense tem um papel diferenciado em relação as tomadas de decisões locais, tem a obrigação de levar aos municípios consorciados ofertas de assessorias e consultorias especializadas, como também instrumentos que possam contribuir com o planejamento estratégicos - planos e leis. Também tem em seu plano maior promover juntos aos municípios a integração dos planos intermunicipais e buscar políticas públicas e programas sociais ofertados pelo governo federal e estadual.

O consórcio pode ser articulador, representação política e executor de planos e programas demandados dentro das metas estabelecidas pelos entes consorciados, focar como princípio o desenvolvimento regional. De acordo com o consórcio:

O município de Santo Amaro do Maranhão é consorciado ao CONLESTE maranhense, mas nas últimas gestões não tem cumprido suas obrigações estatutárias e fica de fora do plano maior de desenvolvimento regional junto com os outros municípios circunvizinhos da Região dos Lençóis maranhense. (CONLESTE, 2021)

Sobre a avaliação da atuação do CONLESTE maranhense em Santo Amaro do Maranhão, para amenizar os efeitos, seja positivo ou negativos com o turismo local, tem participado no que é possível na construção de propostas de fortalecimento do turismo rural e de base comunitária, isso tem um efeito positivo, pois tem-se avançado com a proposta das rotas envolvendo a participação da sociedade rural. No entanto, as parcerias envolvidas têm garantido minimamente as ações. Nesse caso, ainda é necessário avançar mais, pois as atividades são difíceis de serem realizadas sem a participação efetiva do setor público municipal, mesmo com os esforços de parte dos gestores, a participação do gestor maior é de grande importância.

O CONLESTE acredita que tem feito o que é possível, dentro das limitações de recurso financeiros e agendas. Ressalta que ainda assim, se faz necessário um maior debate e participação do CONLESTE para o turismo maior de todo o município em Santo Amaro. Atualmente, está atuando com a proposta de estruturar uma rota turística em parceria com a Universidade Estadual – UEMA, por meio do LABEX.

Realizamos diagnóstico, estudo da rota, mapeamento e eventos nas comunidades para a construção da proposta, também realizamos alguns cursos. Agora estamos na fase de cumprimento da meta estrutura e lançamento da rota como turismo de base comunitária, denominada Rota das Areias. (CONLESTE, 2021)

Já o COMTUR de Santo Amaro acredita que seu papel é levar discussões sobre o ordenamento do turismo com o trade turístico e a população, como questões sobre a elaboração de leis, projetos de educação ambiental. No entanto, observa que nas reuniões do conselho ainda é baixa essa participação dos atores sociais. Apesar do COMTUR ainda buscar fortalecer o seu papel de articulador, considera sua atuação até o momento como ótima, o que parece um pouco cômodo, pois na realidade sua participação ainda é insatisfatória na formulação de propostas e ações para o desenvolvimento do turismo local.

No geral, os atores do mercado concordam com uma mesma linha de pensamento. Acreditam que exercem bem seu papel prestando serviços de qualidade e com segurança e que contribuem para o turismo trabalhando em função do ordenamento e organização das atividades turísticas. Buscam qualificação para melhor atender ao visitante e fazer trabalhos de conscientização ambiental no ato das suas atividades. Mas para a Associação de Artesanato, o seu papel é justamente trabalhar em função da inclusão mais ativa dos artesãos e mestres da cultura dentro do processo turístico. Na percepção dos donos dos

pontos de apoio, seu papel no turismo vai além de receber bem o turista, mas trabalhar comunitariamente para que todos se beneficiem com o turismo. “A comunidade toda se beneficia com o turismo, se a gente que é dono de restaurante compra a galinha da família que vive só da criação de animais, se indico o turista que tá hospedado aqui para o colega que faz passeio de canoa e assim por diante” (Ponto de Apoio de Rancharia, 2020). E eles são os únicos que se julgam os próprios responsáveis pelo desenvolvimento do turismo em suas comunidades, uma vez que eles mesmos gerenciam as atividades turísticas. Afinal, a lógica do poder público está atrelada principalmente aos grandes projetos de desenvolvimento econômico, no qual menospreza investimentos que estruturam condições básicas necessárias fazendo com que essas comunidades se responsabilizem pelo desenvolvimento turístico local.

Grande parte dos atores da sociedade civil entende que seu papel na construção do turismo é ser hospitaleiro, prestando informações sobre o município. Outra parte, mesmo não sendo trabalhadores que atendem os turistas, acredita que seu papel é contribuir para o turismo criando seus animais e cultivando suas hortas para abastecer os empreendimentos turísticos. Logo, uma pequena parte não se sente responsável no processo de desenvolvimento do turismo, por não ter uma relação de trabalho ligado a essa atividade.

É importante fazer uma observação que somente alguns dos atores do governo (LABEX-UEMA, DUTH-UFMA e COLESTE) falam sobre a relevância da participação social no processo de planejamento da política pública para o desenvolvimento do turismo. Os demais atores sociais, tanto do mercado, como da sociedade civil, não fizeram nenhuma reflexão sobre essa questão, levando a entender que estes não percebem essa participação como seu papel efetivo na construção do turismo. Afinal, essa política pública é importante para a sustentabilidade do turismo, entretanto, para que esta seja eficaz é essencial a participação de todos os atores nesse processo. Desse modo, a não participação desses atores enfraquece seus próprios interesses e fomenta ainda mais os interesses do poder público.

Com essa nova dinâmica do turismo que vem sendo desenhada com a inauguração da rodovia MA 320, se torna importante saber se os atores acreditam que a comunidade de Santo Amaro está satisfeita com essa nova realidade turística e qual a percepção que eles têm sobre o futuro do turismo no município.

O ICMBio preconiza que a sociedade está parcialmente satisfeita, pois tem percebido o benefício econômico do turismo e as consequências negativas no que se refere ao aumento da produção de lixo e a baixa capacitação dos operadores. Nos períodos de alta visitação, o número excessivo de turistas gera transtornos na logística do município. Acredita que no futuro, o município de Santo Amaro irá se expandir para o lado de fora do centro urbano, aliviando o fluxo de veículos. Que o problema dos lixões será resolvido, com apoio do governo federal, e que será criado um sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto. Mas essa percepção é um pouco contraditória, tendo em vista as mínimas ações realizadas pelo atual governo nas políticas públicas. Apesar desse contexto, o ICMBio (2021) relata uma observação interessante sobre a participação dos sujeitos na luta, “com todas as lutas que ali já foram travadas, a população tem se tornado cada vez mais consciente e participativa nas decisões dos entes federativos, e participando de forma ativa na gestão do parque nacional”. E reforça com sua percepção:

O Turismo em Santo Amaro tem crescido rapidamente, caso o ICMBio consiga implementar as ações previstas pelo conselho gestor (concessão, revisão do plano de manejo, monitoramento dos impactos da visitação, implementação de infraestrutura) o turismo em Santo Amaro poderá se destacar como um dos principais destinos de ecoturismo no Brasil. (ICMBio, 2021)

O DTUH-UFMA julga que os santo amarenses estão satisfeitos com o turismo atual porque o aumento na circulação de turistas tem impacto imediato na geração de renda. Entretanto, aponta a necessidade de se fazer um grande trabalho de sensibilização e conscientização considerando os princípios do desenvolvimento sustentável. Sobre sua percepção do futuro, afirma que o turismo é uma atividade multissetorial. Portanto, se não houver uma governança local por meio de suas instâncias, o município tende a desenvolver um turismo muito distante das premissas da sustentabilidade, e poderá ser um destino com sérios problemas de ordem socioambiental, o que iria “afugentar” os visitantes. E mais, a população irá ser a maior prejudicada.

A SETUR MA aposta nos trabalhos desenvolvidos com as parcerias dos atores de implantação de Turismo de Base Comunitária para um bom futuro do turismo no município.

O Turismo de Base Comunitária é um modelo de prática do turismo em fase de desenvolvimento e aprendizado em comunidades do município de Santo Amaro, logo será realidade do desenvolvimento sustentável dos produtos turísticos locais. Apenas com o fortalecimento do Conselho Municipal de

Turismo e participação ativa da comunidade o turismo conseguirá ampliar sua visão sustentável para resultados mais efetivos. (SETUR MA, 2021)

O LABEX-UEMA também considera que a população no geral está satisfeita com o turismo, pois houve um aumento de opções de geração e trabalho e renda. E sobre a percepção do futuro do turismo em Santo Amaro, reafirma o que sempre discutia nos trabalhos de extensão universitária que desenvolvia quando a pavimentação da estrada ainda era uma especulação:

Como já afirmávamos no início da década passada, considerávamos que a estrada promoveria uma mudança na dinâmica do município com a chegada de muitas pessoas e empresários de fora que estariam ocupando os lugares mais importantes e vantajosos em substituição aos moradores locais. Entendemos que essa condição deve se confirmar muito rapidamente e que em 10 anos essa previsão estará concretizada. (LABEX-UEMA, 2021)

Sobre a satisfação da sociedade santo amarense com a dinâmica atual do turismo, o CONLESTE observa uma crise do entendimento de papéis e missões de parte da sociedade, como também da grande maioria das instituições e empreendimentos com a questão do turismo participativo, inclusivo e sustentável, talvez por falta da condução e coordenação do setor público municipal.

O CONLESTE participou em Santo Amaro do Maranhão de alguns momentos de discussão e proposta de alternativas do turismo rural e de base comunitária, sei que muitos estão insatisfeitos, vendo o turismo crescer sem a inclusão das comunidades, uma desordem geral, isso é muito ruim, não garante a sustentabilidade. (CONLESTE, 2021)

O CONLESTE acredita que na estimativa de um tempo de 10 anos as coisas possam estar melhores para o turismo local, como também as comunidades emponderadas, principalmente no projeto de implantação de turismo comunitário “Rota das Areias”. Com relação ao turismo de maior porte a partir da sede do município, o CONLESTE crê que melhorará de forma muito tímida e daqui a 10 anos teremos alguns avanços, ainda não suficientes para garantir a melhoria de vida das pessoas, como também do próprio turismo organizado e forte para oferta dos pacotes. Entretanto, o CONLESTE (2021) demonstra uma esperança quando relata “Em 10 anos, com muitos esforços de todos os envolvidos e garantias de parcerias estratégicas é um tempo suficiente para grandes mudanças, temos tudo para um Santo Amaro melhor por meio do turismo forte e organizado”.

A SEMTUR de Santo Amaro informa que não há uma pesquisa de satisfação da comunidade em relação ao turismo e que esta dissertação provoca o interesse em realizar

essa busca mais profunda sobre essa questão, em parceria com as Universidades. Contudo, acredita que a maioria se sente satisfeita porque houve uma melhora na qualidade de vida das pessoas. Que até os filhos de Santo Amaro que haviam ido embora objetivando galgar uma vida melhor, estão retornando e investindo em algum segmento turístico na região. E quanto ao futuro do turismo em Santo Amaro MA, aposta que se aplicado a legislação e implementadas as ações propostas pela SEMTUR para o ordenamento do turismo, Santo Amaro pode vir a se tornar o principal destino turístico do Brasil.

E sobre a perspectiva que os atores do mercado têm a respeito do futuro do turismo em Santo Amaro se diverge. A maioria crê em um futuro no qual o município vai ter que se adequar ao turismo, pois este vai crescer muito e criará mais oportunidades e qualidade de vida a todos em Santo Amaro, pois o turismo será mais organizado. No entanto, será necessário desenvolver atividades para qualificar os atendimentos de todos os segmentos, colocar mais atrativos na região como vida noturna na cidade e incluir mais a comunidade dentro do turismo. E poucos preveem que o turismo de massa será dominante e destrutivo, com a cultura muito mudada, incomodando principalmente os antigos moradores.

E na percepção dos donos de apoio também acreditam que a comunidade se encontra satisfeita e pensam que o futuro do turismo no município daqui a dez anos será melhor que hoje, com mais turistas e melhor qualidade de vida para as comunidades. No entanto, eles temem o futuro também, temem que grandes empresários se apropriem do seu espaço para desenvolver o turismo e que a comunidade perca a força dentro do turismo, ou seja até mesmo expulsa do seu habitat natural. “A gente não quer sair daqui, não quer mudar nada aqui, não quer ser empregado de empresários, a gente é feliz aqui, com o turismo do jeito que é hoje” (Ponto de Apoio de Betânia, 2020).

E para finalizar, na concepção dos atores da sociedade civil, eles também divergem sobre o futuro do turismo. A maioria acredita que será melhor e a vida das pessoas estará bem melhor que hoje. Outros acham que o turismo vai tirar mais a privacidade dos moradores e ser uma cidade bem mais cara. “O turismo vai ser mais forte e vai ter muito mais gente que hoje e nossa privacidade não existirá mais, seremos reféns do turismo, numa cidade com o custo de vida bem mais alto” (Moradora da sede, 2019).

E outra parte desses atores esperam no futuro, o turismo em suas comunidades seja uma realidade e que a comunidade possa ter uma boa renda do turismo.

Observa-se que nas três esferas há uma convergência sobre a satisfação da sociedade com o turismo por conta da geração de emprego e renda e há uma divergência quanto ao futuro do turismo, onde uns acreditam na melhoria e outros na saturação do destino turístico.

E diante de todos os fatos mencionados, verifica-se que na percepção de todos os atores, o estudo mostra que os impactos negativos superam em quantidade os impactos positivos, porém, para a maioria, o turismo é tido como satisfatório em função do forte poder do impacto econômico na geração de emprego e renda. Em síntese, os atores não percebem que essa geração de emprego e renda tem a tendência de se tornar uma dependência econômica única e exclusiva do turismo, uma vez que eles deixam de atuar nas suas atividades tradicionais para trabalhar somente com o turismo. Isso pode ocasionar uma grande quantidade de desempregos em decorrência da sazonalidade do turismo ou de qualquer outro contratempo de natureza econômica. Verifica-se então, que esse aspecto econômico pode se transformar num problema futuro, pois não se deve avaliar os impactos somente pela sua quantidade, mas principalmente pela sua influência qualitativa na vida dos atores.

Por fim, relacionando os impactos do turismo e da rodovia, esta aumenta a acessibilidade transformando-se num elemento propulsor para o desenvolvimento econômico, sócio cultural e ambiental, a depender do potencial turístico que o local oferta. Dessa forma, o impacto é considerado positivo, quando a ocupação do espaço é prevista e desejável, no qual a localidade tem uma preparação adequada para receber turistas, com implantações planejadas e responsáveis de infraestrutura, sendo da competência do município o norteamento político de ações. Entretanto, deve-se levar em consideração os possíveis problemas de relacionamento entre o espaço viário e seu tráfego, a intenção populacional e governamental e a condição ambiental e sua capacidade de carga. Portanto, é necessário que se tenha o controle das atividades por meio de rodoviárias para a sustentabilidade em destinos turísticos. Ações que corroboram com a preservação das características originais, redução de acidentes de trânsito, necessidade de estacionamento, controle de ruído, poluição de gases, lixos e desenvolvimento urbano, aumento de segurança, entre outros, se fazem através da

execução de leis, decretos e planos diretores. A rodovia MA 320 vislumbrou a ascensão do turismo em Santo Amaro do Maranhão.

TABELA 4: RESUMO GERAL DOS IMPACTOS DO TURISMO SOB A PERCEPÇÃO DOS SEUS ATORES SOCIAIS

PRINCIPAIS IMPACTOS CAUSADOS PELO TURISMO DESENVOLVIDO EM SANTO AMARO SOB A PERCEPÇÃO DOS ATORES	
POSITIVOS	NEGATIVOS
1-GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	1-DESODERNAMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA
2-GERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA	2- SOBRECARGA SOBRE OS ATRATIVOS TURÍSTICOS E SOBRE A ESTRUTURA FRÁGIL DA SEDE
3-AUMENTO DO PODER DE COMPRA	3- DESCONTROLE DAS VISITAÇÕES
4-SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E FELICIDADE	4- AUMENTO DA PRODUÇÃO DE LIXO
5-VALORIZAÇÃO DOS ARTESÃOS	5- BATE VOLTA
6-PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MUNICÍPIO	6- TURISMO CLANDESTINO
----	7- ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
---	8- TURISMO DE MASSA
----	9- ALTO CUSTO DE VIDA
----	10- VIOLÊNCIA
----	11- MUDANÇA DE HÁBITO E CULTURA
----	12- PRECÁRIA FISCALIZAÇÃO DA ENTRADAS DE AUTOMÓVEIS NA SEDE E NO PNLM
----	13- CONCORRÊNCIA DESONESTA E GANÂNCIA

Fonte: Dados da Autora

FIGURA 9 ALGUNS REGISTROS DA PESQUISA DE CAMPO ENTRE 2019 A 2021



Fonte: Arquivo da Autora

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação realizou um estudo aprofundado para identificar os impactos do turismo no município de Santo Amaro MA antes e depois da Rodovia MA 320 sob a percepção dos seus atores sociais, refletindo sobre as principais repercussões desses impactos no desenvolvimento local.

A abordagem inicial sobre a dinâmica do turismo fez uma reflexão a respeito da história, tipologia, impactos e atores da cadeia do turismo levando a uma compreensão mais crítica e com respaldo sobre as análises dos resultados dessa dissertação. Ao longo da evolução histórica do turismo, percebe-se que a abertura das estradas dá início ao surgimento da atividade com todos os seus desdobramentos de apropriação territorial e socioespacial. De certa forma, esses desdobramentos vão resultar na tipologia do turismo empreendida em determinado local e na geração de impactos produzidos pela atividade.

A crescente importância econômica, sociocultural e ambiental da atividade turística fez o turismo passar a ser um desfrutador ativo dentro dos territórios precisando ser visto com mais responsabilidade para que ocorra de forma mais sustentável possível, ou seja, tentando maximizar os benefícios e minimizar os efeitos negativos. Para isso, é preciso traçar uma compreensão dos processos da interpretação da realidade local com o incremento do turismo a partir da percepção dos atores sociais envolvidos nesta cadeia para verificar a quem serve os benefícios gerados e sob quais riscos e custos, sejam eles econômicos, sociais, culturais ou ambientais.

Foi importante abordar a história de Santo Amaro desde o início e verificar que sua beleza natural carrega uma expressiva tradição, seja na culinária quando fazem um peixe cozido com caju, na forma de dormir nas dunas cavando buracos na areia, no costume de fazer farinha de forma rudimentar, nos traços físicos dos santo-amarenses herdados dos índios Teremembés e até mesmo como um portal de um Santuário Ecológico. Tradições essas, que ao longo do tempo, vieram atraindo visitantes para essa região.

Percebe-se que por muito tempo, Santo Amaro foi considerado um município isolado e esquecido pelo poder público e com a economia de subsistência dominante. Com a abertura de trilhas e estradas precárias com muitos obstáculos de acesso feitos pela PETROBRÁS se dá origem ao início de uma tímida dinâmica de turismo. Essa dinâmica

atraía pessoas dispostas a vivenciar aventuras no deslocamento e locomoção, pernoitar nas casas simples dos moradores onde o conforto não era prioridade e interagir com o modo de vida das comunidades para contemplar a beleza cênica do local. Isso proporcionou paulatinamente a inserção da população do município dentro da atividade turística. Com a especulação da efetivação do acesso mais fácil até a sede de Santo Amaro através da Rodovia MA 320, a grande preocupação era que Santo Amaro seguisse a direção do turismo que acontece em Barreirinhas considerado devastador e excludente ou se continuava a ter um turismo com baixo fluxo de visitantes, includente, pouco impacto negativo, mas também com uma geração mínima de renda e emprego e nenhuma divisa para o município.

Contudo, a rodovia MA 320 se tornou realidade efetivando de forma veloz uma nova dinamização no território santo amarense. Com a inauguração desta rodovia, o fluxo turístico dispara nessa região e logo os ganhos financeiros são sentidos pela população. É importante ressaltar que grande parte dos entrevistados, principalmente os atores do mercado e da sociedade civil, são naturais do próprio município, o que indica que eles ainda se percebem como atores ativos e inclusos do turismo.

O aumento da geração de emprego e renda provocado pela expansão das atividades turísticas é unanimemente o impacto positivo mais percebido pelos atores do turismo, provocando o crescimento da economia no município. Esse fenômeno influencia diretamente no poder de compra da população que mostra melhorar de vida fazendo reformas nas suas casas e investindo em construções para empreendimentos turísticos ampliando a infraestrutura local para melhor receber o visitante. Os atores da sociedade civil, principalmente os moradores das comunidades rurais passam também a serem atraídos pelo desejo de querer ganhar dinheiro com o turismo da mesma forma como as pessoas que vivem na sede e buscam as universidades para trabalhar projetos de turismo de base comunitária.

Entretanto, o turismo faz parte de um processo maior, não se traduz somente em benefícios, é estruturado por valores que vão além da dinâmica econômica, como também entra em questão a dinâmica sociocultural e ambiental. O crescimento do turismo de forma rápida resulta em profundos impactos, principalmente quando se tinha um modelo de turismo mais brando e vocacionalmente comunitário e passa a predominar o modelo de turismo de massa, pois o fluxo e o perfil dos turistas estão diretamente relacionados

com o tipo de turismo. Nesse caso, a demanda fica excessiva, o perfil passa a ser de um público sem preocupação ambiental e social, surge o superdimensionamento da oferta levando a descaracterização da paisagem. Se por um lado os atores do turismo em Santo Amaro percebem que o poder de compra aumentou, por outro lado eles percebem que o custo de vida também aumentou. Se por um lado eles percebem que aumentou muito a quantidade de turistas em sua região, por outro lado o desordenamento turístico mostra incomodar muito os atores, principalmente os passeios de “bate volta”, os clandestinos, a sobrecarga de pessoas e veículos na cidade e nos atrativos, a especulação imobiliária e degradação ambiental. O turismo em Santo Amaro passou a ser “a menina dos olhos” para muitos investidores. A população de Santo Amaro começou a sentir a pressão dos grandes projetos. Teme um futuro no qual possa ficar às margens da atividade turística e se torne prisioneira do jogo de força com os atores opostos criando um movimento de resistência.

E diante disso, percebe-se que os impactos negativos percebidos por todos os atores superam em quantidade os impactos positivos. E mesmo eles demonstrando uma preocupação com esses impactos negativos, no geral, concluem que a população de Santo Amaro está satisfeita com o turismo por conta da melhoria na qualidade de vida em função da geração de emprego e renda. O fator econômico parece ser primordial na avaliação que a maioria dos atores tendem a fazer sobre os impactos produzidos pela nova dinâmica do turismo.

Dado essa constatação, tem que se levar em conta que Santo Amaro tem um alto grau de pobreza e desigualdade social, com um dos piores índices de desenvolvimento humano – IDH no país. Um dos atores da sociedade civil, morador da sede, na época com 94 anos e muito lúcido, fez um relato interessante que pode explicar o porquê de o fator econômico superar os impactos negativos.

Com a estrada, o progresso chegou. O turismo ajuda muito e traz muito dinheiro para a população. Tudo o que vem de bom para meu lugar que moro, para nossa comunidade, é melhor do que o passado, que era muita pobreza. (Morador da sede, 2019)

Dessa forma, entende-se que para os atores, quanto mais o turismo gerar novos empregos e renda para a população, os impactos negativos supracitados nesta dissertação serão “compensados”. Espera-se então, que todas as ações para desenvolver o turismo sejam priorizadas para a inclusão da população aos ganhos financeiros do turismo.

Contudo, ao analisar as percepções que cada ator tem sobre o seu papel na construção do turismo, observa-se que todos os atores do governo buscam trabalhar ações em prol do ordenamento da atividade turística potencializando os impactos positivos e minimizando os negativos, seja elaborando regras de controle de visitação e capacidade de carga, seja apoiando iniciativas de turismo de base comunitária, entre outros. Entretanto, encontram muitos entraves como a falta de implementação de políticas públicas voltadas para o turismo sustentável e a ausência de participação e apoio do gestor maior do poder público em geral, principalmente do poder público local. Para os atores do mercado, seu papel significa prestar um serviço de qualidade e desenvolver trabalhos de conscientização ambiental dentro das suas atividades. Isso mostra que eles são sensíveis às questões ambientais que possam preservar seu patrimônio ambiental e usufruir de forma responsável e conservadora para fins turísticos. No entanto, atribuem a responsabilidade maior do desenvolvimento do turismo à prefeitura, salvo os donos dos pontos de apoio que atribuem a responsabilidade única à própria comunidade e entendem seu papel como o de oferecer as oportunidades de inclusão social geradas pela atividade do turismo dentro da sua comunidade. O que eles convergem é que a prefeitura não cumpre com seu papel. Da mesma forma, pensam os atores da sociedade civil que também responsabiliza o papel principal do desenvolvimento do turismo à prefeitura, mas que esta é omissa. E se dividem quando designam o seu papel. Uns acreditam que o papel da comunidade é ser hospitaleira, outros não se sentem responsáveis em nada. O que se percebe é que o governo municipal é visto como o principal responsável pelo turismo pela maioria dos atores, apesar de cada esfera identificar seu papel. Todavia, o que aparenta é que eles não possuem clareza sobre os próprios papéis que cada esfera precisa cumprir para a construção do turismo. A construção do turismo depende da ação de todos os atores. Nenhum deles ressalta, por exemplo, o seu papel na participação social no processo de planejamento da elaboração de políticas públicas do turismo. Na elaboração de políticas de turismo devem ser discutidos os problemas socioculturais e ambientais que podem ocorrer com a atividade turística. Esta postura de passividade e submissão diante das autoridades públicas coloca o mercado e a sociedade civil em uma situação periférica.

De maneira geral, todos os atores creem que no futuro o turismo em Santo Amaro será bem mais intenso, partindo daí uma dicotomia. A maioria acredita que a geração de emprego alcançará mais pessoas do município e espera que o turismo esteja efetivamente

ordenado e poucos temem que o turismo de massa sature a atividade turística. O que se observa agora é que os atores desejam a geração de emprego e renda, mas se preocupando com os impactos negativos para o futuro, apesar do fator econômico continuar sendo um elemento com peso maior que parece condicionar sobre uma posição positiva ou negativa do desenvolvimento do turismo.

Por fim, os impactos do turismo em Santo Amaro antes e depois da rodovia MA 320 sob a percepção dos seus atores sociais foram identificados e analisados nesta dissertação. Estes são percebidos mediante a cada realidade individualizada em função da união do cotidiano santo amarense com as atividades turísticas ofertadas, fazendo do turismo hoje a principal fonte de renda da região. Entretanto, possui inúmeros aspectos e dá margem a diferentes interpretações. Acredita-se, portanto, que as discussões dessa proposta não se findam por aqui e fica a postos para colaborar com muitos outros estudos que se interessem por esse tema.

REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do turismo: conceituação e organização.** trad. Graciela Rabuske Hendges. São Paulo: EDUSC, 2002.

AGUIAR, Patrícia Rosa. **Origem e evolução das Unidades de Conservação Brasileiras.** XIX Encontro Nacional de Geógrafos – ISBN: 978-85-99907-08-5. 2018-Paraná.

ANDRADE, M.P.; FILHO, B.S. et al. **Análise Técnica do Projeto de Lei do Senado (PLS) que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** Senado Federal. 2019. Acesso em: 30 novembro de 2019.

ARAUJO, Thiago Diniz; DE SOUSA, Jefferson Bruno Costa; FEITOSA, Antônio Cordeiro. **POTENCIAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DO MARANHÃO-ESTADO DO MARANHÃO-BRASIL.** Revista Geográfica de América Central, v. 2, p. 1-14, 2011.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. Unidades de Conservação: importância e História no Mundo. **Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para Resultados.** São Carlos: Rima. Editora, 2012. p. 25-50.

_____, Marcos Antônio Reis. A Biodiversidade e Sua Importância. In: NEXUCS – Núcleo para excelência de unidades de conservação ambiental. **Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para Resultados.** São Carlos: Rima Editora, 2012. p. 3-24.

ARAÚJO, Monica de Nazaré Ferreira de et al. **O turismo comunitário e o desenvolvimento local: estratégias e desafios para o município de Santo Amaro do Maranhão.** São Luís: FAPEMA, 2018.

ARAUJO, Lindemberg Medeiros; CARVALHO, Roberta C. **O turismo de massa em debate: a importância de sua análise para o planejamento turístico do estado de Alagoas.** Brasil. X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, v. 9, 2013.

ARCHER, Brian; COOPER, Chris. **Os impactos positivos e negativos do turismo in:** Turismo Global. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

AZEVEDO, Andrelle Paule Mendonça. **São José de Ribamar, um santuário de fé no Maranhão.** São Luís, UFMA, 2008.

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural**. As possibilidades do planejamento. 6. ed. Campinas: Papirus, 2001

_____. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BENI, Mário Carlos. **Política e estratégia do desenvolvimento regional**: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Revista Turismo em análise**, v. 10, n. 1, p. 7-17, 1999.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. **O turismo como mercadoria no capitalismo avançado**: uma análise conceitual. 2011.

BRANDÃO, Juzânia Oliveira da Silva. **Turismo de base comunitária: ressignificando a concepção de comunidade**. 2014.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o código florestal. **Diário oficial da união**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1934.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário oficial da união**, Brasília, 23 ago. 2002.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 jul. 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 86.060, de 2 de junho de 1981**. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981.

BRASIL. **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais:** caderno de experiências/ organizadores: Marília Falcone Guerra, Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite, Bruna de Vita Silva Santos; autores: Ana Gabriela da Cruz Fontoura... (et. al.); ilustrador: Daniel Dias Moreira. 1 ed. Brasília-DF: ICMBio-MA, 2019.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). **Unidades de Conservação.** Brasília, DF: ICMBio-MMA, 2021.

_____. **Programa Parques do Brasil: visitar é proteger!** Estratégias de implementação da visitação em unidades de conservação federais: prioridades de execução 2018/2020. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/parques_do_brasil_estrategia_de_implementacao_visitacao_2018_2020_ICMBio.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020

_____. **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnalencoismaranhenses/guia-do-visitante.html>. Acesso em: 30 novembro de 2019.

BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** Brasília: IBAMA/UFMA, 2002.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades.** 2018. Disponível em: Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. (2004): **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** 5. ed. aum. Brasília: MMA/SBF.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: marcos conceituais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional.** Brasília: MTur, 2008.

_____. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária:** desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo. 2010.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BURKART, A. J.; MEDLIK, S. – **Turismo: Passado, Presente e Futuro** , Volume 434912407, 2ª ed., London, Heinemann, 1974.

CARVALHO, Rossane Cardoso. **Turismo nos Lençóis Maranhenses: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA.** 2007.

CASTRO, L. L. C. **O Projeto Expedições pra o Turismo e Ação em Santo Amaro do Maranhão** – Contribuições para a Construção das Políticas Públicas Municipais de Turismo. São Luís, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Maranhão.

CASTRO, Luciana Luisa Chaves; LOBATO, Fabiana Mendes; DA ROCHA, Danielle Cunha de S. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO:** contribuições para o desenvolvimento local de Santo Amaro do Maranhão. III Jornada internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI, 2007.

CASTRO, Edna. HURTIENNE, Thomas. SIMONIAN, Lígia. **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais.** Belém: NAEA/UFPA, 2007.

CISNE, Rebecca; GASTAL, Susana. **Turismo e sua história: rediscutindo periodizações.** Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul-RS. (Julho, 2010), 2010.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Contexto, 2000.

DALL'AGNOL, Sandra. Impactos do turismo x comunidade local. **SEMINTUR-Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa,** v. 16, 2012.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** 3. ed. São Paulo: Futura, 2000.

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil:** feita nos anos de 1613 e 1614. 3.ed. São Paulo: Siliciano, 2002, 436p.

FERES, R. **Lençóis maranhenses.** 2017. Disponível em: <http://ricardoferes.com/project/lencois-maranhenses/>. Acesso em: 30 novembro de 2019.

FLORÉZ, Margareth; [et al.]. **Olhares sobre desenvolvimento comunitário:** 10 perspectivas do impacto gerado por grandes empreendimentos. São Paulo: ILG, 2015.

FONSECA, M. A. (2005). **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade.** Edufrn, Natal. 2005.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil.** In: PIMENTEL, T.D.; EMMENDOERFER, M.L.; TOMAZZONI, E.L. (org.). *Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações.* Caxias do Sul: Educus, 2014

_____. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo:** as possibilidades das redes regionais de turismo. Niterói: UFF, 2008. 308 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

_____. **Os lugares turísticos: território do fenômeno turístico.** Revista GEOgraphia, revista da pós-graduação em geografia da UFF. Niterói, ano II, n.4, 2000b. p. 121-133

GONÇALVES, M. H. B.; Campos, L. C. de A. M. (1998). **Introdução a Turismo e Hotelaria.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses.** Lençóis Maranhenses. V. 5. São Luis, 2020.

_____. **Plano de Ação Mais IDH: Diagnóstico Avançado.** Santo Amaro do Maranhão. São Luis, 2016.

_____. **Plano de Ação Mais IDH: Diagnóstico Preliminar.** São Luis, 2015.

JUNIOR, Magno. PETRUS, Júlia. (2019). **Realidades, perspectivas e desafios do planejamento e da gestão territorial dos espaços turísticos no século XXI.** InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade. 5. 12338. 10.18764/2446-6549.2019.12338.

JUNQUEIRA, Luiz Daniel Muniz. **Análise da Produção Científica Norteeda pela Abordagem do Materialismo Histórico Dialético: Um Recorte Temporal de 2004 a 2014 das Revistas Científicas Brasileiras.** Caderno Virtual de Turismo, v. 18, n. 3, p. 129-147, 2018.

LA TORRE, Francisco. **Sistemas de Transportes Turístico.** São Paulo: Roca. Tradução: Cláudia Bruno Galvão, 2002.

LEMOS, Leandro de. **Turismo: que negócio é esse?** 3ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

LIMA, S. **As percepções dos residentes do papel do turismo no desenvolvimento da Ilha da Boavista**, Universidade de Coimbra. 2012.

LICKORISH, Leonard; LENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOPES, Gabriel Bertimes di Bernardi. **ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM FLORIANÓPOLIS- FLORIANÓPOLIS 2015**- Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientador: Prof. Dr. José Messias Bastos.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

_____, Carlos. **Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario**. Genebra: OIT, 2005.

MARANHÃO, C. H. DA S. **A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil**. Revista de Turismo Contemporâneo, v. 5, n. 2, 20 dez. 2017.

MARANHÃO, Governo do Estado. **Plano estratégico de turismo do estado do Maranhão (Plano Maior 2020-Relatório Final)**. São Paulo: Chias Marketing, 2012.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano maior 2020 - Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão. Relatório Final**, São Luís: SETUR-MA, 2012

_____. **Plano estratégico de Turismo do Estado do Maranhão: Plano Maior 2020. Informe Executivo**, São Luís: SETUR-MA, 2011.

_____. **Relatório de Zoneamento e Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do estado do Maranhão**. São Luís: SETUR-MA, 2010.

_____. **Plano Maior - 2002**. São Luís, [s.n.], SETUR-MA 2002.

MARANHÃO, Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão. **Material da Regionalização 2017 - Ofício 02/2017**. SECTUR-MA, 2017.

_____. **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DO MARANHÃO: Plano de ações estratégicas do Polo Lençóis Maranhenses**. SECTUR-MA, 2014.

MARANHÃO, Gerencia de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de desenvolvimento integral do Turismo do Maranhão: plano maior**. GEPLAN. São Luís, 2002.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. 3 ed. São Luís: SUDEMA, 1970, 634p.

MARTINS, Érica Mantovani. **Desenvolvimento local e atividade turística em Barreirinhas** – cidade portal dos Lençóis Maranhenses. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do **capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A ideologia alemã** (Die deutsche Ideologie, 1973). São Paulo: Grijalbo, 1977.

MOESCH, Marutschka Martini. **O domínio material e conceitual do turismo**. II Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo 2005. https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/2/Artigo_23.pdf

MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

NETO, Joaquim Shiraishi. **Problema ambiental: naturezas e sujeitos em conflitos** [et. al] (orgs.). São Luís: EDUFMA, 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

NORONHA, Gabriela Silva; ARAÚJO, José Luis Lopes. **Gestão ambiental das hospedagens domiciliares de Santo Amaro do Maranhão-Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 17, n. 2, 2017.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Internacional Tourist Arrived, 1950–2004**. Madrid: UWNTO, 2005.

_____. **World Tourism Barometer**, v. 3, n. 2, Madrid: UWNTO. 2005.

PANAZZOLO, Flavia de Brito. **TURISMO DE MASSA: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO ATUAL.** 2005.

PNUD, IPEA, FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2010.

PIMENTEL, Thiago Duarte. PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves. **Destino turístico como construção coletiva: os atores envolvidos e sua necessidade de articulação,** Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 18 (junio 2015). En línea: <http://www.eumed.net/rev/turydes/18/destino-turistico.html>

QUADROS, Marlene. **Percepções dos residentes sobre os impactos do turismo na comunidade local.** 2017. 87 p. (Dissertação de Mestrado em Gestão do Turismo Internacional). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2016.

RAMOS, Carmem Barroso. **A Ação do Turismo nos Lençóis Maranhenses: a comunidade de São Domingos entre a tradição e a modernidade.** 112p. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional) Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento sócio-espacial e Regional, São Luís.

REBELO, S. M. **Plano Municipal de Educação Turística – PMET: um modelo para os municípios brasileiros de potencial turístico.** Turismo Visão e Ação. Revista Científica do Mestrado em Turismo. 1998.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira.** Papirus, 1996. 167 p.

REZENDE, Cristiane Ferreira; REZENDE, DC de. **Impactos do turismo: uma análise sob a ótica da população receptora.** Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração-ENANPAD, 2005.

ROCHA, M. S.; SANTOS, I. J. P. **Desafios e perspectivas do turismo de base comunitária em Santa Maria de Guaxenduba - Icatu-MA** - In: XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2020, Bacabal. Anais do XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: desenvolvimento, segurança alimentar e políticas públicas para o nordeste. São Luís: EDITORA UEMA, 2020. p. 190-206. ISBN: 978-65-00-05734-8

RODRIGUES, Arlete M. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística.** In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa T.; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Org.). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas: Papirus, 2000. p. 171-188.

RUSCHMANN, Doris Van de M. **O Turismo rural e o Desenvolvimento Sustentável.** Campinas: Papirus, 2000.

_____. **A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade.** Turismo-Visão e Ação, v. 2, n. 5, p. 81, 2000.

_____. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente.** Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, Itaan de Jesus Pastor; ROCHA, Michelle Santos. **O olhar das comunidades de Santo Amaro do Maranhão frente ao Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2018.** Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. Salvador/Recife, v. 45, n. 251, p. 603- 618, set./dez., 2020. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2020.n251.p603-618>

_____. **ROTA DAS AREIAS E ROTA GUAXENDUBA:** análise sobre os projetos de turismo de base comunitária no território Lençóis Maranhenses/Munim no Maranhão. Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Publicado em 02/09/2021 - ISBN: 978-65-5941-281-5 - DOI: 10.29327/soberebpc2021.

SALGUEIRO, Valéria. **Grand Tour:** uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. Revista Brasileira de História [online]. 2002, v. 22, n. 44 [Acessado 19 Novembro 2021], pp. 289-310. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200003>>. Epub 14 Fev 2003. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200003>.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, R. Senador do Maranhão discute estratégias para a **Rota das Emoções.** Disponível em: <http://blogdoricardosantos.com.br/2017/06/23/senadordomaranhaodiscute-estrategias-para-a-rota-das-emocoes/>. Acesso em 30 novembro de 2019.

SANTOS, A. **O turismo e a percepção dos seus impactes pela comunidade local – O caso da ilha do Sal, Cabo Verde,** Universidade Aberta. 2011.

SENADO FEDERAL. **Projeto de lei do Senado nº 465, de 2018.** Brasília. 2018. Disponível em: Acesso em: 30 novembro de 2019.

SILVA, Elisangela Aparecida Machado da; NUNES, Luzia. Efeitos socioeconômicos da infra-estrutura de transportes nas localidades turísticas-Pavimentação da estrada GO-239 na vila de São Jorge. **Anais do X Jornal de Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo,** v. 20, p. 17, 2005.

SIMÕES, Célia Maria Ribeiro. PEREIRA, Maria Esterlina Mello. **Santo Amaro: história, vida e magia.** São Luís: Fort Gráfica com. Gráfica e Editora. 2009.

SMITH, V. **Anfitriones e invitados. Antropología del Turismo.** Madrid: Endymion, 1989.

STEFANUTO, Rachel C. **Desenvolvimento Sustentável e Comunidades**. In. FLOREZ, Margareth: [et. al]. Olhares sobre desenvolvimento comunitário: 10 perspectivas do impacto gerado por grandes empreendimentos. São Paulo: ILG, 2015.

TADINI, Rodrigo Fonseca. Melquiades, Tania. **Fundamentos do Turismo**. v. 1 – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

TOFANI, Frederico de Paula. **Os desafios do desenvolvimento sustentável em comunidades frágeis sob o impacto do turismo**. Revista EA, Belo Horizonte, p. 2-25, 1999.

VIEIRA, A. R. M. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA**. Brasília, 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília.

VITÓRIO, Luciana de Souza. ALVES, Thiago José Costa. **CONCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS SOBRE TURISMO, DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ, RORAIMA**. I SeminTUR Jr. - Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Saberes e fazeres no turismo: interfaces do turismo. ISSN:1806-0447. 2010.

WTTC (2017). **Tourism Economic Impact** (documento online).

<http://edwilsonaraujo.com/quem-somos>

https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/2018/PB_PN_Lencois_Maranhenses.pdf

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/22/icmbio-coordenador-de-protecao-deixa-o-cargo-apos-mudanca-nas-regras-de-fiscalizacao-ambiental.ghtml>

<https://www3.ma.gov.br/trecho-que-liga-o-povoado-sangue-ao-municipio-de-santo-amaro-e-asfaltado/>

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTAS DA PESQUISA DE CAMPO DESTE ESTUDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA UEMA

MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL- PPDSR/UEMA

DISCENTE: MICHELLE SANTOS ROCHA

DATA DA ENTREVISTA:

ESFERA: GOVERNO – SECRETARIA DE TURISMO DE SANTO AMARO-MA

OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320

QUESTIONÁRIO

• I- QUESTÕES GERAIS

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Naturalidade:
5. A quanto tempo está como Secretário de Turismo de Santo Amaro?
6. Qual o papel da Secretaria de Turismo em suas atribuições legais?

CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIOCULTURAIS E AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

• II- PERCEÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE

- 1- Sobre a estrada MA-320, qual foi a contribuição da Secretaria? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações imediatas já percebidas após a construção da estrada MA-320?
- 4- Quais os efeitos positivos que se almeja com o turismo ao município nos próximos cinco anos?
- 5- Como a atual gestão pode contribuir para que tais efeitos se tornem realidade?

- 6- Quais os possíveis obstáculos que podem barrar tais efeitos de ocorrerem?
- 7- Entre os efeitos citados acima, qual se considera mais importante? Por quê?
- 8- Quanto aos efeitos negativos provenientes do turismo, quais já são percebidas após a construção da MA-320? E quais ainda poderão ocorrer?
- 9- Como a sua gestão pretende minimizar ou até mesmo evitar tais efeitos?
- 10-Entre os efeitos citados acima, qual é o mais preocupante para a atual gestão em relação ao município?
- 11-A população tem atuação participativa no processo do desenvolvimento do turismo? É discutido sobre a atividade do turismo com os cidadãos santamarenses?
- 12-O senhor acredita que o turismo está melhorando a qualidade de vida da população local ou esta fica às margens da atividade? Acredita que a sociedade está satisfeita com a atual dinâmica do turismo no município?
- 13-O senhor identifica hábitos novos que tenham sido incorporados aos hábitos da comunidade local e que seja uma influência do turismo? E os turistas, tratam bem as pessoas do local, respeitam os eventos, a cultura e os hábitos locais? O senhor deseja que estes turistas voltem mais vezes?
- 14-O município conta com um Plano Turístico? Caso afirmativo, quais são as prioridades previstas e os principais instrumentos da gestão? A população tem participação na elaboração de políticas públicas para o turismo?
- 15-Quais os principais projetos de turismo realizados e previstos no município?
- 16-Como avalia sua gestão na Secretaria de Turismo no município até o momento?
- 17-Que papel o senhor atribui à população local frente a dinâmica do Turismo?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

- 18-Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

IV-NAUGURAÇÃO DA PONTE PARA A SEDE DE SANTO AMARO

- 1) Sobre a construção da ponte até a sede, qual foi a contribuição da Secretaria? Houve participação da sociedade?
- 2) Antes da conclusão da construção da ponte até a sede, como era o turismo no município?

- 3) Quais as alterações imediatas já percebidas após a inauguração da ponte até a sede?
- 4) Entre as alterações citadas acima, qual se considera mais importante e a mais preocupante? Por quê?

V- OS EFEITOS DA PANDEMIA NO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

- 1) QUAIS FORAM OS IMPACTOS SENTIDOS NO TURISMO DE SANTO AMARO CAUSADOS PELO PANDEMIA? O QUE ACONTECEU COM O TURISMO NO PERÍODO DE QUARENTENA DA PANDEMIA?
- 2) COMO AS PESSOAS QUE VIVIAM DO TURISMO SOBREVIVERAM COM A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?
- 3) COMO FOI A ORGANIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E POPULAÇÃO PARA O RETORNO DO TURISMO COM A REABERTURA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES?
- 4) COMO ESTÁ SENDO O TURISMO NESSE PERÍODO POS QUARENTENA?
- 5) QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO PÓS PANDEMIA?

V- IO OLHAR DAS COMUNIDADES DE SANTO AMARO-MA FRENTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018 E A PRIVATIZAÇÃO DO PNLM

- 1) VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018? A PARTIR DE QUANDO? VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 2) VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA? COMO SE DEU SUA PARTICIPAÇÃO
- 3) VOCÊ SABE COMO ESTÁ O ANDAMENTO DESSE PROJETO HOJE?
- 4) E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO? VOCÊ TEM CONHECIMENTO?
- 5) VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 6) JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA? COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?

ESFERA: GOVERNO – SECRETARIA DO ESTADO DE TURISMO - MA
**OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES
E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320**

QUESTIONÁRIO

• **I- QUESTÕES GERAIS**

01. Nome:
02. Idade:
03. Escolaridade:
04. Naturalidade:
05. A quanto tempo está como Secretário do Estado de Turismo do Maranhão?
06. Qual o papel da Secretaria em suas atribuições legais?

**CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E
AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:**

• **II- PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA
IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA
CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE**

01. Sobre a estrada MA-320, qual foi a contribuição da Secretaria? Houve participação da sociedade?
02. Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
03. Quais as alterações imediatas já percebidas após a construção da estrada MA-320?
04. Quais os efeitos positivos que se almeja com o turismo ao município nos próximos cinco anos?
05. Como a atual gestão pode contribuir para que tais efeitos se tornem realidade?
06. Quais os possíveis obstáculos que podem barrar tais efeitos de ocorrerem?
07. Entre os efeitos citados acima, qual se considera mais importante? Por quê?
08. Quanto aos efeitos negativos provenientes do turismo, quais já são percebidas após a construção da MA-320? E quais ainda poderão ocorrer?
09. Como a sua gestão pretende minimizar ou até mesmo evitar tais efeitos?
10. Entre os efeitos citados acima, qual é o mais preocupante para a atual gestão em relação ao município?

11. A população tem atuação participativa no processo do desenvolvimento do turismo? É discutido sobre a atividade do turismo com os cidadãos santamarenses?
12. O senhor acredita que o turismo está melhorando a qualidade de vida da população local ou esta fica às margens da atividade? Acredita que a sociedade está satisfeita com a atual dinâmica do turismo no município?
13. A Secretaria participou da elaboração do Plano de Turismo em Santo Amaro? Como?
14. Quais os principais projetos de turismo realizados e previstos no município?
15. Como avalia sua gestão na Secretaria do Estado de Turismo no município até o momento?
16. Que papel o senhor atribui à população local frente a dinâmica do Turismo?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

17. Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

IV-NAUGURAÇÃO DA PONTE PARA A SEDE DE SANTO AMARO

- 1- Sobre a construção da ponte até a sede, qual foi a contribuição da Secretaria? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da conclusão da construção da ponte até a sede, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações imediatas já percebidas após a inauguração da ponte até a sede?
- 4- Entre as alterações citadas acima, qual se considera mais importante e a mais preocupante? Por quê?

V- OS EFEITOS DA PANDEMIA NO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

- 1- QUAIS FORAM OS IMPACTOS SENTIDOS NO TURISMO DE SANTO AMARO CAUSADOS PELO PANDEMIA? O QUE ACONTECEU COM O TURISMO NO PERÍODO DE QUARENTENA DA PANDEMIA?

- 2- COMO AS PESSOAS QUE VIVIAM DO TURISMO SOBREVIVERAM COM A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?
- 3- COMO FOI A ORGANIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E POPULAÇÃO PARA O RETORNO DO TURISMO COM A REABERTURA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES?
- 4- COMO ESTÁ SENDO O TURISMO NESSE PERÍODO POS QUARENTENA?
- 5- QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO PÓS PANDEMIA?

VI- O OLHAR DAS COMUNIDADES DE SANTO AMARO-MA FRENTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018 E A PRIVATIZAÇÃO DO PNLN

- 1- VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018? A PARTIR DE QUANDO? VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 2- VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA? COMO SE DEU SUA PARTICIPAÇÃO
- 3- VOCÊ SABE COMO ESTÁ O ANDAMENTO DESSE PROJETO HOJE?
- 4- E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO? VOCÊ TEM CONHECIMENTO?
- 5- VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 6- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA? COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?

ESFERA: GOVERNO – CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE SANTO AMARO-MA

OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320

QUESTIONÁRIO

• **I- QUESTÕES GERAIS**

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Naturalidade:
5. A quanto tempo está representando o Conselho Municipal de Turismo de Santo Amaro?
6. Qual o papel do Conselho Municipal de Turismo de Santo Amaro em suas atribuições legais?

CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

• **II- PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE**

1. Sobre a estrada MA-320, qual foi a contribuição do Conselho? Houve participação da sociedade?
2. Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
3. Quais as alterações imediatas já percebidas após a construção da estrada MA-320?
4. Quais os efeitos positivos que se almeja com o turismo ao município nos próximos cinco anos?
5. Quais os possíveis obstáculos que podem barrar tais efeitos de ocorrerem?
6. Entre os efeitos citados acima, qual se considera mais importante? Por quê?
7. Quanto aos efeitos negativos provenientes do turismo, quais já são percebidas após a construção da MA-320? E quais ainda poderão ocorrer?

8. Entre os efeitos citados acima, qual é o mais preocupante em relação ao município?
9. A população tem atuação participativa no processo do desenvolvimento do turismo? É discutido sobre a atividade do turismo com os cidadãos santamarenses?
10. Acredita que a sociedade está satisfeita com a atual dinâmica do turismo no município?
11. O senhor identifica hábitos novos que tenham sido incorporados aos hábitos da comunidade local e que seja uma influência do turismo? E os turistas, tratam bem as pessoas do local, respeitam os eventos, a cultura e os hábitos locais? O senhor deseja que estes turistas voltem mais vezes?
12. A população tem participação na elaboração de políticas públicas para o turismo?
13. Como avalia atuação do Conselho de Turismo no município até o momento?
14. Que papel o senhor atribui à população local frente a dinâmica do Turismo?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

15. Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

IV-INAUGURAÇÃO DA PONTE PARA A SEDE DE SANTO AMARO

- 1- Sobre a construção da ponte até a sede, qual foi a contribuição do Conselho? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da conclusão da construção da ponte até a sede, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações imediatas já percebidas após a inauguração da ponte até a sede?
- 4- Entre as alterações citadas acima, qual se considera mais importante e a mais preocupante? Por quê?

V- OS EFEITOS DA PANDEMIA NO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

- 1- QUAIS FORAM OS IMPACTOS SENTIDOS NO TURISMO DE SANTO AMARO CAUSADOS PELO PANDEMIA? O QUE ACONTECEU COM O TURISMO NO PERÍODO DE QUARENTENA DA PANDEMIA?
- 2- COMO AS PESSOAS QUE VIVIAM DO TURISMO SOBREVIVERAM COM A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?
- 3- COMO FOI A ORGANIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E POPULAÇÃO PARA O RETORNO DO TURISMO COM A REABERTURA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES?
- 4- COMO ESTÁ SENDO O TURISMO NESSE PERÍODO POS QUARENTENA?
- 5- QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO PÓS PANDEMIA?

VI- O OLHAR DAS COMUNIDADES DE SANTO AMARO-MA FRENTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018 E A PRIVATIZAÇÃO DO PNLN

- 1- VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018? A PARTIR DE QUANDO? VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 2- VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA? COMO SE DEU SUA PARTICIPAÇÃO
- 3- VOCÊ SABE COMO ESTÁ O ANDAMENTO DESSE PROJETO HOJE?
- 4- E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO? VOCÊ TEM CONHECIMENTO?
- 5- VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 6- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA? COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?

ESFERA: GOVERNO –ICMBIO

**OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES
E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320**

QUESTIONÁRIO

• **I- QUESTÕES GERAIS**

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Naturalidade:
5. Como foi sua condução ao cargo?
6. Qual o papel do ICMBIO frente ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em suas atribuições legais?

CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

• **II- PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE**

- 1- Sobre a estrada MA-320, como foi a atuação e contribuição do ICMBIO? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações já percebidas após a construção da estrada MA-320?
- 4- Quais os efeitos positivos que se almeja com o turismo ao município nos próximos cinco anos?
- 5- Como a atual gestão pode contribuir para que tais efeitos se tornem realidade?
- 6- Quais os possíveis entraves que podem barrar tais efeitos de ocorrerem?
- 7- Entre os efeitos citados acima, qual se considera mais importante? Por quê?
- 8- Quanto aos efeitos negativos provenientes do turismo, quais já são percebidas após a construção da MA-320? E quais ainda poderão ocorrer?
- 9- Como a sua gestão pretende minimizar ou até mesmo evitar tais efeitos?
- 10- Entre os efeitos citados acima, qual é o mais preocupante para a atual gestão em relação ao município?

11- Acredita que a sociedade está satisfeita com a atual dinâmica do turismo no município?

12- Como avalia a atuação do ICMBIO em relação aos efeitos do turismo no município de Santo Amaro até o momento?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

13- Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

IV-NAUGURAÇÃO DA PONTE PARA A SEDE DE SANTO AMARO

1- Sobre a construção da ponte até a sede, qual foi a contribuição do ICMBio? Houve participação da sociedade?

2- Antes da conclusão da construção da ponte até a sede, como era o turismo no município?

3- Quais as alterações imediatas já percebidas após a inauguração da ponte até a sede?

4- Entre as alterações citadas acima, qual se considera mais importante e a mais preocupante? Por quê?

V- OS EFEITOS DA PANDEMIA NO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

1- QUAIS FORAM OS IMPACTOS SENTIDOS NO TURISMO DE SANTO AMARO CAUSADOS PELO PANDEMIA? O QUE ACONTECEU COM O TURISMO NO PERÍODO DE QUARENTENA DA PANDEMIA?

2- COMO AS PESSOAS QUE VIVIAM DO TURISMO SOBREVIVERAM COM A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?

3- COMO FOI A ORGANIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E POPULAÇÃO PARA O RETORNO DO TURISMO COM A REABERTURA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES?

4- COMO ESTÁ SENDO O TURISMO NESSE PERÍODO POS QUARENTENA?

5- QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO PÓS PANDEMIA?

VI- O OLHAR DAS COMUNIDADES DE SANTO AMARO-MA FRENTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2018 E A PRIVATIZAÇÃO DO PNLN

1- VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2018? A PARTIR DE QUANDO? VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?

2- VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA? COMO SE DEU SUA PARTICIPAÇÃO

3- VOCÊ SABE COMO ESTÁ O ANDAMENTO DESSE PROJETO HOJE?

4- E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO? VOCÊ TEM CONHECIMENTO?

5- VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?

6- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA? COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?

ESFERA: GOVERNO

ÓRGÃO –**DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA DA UFMA**

**OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES
E DEPOIS DA RODOVIA MA – 320: uma análise sob a percepção dos atores
sociais**

QUESTIONÁRIO

1- QUESTÕES GERAIS

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Naturalidade:
5. Como foi sua condução ao cargo?
6. Qual o papel do **DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA DA UFMA** frente ao território Lençóis em suas atribuições legais?

**CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E
AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:**

II- PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE

- 1- Sobre a estrada MA-320, como foi a atuação e contribuição do **DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA DA UFMA**? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações já percebidas após a construção da estrada MA-320?
- 4- Quais os efeitos positivos que se almeja com o turismo ao município nos próximos cinco anos?
- 5- Como o **DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA DA UFMA** pode contribuir para que tais efeitos se tornem realidade?
- 6- Quais os possíveis entraves que podem barrar tais efeitos de ocorrerem?
- 7- Entre os efeitos citados acima, qual se considera mais importante? Por quê?
- 8- Quanto aos efeitos negativos provenientes do turismo, quais já são percebidas após a construção da MA-320? E quais ainda poderão ocorrer?

- 9- Como o **DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA DA UFMA** pretende minimizar ou até mesmo evitar tais efeitos?
- 10- Entre os efeitos citados acima, qual é o mais preocupante para a atual gestão em relação ao município?
- 11- Acredita que a sociedade está satisfeita e inclusa com a atual dinâmica do turismo no município?
- 12- Como avalia a atuação do **DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA DA UFMA** em relação aos efeitos do turismo no município de Santo Amaro até o momento?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

- 13- Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

ESFERA:

ÓRGÃO –NÚCLEO DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO-LABEX

OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES E DEPOIS DA RODOVIA MA – 320:uma análise sob a percepção dos atores sociais

I-QUESTÕES GERAIS

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Escolaridade:
- 4- Naturalidade:
- 5- Como foi sua condução ao cargo?
- 6- Qual o papel do LABEX frente ao território Lençóis em suas atribuições legais?

CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

II-PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE

- 1- Sobre a estrada MA-320, como foi a atuação e contribuição do LABEX? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações já percebidas após a construção da estrada MA-320?
- 4- Quais os efeitos positivos que se almeja com o turismo ao município nos próximos cinco anos?
- 5- Como a atual gestão pode contribuir para que tais efeitos se tornem realidade?
- 6- Quais os possíveis entraves que podem barrar tais efeitos de ocorrerem?
- 7- Entre os efeitos citados acima, qual se considera mais importante? Por quê?
- 8- Quanto aos efeitos negativos provenientes do turismo, quais já são percebidas após a construção da MA-320? E quais ainda poderão ocorrer?
- 9- Como a sua gestão pretende minimizar ou até mesmo evitar tais efeitos?
- 10- Entre os efeitos citados acima, qual é o mais preocupante para a atual gestão em relação ao município?

- 11- Acredita que a sociedade está satisfeita com a atual dinâmica do turismo no município?
- 12- Como avalia a atuação do LABEX em relação aos efeitos do turismo no município de Santo Amaro até o momento?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

- 13- Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

ESFERA: ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DE DIREITO PÚBLICO - Autarquia

ÓRGÃO – CONLESTE MARANHENSE (CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL NORTE E LESTE MARANHENSE)

OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320

ENTREVISTA

• I- QUESTÕES GERAIS

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Escolaridade:
- 4- Naturalidade:
- 5- Como foi sua condução ao cargo?
- 6- Qual o papel do CONLESTE frente ao território Lençóis em suas atribuições legais?

CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

• II-PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE

- 1- Sobre a estrada MA-320, como foi a atuação e contribuição do CONLESTE? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações já percebidas após a construção da estrada MA-320?
- 4- Quais os efeitos positivos que se almeja com o turismo ao município nos próximos cinco anos?
- 5- Como a atual gestão pode contribuir para que tais efeitos se tornem realidade?
- 6- Quais os possíveis entraves que podem barrar tais efeitos de ocorrerem?
- 7- Entre os efeitos citados acima, qual se considera mais importante? Por quê?
- 8- Quanto aos efeitos negativos provenientes do turismo, quais já são percebidas após a construção da MA-320? E quais ainda poderão ocorrer?

- 9- Como a sua gestão pretende minimizar ou até mesmo evitar tais efeitos?
- 10- Entre os efeitos citados acima, qual é o mais preocupante para a atual gestão em relação ao município?
- 11- Acredita que a sociedade está satisfeita com a atual dinâmica do turismo no município?
- 12- Como avalia a atuação do CONLESTE em relação aos efeitos do turismo no município de Santo Amaro até o momento?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

- 13- Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

ESFERA: MERCADO – GRUPOS FOCAIS (ARTESÃOS, LANCHEIROS/BARQUEIROS, TOYTEIROS, QUADRICICLEIROS, GUIAS DE TURISMO)

OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320

QUESTIONÁRIO

I- QUESTÕES GERAIS

1. Quem tem menos e mais idade no grupo?
2. Quem já conclui ensino médio ou mais?
3. Alguém está estudando ainda?
4. Alguém deixou de trabalhar em outra atividade para se dedicar apenas a atividade de _____ (ARTESÃOS, LANCHEIROS/BARQUEIROS, TOYTEIROS, QUADRICICLEIROS, GUIAS DE TURISMO)? Qual atividade fazia antes? Por que abandonou?
5. Alguém concilia sua atividade atual (ARTESÃOS, LANCHEIROS/BARQUEIROS, TOYTEIROS, QUADRICICLEIROS, GUIAS DE TURISMO) com outra atividade? Qual?

CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

II-PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE

- 1- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 2- Você participou de reuniões públicas para discutir a construção da estrada MA-320?
- 3- O que mudou no turismo após a construção da estrada MA-320?
- 4- O que você acha que o turismo trouxe de bom para o município de Santo Amaro?
- 5- Você se beneficia com estes acontecimentos (efeitos positivos)? Quais?
- 6- O que você acha que o turismo trouxe de ruim para o município de Santo Amaro?
- 7- Você sofre com estes acontecimentos (efeitos negativos)? De que forma?
- 8- Você acha que hábitos novos que tenham sido incorporados aos hábitos da comunidade local e que seja uma influência do turismo? Quais?

- 9- E os turistas, tratam bem as pessoas do local, respeitam os eventos, a cultura e os hábitos locais? Você deseja que estes turistas voltem mais vezes?
- 10- Você está satisfeito com o atual turismo desenvolvido no município? Por quê?
- 11- Você acredita que possa fazer alguma coisa para melhorar o turismo no seu município? O quê?
- 12- Quem você considera ser o principal responsável pelo desenvolvimento do turismo no município? Por quê? Você acredita que ele tem cumprido com seu papel? Como?
- 13- Qual o seu papel no desenvolvimento do turismo local? Tem exercido? Por quê?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

- 14- Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

IV-NAUGURAÇÃO DA PONTE PARA A SEDE DE SANTO AMARO

- 2- Sobre a construção da ponte até a sede, qual foi a contribuição do seu empreendimento? Houve participação da sociedade?
- 3- Antes da conclusão da construção da ponte até a sede, como era o turismo no município?
- 4- Quais as alterações imediatas já percebidas após a inauguração da ponte até a sede?
- 5- Entre as alterações citadas acima, qual se considera mais importante e a mais preocupante? Por quê?

V- OS EFEITOS DA PANDEMIA NO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

- 1- QUAIS FORAM OS IMPACTOS SENTIDOS NO TURISMO DE SANTO AMARO CAUSADOS PELO PANDEMIA? O QUE ACONTECEU COM O TURISMO NO PERÍODO DE QUARENTENA DA PANDEMIA?
- 2- COMO AS PESSOAS QUE VIVIAM DO TURISMO SOBREVIVERAM COM A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?
- 3- COMO FOI A ORGANIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E POPULAÇÃO PARA O RETORNO DO TURISMO COM A REABERTURA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES?

- 4- COMO ESTÁ SENDO O TURISMO NESSE PERÍODO POS QUARENTENA?
- 5- QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO PÓS PANDEMIA?

VI- O OLHAR DAS COMUNIDADES DE SANTO AMARO-MA FRENTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018 E A PRIVATIZAÇÃO DO PNLN

- 1- VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018? A PARTIR DE QUANDO? VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 2- VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA? COMO SE DEU SUA PARTICIPAÇÃO
- 3- VOCÊ SABE COMO ESTÁ O ANDAMENTO DESSE PROJETO HOJE?
- 4- E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO? VOCÊ TEM CONHECIMENTO?
- 5- VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 6- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA? COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?

ESFERA: MERCADO – AGÊNCIAS/OPERADORAS DE TURISMO**OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES
E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320****QUESTIONÁRIO****I- QUESTÕES GERAIS**

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Naturalidade:
5. Cargo:
6. Quanto tempo a agência opera para o destino Santo Amaro? Trabalha com outros destinos?
7. Que tipo de turismo é propagado para atrair turistas a Santo Amaro?
8. O turismo em Santo Amaro é vendido normalmente em parceria com outros roteiros no Maranhão? Quais?

**CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E
AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:****•II- PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA
IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA
CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE**

- 1- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 2- O(a) senhor(a) participou de reuniões públicas para discutir a construção da estrada MA-320?
- 3- O que mudou no turismo após a construção da estrada MA-320?
- 4- O que o (a) senhor (a) acha que o turismo trouxe de bom para as pessoas que vivem no município de Santo Amaro?
- 5- A agência se beneficia com estes acontecimentos (efeitos positivos)? Quais?
- 6- O (a) senhor (a) acha que o turismo trouxe de ruim para as pessoas que vivem no município de Santo Amaro?
- 7- A agência sofre com estes acontecimentos (efeitos negativos)? De que forma?

- 8- O (a) senhor (a) acredita que as agências/operadora de turismo podem atuar de forma a contribuir para evitar ou minimizar que algum problema relacionado ao turismo neste município possa ocorrer?
- 9- O (a) senhor (a) acredita que a população local está satisfeita com o turismo no município?
- 10- Qual a sua maior preocupação quanto ao desenvolvimento do turismo no município? Por quê?
- 11- Quem você considera ser o principal responsável pelo desenvolvimento do turismo no município? Por quê? Você acredita que ele tem cumprido com seu papel? Como?
- 12- Qual o seu papel, o (a) senhor (a) acredita que caiba às agências/operadoras de turismo no desenvolvimento do turismo local? A sua agência tem cumprido esse papel?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

- 13- Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

IV-INAUGURAÇÃO DA PONTE PARA A SEDE DE SANTO AMARO

- 1- Sobre a construção da ponte até a sede, qual foi a contribuição do seu empreendimento? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da conclusão da construção da ponte até a sede, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações imediatas já percebidas após a inauguração da ponte até a sede?
- 4- Entre as alterações citadas acima, qual se considera mais importante e a mais preocupante? Por quê?

VI- OS EFEITOS DA PANDEMIA NO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

- 1- QUAIS FORAM OS IMPACTOS SENTIDOS NO TURISMO DE SANTO AMARO CAUSADOS PELO PANDEMIA? O QUE ACONTECEU COM O TURISMO NO PERÍODO DE QUARENTENA DA PANDEMIA?

- 2- COMO AS PESSOAS QUE VIVIAM DO TURISMO SOBREVIVERAM COM A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?
- 3- COMO FOI A ORGANIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E POPULAÇÃO PARA O RETORNO DO TURISMO COM A REABERTURA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES?
- 4- COMO ESTÁ SENDO O TURISMO NESSE PERÍODO POS QUARENTENA?
- 5- QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO PÓS PANDEMIA?

VI- O OLHAR DAS COMUNIDADES DE SANTO AMARO-MA FRENTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018 E A PRIVATIZAÇÃO DO PNLN

- 1- VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018? A PARTIR DE QUANDO? VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 2- VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA? COMO SE DEU SUA PARTICIPAÇÃO
- 3- VOCÊ SABE COMO ESTÁ O ANDAMENTO DESSE PROJETO HOJE?
- 4- E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO? VOCÊ TEM CONHECIMENTO?
- 5- VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 6- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA? COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?

ESFERA: MERCADO – RESTAURANTES/BARES

**OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES
E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320**

ENTREVISTA

I- QUESTÕES GERAIS

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Naturalidade:
5. Cargo:
6. Quanto tempo no ramo?
7. Quantas pessoas da família estão envolvidas no trabalho do restaurante?
8. Os clientes costumam reclamar/ elogiar os serviços do restaurante?

**CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E
AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:**

**• II-PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA
IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA
CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE**

- 1- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 2- O (a) senhor (a) participou de reuniões públicas para discutir a construção da estrada MA-320?
- 3- O que mudou no turismo após a construção da estrada MA-320?
- 4- O que o (a) senhor (a) acha que o turismo trouxe de bom para as pessoas que vivem no município de Santo Amaro?
- 5- O restaurante se beneficia com estes acontecimentos (efeitos positivos)? Quais?
- 6- O (a) senhor (a) acha que o turismo trouxe de ruim para as pessoas que vivem no município de Santo Amaro?
- 7- O restaurante sofre com estes acontecimentos (efeitos negativos)? De que forma?
- 8- O (a) senhor (a) acredita que os restaurantes podem atuar de forma a contribuir para evitar ou minimizar que algum problema relacionado ao turismo neste município possa ocorrer?

- 9- O senhor identifica hábitos novos que tenham sido incorporados aos hábitos da comunidade local e que seja uma influência do turismo? E os turistas, tratam bem as pessoas do local, respeitam os eventos, a cultura e os hábitos locais? O senhor deseja que estes turistas voltem mais vezes?
- 10- O (a) senhor (a) acredita que a população local está satisfeita com o turismo no município?
- 11- Qual a sua maior preocupação quanto ao desenvolvimento do turismo no município? Por quê?
- 12- Quem você considera ser o principal responsável pelo desenvolvimento do turismo no município? Por quê? Você acredita que ele tem cumprido com seu papel? Como?
- 13- Qual o seu papel, o (a) senhor (a) acredita que caiba aos restaurantes no desenvolvimento do turismo local? O seu restaurante tem cumprido esse papel?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

- 14-Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

IV-NAUGURAÇÃO DA PONTE PARA A SEDE DE SANTO AMARO

- 1- Sobre a construção da ponte até a sede, qual foi a contribuição do seu empreendimento? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da conclusão da construção da ponte até a sede, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações imediatas já percebidas após a inauguração da ponte até a sede?
- 4- Entre as alterações citadas acima, qual se considera mais importante e a mais preocupante? Por quê?

OS EFEITOS DA PANDEMIA NO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

- 1- QUAIS FORAM OS IMPACTOS SENTIDOS NO TURISMO DE SANTO AMARO CAUSADOS PELO PANDEMIA? O QUE ACONTECEU COM O TURISMO NO PERÍODO DE QUARENTENA DA PANDEMIA?
- 2- COMO AS PESSOAS QUE VIVIAM DO TURISMO SOBREVIVERAM COM A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?

- 3- COMO FOI A ORGANIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E POPULAÇÃO PARA O RETORNO DO TURISMO COM A REABERTURA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES?
- 4- COMO ESTÁ SENDO O TURISMO NESSE PERÍODO POS QUARENTENA?
- 5- QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO PÓS PANDEMIA?

VI- O OLHAR DAS COMUNIDADES DE SANTO AMARO-MA FRENTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2018 E A PRIVATIZAÇÃO DO PNLN

- 1- VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2018? A PARTIR DE QUANDO? VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 2- VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA? COMO SE DEU SUA PARTICIPAÇÃO
- 3- VOCÊ SABE COMO ESTÁ O ANDAMENTO DESSE PROJETO HOJE?
- 4- E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO? VOCÊ TEM CONHECIMENTO?
- 5- VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 6- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA? COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?

ESFERA: MERCADO – MEIOS DE HOSPEDAGENS/PONTOS DE APOIO
**OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES
E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320**

QUESTIONÁRIO

I- QUESTÕES GERAIS

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Naturalidade:
5. Cargo:
6. Quanto tempo no ramo?
7. Quantas pessoas da família estão envolvidas no trabalho da hospedagem?
8. Os clientes costumam reclamar/ elogiar os serviços da hospedagem?

CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

•II- PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE

- 1- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 2- O (a) senhor (a) participou de reuniões públicas para discutir a construção da estrada MA-320?
- 3- O que mudou no turismo após a construção da estrada MA-320?
- 4- O que o (a) senhor (a) acha que o turismo trouxe de bom para as pessoas que vivem no município de Santo Amaro?
- 5- O seu empreendimento se beneficia com estes acontecimentos (efeitos positivos)? Quais?
- 6- O (a) senhor (a) acha que o turismo trouxe de ruim para as pessoas que vivem no município de Santo Amaro?
- 7- O seu empreendimento sofre com estes acontecimentos (efeitos negativos)? De que forma?

- 8- Como o (a) senhor (a) acredita que os meios de hospedagens podem atuar de forma a contribuir para evitar ou minimizar que algum problema relacionado ao turismo neste município possa ocorrer?
- 9- O senhor identifica hábitos novos que tenham sido incorporados aos hábitos da comunidade local e que seja uma influência do turismo? E os turistas, tratam bem as pessoas do local, respeitam os eventos, a cultura e os hábitos locais? O senhor deseja que estes turistas voltem mais vezes?
- 10- O (a) senhor (a) acredita que a população local está satisfeita com o turismo no município?
- 11- Qual a sua maior preocupação quanto ao desenvolvimento do turismo no município? Por quê?
- 12- Quem você considera ser o principal responsável pelo desenvolvimento do turismo no município? Por quê? Você acredita que ele tem cumprido com seu papel? Como?
- 13- Qual o seu papel, o (a) senhor (a) acredita que caiba aos meios de hospedagens no desenvolvimento do turismo local? O seu empreendimento tem cumprido esse papel?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

- 14- Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

IV-NAUGURAÇÃO DA PONTE PARA A SEDE DE SANTO AMARO

- 1- Sobre a construção da ponte até a sede, qual foi a contribuição deste empreendimento? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da conclusão da construção da ponte até a sede, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações imediatas já percebidas após a inauguração da ponte até a sede?
- 4- Entre as alterações citadas acima, qual se considera mais importante e a mais preocupante? Por quê?

V- OS EFEITOS DA PANDEMIA NO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

- 1- QUAIS FORAM OS IMPACTOS SENTIDOS NO TURISMO DE SANTO AMARO CAUSADOS PELO PANDEMIA? O QUE ACONTECEU COM O TURISMO NO PERÍODO DE QUARENTENA DA PANDEMIA?

- 2- COMO AS PESSOAS QUE VIVIAM DO TURISMO SOBREVIVERAM COM A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?
- 3- COMO FOI A ORGANIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E POPULAÇÃO PARA O RETORNO DO TURISMO COM A REABERTURA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES?
- 4- COMO ESTÁ SENDO O TURISMO NESSE PERÍODO POS QUARENTENA?
- 5- QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO PÓS PANDEMIA?

VI-O OLHAR DAS COMUNIDADES DE SANTO AMARO-MA FRENTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018 E A PRIVATIZAÇÃO DO PNLN

- 1- VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018? A PARTIR DE QUANDO? VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 2- VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA? COMO SE DEU SUA PARTICIPAÇÃO
- 3- VOCÊ SABE COMO ESTÁ O ANDAMENTO DESSE PROJETO HOJE?
- 4- E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO? VOCÊ TEM CONHECIMENTO?
- 5- VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 6- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA? COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?

ESFERA: MERCADO – COMÉRCIO GERAL

**OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES
E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320**

ENTREVISTA

I- QUESTÕES GERAIS

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Naturalidade:
5. Cargo:
6. Quanto tempo no ramo?
7. Quantas pessoas da família estão envolvidas no trabalho do estabelecimento?
8. Os clientes costumam reclamar/ elogiar os serviços do estabelecimento?

**CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E
AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:**

**•II- PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA
IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA
CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE**

- 1- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 2- O (a) senhor (a) participou de reuniões públicas para discutir a construção da estrada MA-320?
- 3- O que mudou no turismo após a construção da estrada MA-320?
- 4- O que o (a) senhor (a) acha que o turismo trouxe de bom para as pessoas que vivem no município de Santo Amaro?
- 5- O seu empreendimento se beneficia com estes acontecimentos (efeitos positivos)? Quais?
- 6- O (a) senhor (a) acha que o turismo trouxe de ruim para as pessoas que vivem no município de Santo Amaro?
- 7- O seu empreendimento sofre com estes acontecimentos (efeitos negativos)? De que forma?

- 8- Como o (a) senhor (a) acredita que o seu estabelecimento pode atuar de forma a contribuir para evitar ou minimizar que algum problema relacionado ao turismo neste município possa ocorrer?
- 9- O (a) senhor (a) acredita que a população local está satisfeita com o turismo no município?
- 10- O senhor identifica hábitos novos que tenham sido incorporados aos hábitos da comunidade local e que seja uma influência do turismo? E os turistas, tratam bem as pessoas do local, respeitam os eventos, a cultura e os hábitos locais? O senhor deseja que estes turistas voltem mais vezes?
- 11- Qual a sua maior preocupação quanto ao desenvolvimento do turismo no município? Por quê?
- 12- Quem você considera ser o principal responsável pelo desenvolvimento do turismo no município? Por quê? Você acredita que ele tem cumprido com seu papel? Como?
- 13- Qual o seu papel, o (a) senhor (a) acredita que lhe no desenvolvimento do turismo local? O seu empreendimento tem cumprido esse papel?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

- 14- Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

IV-NAUGURAÇÃO DA PONTE PARA A SEDE DE SANTO AMARO

- 1- Sobre a construção da ponte até a sede, qual foi a contribuição deste empreendimento? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da conclusão da construção da ponte até a sede, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações imediatas já percebidas após a inauguração da ponte até a sede?
- 4- Entre as alterações citadas acima, qual se considera mais importante e a mais preocupante? Por quê?

V- OS EFEITOS DA PANDEMIA NO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

- 1- QUAIS FORAM OS IMPACTOS SENTIDOS NO TURISMO DE SANTO AMARO CAUSADOS PELO PANDEMIA? O QUE ACONTECEU COM O TURISMO NO PERÍODO DE QUARENTENA DA PANDEMIA?

- 2- COMO AS PESSOAS QUE VIVIAM DO TURISMO SOBREVIVERAM COM A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?
- 3- COMO FOI A ORGANIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E POPULAÇÃO PARA O RETORNO DO TURISMO COM A REABERTURA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES?
- 4- COMO ESTÁ SENDO O TURISMO NESSE PERÍODO POS QUARENTENA?
- 5- QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO PÓS PANDEMIA?

VI- O OLHAR DAS COMUNIDADES DE SANTO AMARO-MA FRENTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018 E A PRIVATIZAÇÃO DO PNLN

- 1- VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018? A PARTIR DE QUANDO? VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 2- VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA? COMO SE DEU SUA PARTICIPAÇÃO
- 3- VOCÊ SABE COMO ESTÁ O ANDAMENTO DESSE PROJETO HOJE?
- 4- E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO? VOCÊ TEM CONHECIMENTO?
- 5- VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 6- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA? COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?

ESFERA: SOCIEDADE CIVIL – MORADORES

OS EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA ANTES E DEPOIS DA ESTRADA MA - 320

QUESTIONÁRIO

I- QUESTÕES GERAIS

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Naturalidade:
5. Quanto tempo o (a) senhor (a) mora no município?

CONSIDERANDO ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIO CULTURAIS E AMBIENTAIS, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

II-PERCEPÇÃO SOBRE A DINÂMICA DO TURISMO LOCAL, SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E O PAPEL DO ATOR NA CONSTRUÇÃO DESSA ATIVIDADE

- 1- Antes da construção da estrada MA-320, como era o turismo no município?
- 2- O (a) senhor (a) participou de reuniões públicas para discutir a construção da estrada MA-320?
- 3- O que mudou no turismo após a construção da estrada MA-320?
- 4- O que o (a) senhor (a) acha que o turismo trouxe de bom para as pessoas que vivem no município de Santo Amaro?
- 5- Como o senhor acredita que o morador se beneficia com estes acontecimentos (efeitos positivos)? Quais?
- 6- O (a) senhor (a) acha que o turismo trouxe de ruim para as pessoas que vivem no município de Santo Amaro?
- 7- Como o senhor acredita que o morador sofre com estes acontecimentos (efeitos negativos)? De que forma?
- 8- Como o senhor acredita que o produtor rural pode atuar de forma a contribuir para evitar ou minimizar que algum problema relacionado ao turismo neste município possa ocorrer?
- 9- O (a) senhor (a) acredita que a população local está satisfeita com o turismo no município?

- 10- O senhor identifica hábitos novos que tenham sido incorporados aos hábitos da comunidade local e que seja uma influência do turismo? E os turistas, tratam bem as pessoas do local, respeitam os eventos, a cultura e os hábitos locais? O senhor deseja que estes turistas voltem mais vezes?
- 11- Qual a sua maior preocupação quanto ao desenvolvimento do turismo no município? Por quê?
- 12- Quem você considera ser o principal responsável pelo desenvolvimento do turismo no município? Por quê? Você acredita que ele tem cumprido com seu papel? Como?
- 13- Qual o seu papel, o (a) senhor (a) acredita que caiba ao produtor rural no desenvolvimento do turismo local? Esse papel tem sido cumprido?

III – PERCEPÇÃO SOBRE O FUTURO DO MUNICÍPIO FRENTE AO TURISMO

- 14- Diante da realidade do turismo local, como acredita que será o futuro do município daqui a dez anos?

IV-NAUGURAÇÃO DA PONTE PARA A SEDE DE SANTO AMARO

- 1- Sobre a construção da ponte até a sede, qual foi a sua contribuição? Houve participação da sociedade?
- 2- Antes da conclusão da construção da ponte até a sede, como era o turismo no município?
- 3- Quais as alterações imediatas já percebidas após a inauguração da ponte até a sede?
- 4- Entre as alterações citadas acima, qual se considera mais importante e a mais preocupante? Por quê?

V- OS EFEITOS DA PANDEMIA NO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

- 1- QUAIS FORAM OS IMPACTOS SENTIDOS NO TURISMO DE SANTO AMARO CAUSADOS PELO PANDEMIA? O QUE ACONTECEU COM O TURISMO NO PERÍODO DE QUARENTENA DA PANDEMIA?
- 2- COMO AS PESSOAS QUE VIVIAM DO TURISMO SOBREVIVERAM COM A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?
- 3- COMO FOI A ORGANIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E POPULAÇÃO PARA O RETORNO DO TURISMO COM A REABERTURA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES?

- 4- COMO ESTÁ SENDO O TURISMO NESSE PERÍODO POS QUARENTENA?
- 5- QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO PÓS PANDEMIA?

VI- O OLHAR DAS COMUNIDADES DE SANTO AMARO-MA FRENTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018 E A PRIVATIZAÇÃO DO PNLN

- 1- VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2018? A PARTIR DE QUANDO? VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 2- VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA? COMO SE DEU SUA PARTICIPAÇÃO
- 3- VOCÊ SABE COMO ESTÁ O ANDAMENTO DESSE PROJETO HOJE?
- 4- E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO? VOCÊ TEM CONHECIMENTO?
- 5- VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA? POR QUÊ? QUAIS OS IMPACTOS QUE VOCÊ ACHA QUE ESSE PROJETO PODE CAUSAR NA VIDA DAS COMUNIDADES?
- 6- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA? COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?

ANEXOS



ESTADO DO MARANHÃO
DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SANTO AMARO DO MARANHÃO

DECRETO Nº 010 DE 07 DE JUNHO DE 2019.

DECRETO Nº 010 DE 07 DE JUNHO DE 2019. Dispõe sobre o processo de Credenciamento dos Prestadores de Serviços Turísticos, no âmbito do município de Santo Amaro do Maranhão e dá outras providências. **LUZIANE LOPES RODRIGUES LISBOA**, Prefeita do Município de Santo Amaro do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e; **CONSIDERANDO** o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 243, de 06 de junho de 2017, a Lei Municipal nº 244, de 06 de junho de 2017, art. 10 da Lei Municipal nº 259, de 05 de dezembro de 2018 e art. 15, §2º e Incisos I, II, III e IV da Lei nº 260, de 05 de dezembro de 2018; **CONSIDERANDO** o disposto no art. 9º. Incisos I, II, III, IV, V VI e VII da Lei Federal nº 12.974 de 15 de maio de 2014, que trata do funcionamento das Agências de Turismo e Transportadoras Turísticas; **CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 e suas alterações, que trata do Código de Trânsito Brasileiro; **CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; **CONSIDERANDO** o Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente; **CONSIDERANDO** as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT relativas ao Turismo de Aventura (21103 - Informações mínimas preliminares a clientes; 2110 - Sistema de Gestão de Segurança - Requisitos; 15383 - Condutores de turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 - Competências de pessoal; 15453 - Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 - Requisitos para produto); **DECRETA: Capítulo I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. Art. 1º - Definir critérios para cadastramento e autorização dos serviços de condução de visitantes e transporte em veículo tracionado (4x4 fora-de-estrada) com fins turísticos, nos Parques Municipais de Santo Amaro do Maranhão, bem como para transporte automotivo a fim de atender aos serviços essenciais da população residente. Parágrafo Único. Fica proibido o transporte de visitantes aos Parques Municipais em qualquer tipo de veículo não previsto neste Decreto, plano de manejo ou em outro regulamento específico. Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto entende-se por: I - Condutor de visitantes: pessoa física cadastrada pelo órgão gestor da Unidade de Conservação Municipal, que recebeu capacitação específica e que é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de poder contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação. II - Condutor de veículos automotores: pessoa física cadastrada pelo órgão gestor da Unidade de Conservação Municipal, que recebeu capacitação específica e devida habilitação e é responsável pelo transporte de visitantes aos locais permitidos em segurança e em veículo tracionado. III - Credenciamento:**



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão
 CNPJ-01.612.671/0001-76
 Praça Nossa Senhora da Conceição, s/nº, Centro.
 Santo Amaro do Maranhão - Maranhão

LEI MUNICIPAL Nº 185/2014.

"Dispõe sobre a Política Municipal de Turismo, define as atribuições da Administração Pública Municipal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Santo Amaro do Maranhão – Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Santo Amaro do Maranhão aprovou e ela sancionou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas sobre a Política Municipal de Turismo de Santo Amaro do Maranhão, define as atribuições do Governo Municipal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, em consonância com o disposto na Lei nº 11.771/2008, de 17 de setembro de 2008, conhecida como Lei Geral do Turismo.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 01 (um) ano com finalidade de lazer, negócios ou outras.

Parágrafo único. As viagens e estadas de que trata o caput deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade.

Art. 3º. Caberá a Secretaria Municipal de Turismo estabelecer a Política Municipal de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito regional, municipal e intermunicipal.

Parágrafo único. O Poder Público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico municipal.

CAPÍTULO II - DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO

Seção I - Dos Princípios

Art. 4º. A Política Municipal de Turismo é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico – PMDTUR estabelecido pelo Governo Municipal.



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão
CNPJ-01.612.671/0001-76
Praça Nossa Senhora da Conceição, s/nº, Centro.
Santo Amaro do Maranhão - Maranhão

LEI MUNICIPAL Nº 186/2014.

Institui o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico do Município de Santo Amaro do Maranhão e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santo Amaro do Maranhão – Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Santo Amaro do Maranhão aprovou e ela sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Santo Amaro do Maranhão, que se constitui em um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no Município, integrando sua política econômica, de forma planejada e organizada, consolidando-o como destino turístico e proporcionando a inclusão social de sua população e a conservação do meio ambiente – Anexos I e II.

Art. 2º - A política municipal de turismo, a ser exercida em caráter prioritário pelo Município, compreende todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Município.

Art. 3º - O Governo Municipal, através da Secretaria Municipal de Turismo e do Conselho Municipal de Turismo, órgão de caráter consultivo e deliberativo, coordenará todos os programas oficiais com os da iniciativa privada, visando o estímulo às atividades turísticas no Município, na forma desta lei e das normas dela decorrentes.

Art. 4º - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro do Maranhão (MA), em 24 abril de 2014.

LUZIANE LOPES RODRIGUES LISBOA
Prefeita Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão
CNPJ-01.612.671/0001-76
Praça Nossa Senhora da Conceição, s/nº, Centro.
Santo Amaro do Maranhão - Maranhão

LEI MUNICIPAL Nº 187/2014.

Institui o Conselho Municipal de Turismo, o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências.

CAPITULO I
Do Conselho Municipal de Turismo

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, criado com o objetivo de implementar a Política Municipal de Turismo, junto a Secretaria Municipal de Turismo, como órgão deliberativo e de assessoramento, elegendo a promoção e o incentivo turístico como fatos de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental, nos termos do artigo 180 da Constituição Federal.

Art.2º. Ao Conselho Municipal de Turismo compete:

- I -** Formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de Turismo;
- II -** Propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades do Turismo;
- III -** Opinar sobre projetos de Leis que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- IV -** Apoiar o desenvolvimento de programas e projeto de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas ao município, através da Secretaria Municipal de Turismo;
- V -** Estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infraestrutura adequada à implantação do turismo;
- VI -** Estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do município, a fim de contar os dados necessários para um adequado controle técnico;
- VII -** Programar e executar conjuntamente com a Secretaria Municipal de Turismo, debates sobre temas de interesse turístico;
- VIII -** Apoiar, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Turismo no Cadastro de Informações Turísticas de interesse do município;
- IX -** Promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;
- X -** Apoiar, em nome do município, a realização de congressos, seminários e convenções de interesse para o implemento do turístico;

LEI MUNICIPAL Nº243/2017.

Institui o Sistema de Ordenamento e Controle da Visitação Turística, nas áreas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e na Área de Proteção Ambiental – APA Upaon-Açu Miritiba, Alto Preguiças, através do Voucher Único, no âmbito do município de Santo Amaro do Maranhão e dá outras providências.

LUZIANE LOPES RODRIGUES LISBOA, Prefeita Municipal de Santo Amaro do Maranhão, com base na Lei Orgânica Municipal, nos instrumentos que normatizam a visitação turística no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e de acordo com os objetivos de manutenção e preservação da Área de Proteção Ambiental – APA Upaon-Açu, Miritiba, Alto Preguiças, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Considerando o Art. 2º, inciso XVIII da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC, que estabelece as áreas denominadas Zona de Amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;

Considerando as normas da visitação pública do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, estabelecidas através do seu Plano de Manejo, homologado em 2003 e conforme a Portaria ICMBio/MMA nº 199 de 18 de maio de 2017;

Considerando os objetivos e normas para manutenção e preservação dos ecossistemas costeiros do litoral leste maranhense, englobados na Área de Proteção Ambiental - APA Upaon-Açu Miritiba, Alto Preguiças, através do Decreto nº 12. 428 de 05 de junho de 1992;

Art. 1º. O acesso às áreas inseridas na zona de amortecimento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, terrestres ou aquáticas, no âmbito do município de Santo Amaro do Maranhão fica restrito apenas a veículos credenciados ou autorizados.

§1º. O credenciamento de Veículos, terrestres ou aquáticos, se aplica apenas aos Prestadores de Serviços Turísticos.

§2º. A autorização de veículos, terrestres ou aquáticos, se aplica a moradores locais, em suas necessidades de deslocamento e lazer, e será emitida pela Prefeitura de Santo Amaro, em conjunto com o ICMBio/MMA quando se referir a moradores do interior dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão
 C.N.P.J. nº 01.612.671/0001-76
 Praça Nossa Senhora da Conceição, s/nº - Centro.
 Santo Amaro do Maranhão - Maranhão

LEI MUNICIPAL Nº244/2017.

Dispõe sobre a implantação do Sistema de Controle, Ordenamento e Circulação de Veículos Automotores no município de Santo Amaro do Maranhão e dá outras providências.

Luziane Lopes Rodrigues Lisboa, Prefeita do Município de Santo Amaro do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionada e presente Lei:

Art. 1º. Nos termos do artigo 24, X, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), fica o Poder Executivo autorizado a implantar, manter e operar o sistema de controle e ordenamento de veículos automotores, no âmbito do município de Santo Amaro do Maranhão.

Art. 2º. O sistema tem por objetivo o controle de entrada e saída de veículos automotores, a capacidade de carga da oferta turística e preservação das condições de habitabilidade dos moradores do município de Santo Amaro do Maranhão.

Art. 3º. Para efeito de controle e ordenamento será obrigatório, o credenciamento dos veículos automotores, de propriedade de moradores junto à Prefeitura de Santo Amaro do Maranhão.

Art. 4º. O sistema de controle e ordenamento de veículos automotores funcionará com a seguinte estrutura:

I – Posto de controle e fiscalização a ser instalado no Km 08 (oito) da Rodovia MA- 320, no Povoado Rio Grande;

II – Posto de controle e fiscalização no Km 36 da Rodovia MA- 320, no Bairro Olho D'Água.

III – Estacionamento público municipal, a ser implantado no Km 36 da Rodovia MA – 320.

Art. 5º. O sistema atenderá exclusivamente aos veículos automotores sem autorização para circular no Bairro Olho D'Água, nas vias urbanas da Sede municipal, distritos e em todas as áreas turísticas do município de Santo Amaro do Maranhão.

§1º. A exploração do estacionamento previsto neste artigo poderá ser objeto de concessão ou permissão, a critério do Poder Executivo, observados as disposições da Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995.

§2º. Deverá ser criado um Comitê, formado por representantes do Poder Público e sociedade civil, com a função de aprimorar os serviços estabelecidos.

§3º. As regras sobre preços, tempo de permanência e a forma de exploração dos serviços do estacionamento público, serão estabelecidas pela Prefeitura de Santo Amaro do Maranhão.



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão
C.N.P.J. 01.812.871/0001-78
Praça Nossa Senhora da Conceição, s/nº - Centro - Santo Amaro do Maranhão.

**LEI MUNICIPAL Nº259, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.
(REPUBLICAÇÃO ERRATA)**

LEI MUNICIPAL Nº259, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018. (REPUBLICAÇÃO). *Dispõe o Controle e Ordenamento da Visitação Pública nos atrativos turísticos do município de Santo Amaro do Maranhão e dá outras providências.* Luziane Lopes Rodrigues Lisboa, Prefeita do Município de Santo Amaro do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, considerando a Ementa da Comissão Municipal de Turismo de 09 de agosto de 2018; o disposto na Lei 243 de 06 de junho de 2017, que Institui o Sistema de Ordenamento e Controle da Visitação Turística; o Encarte 6D dos anexos do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e, sua aplicação para a Zona de Amortecimento; a Lei Geral do Turismo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei: Considerando os objetivos da Política Nacional de Turismo, previstos na Lei Federal nº 11.771 de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo) e conforme disposto na Lei Municipal nº 243/2017, sobre Controle e Ordenamento da atividade turística, o município de Santo Amaro do Maranhão, implementar ações que possibilitem: I - ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico; II - estimular a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos, com vistas em atrair turistas nacionais e estrangeiros, diversificando os fluxos entre as comunidades e buscando beneficiar, especialmente, as áreas de menor nível de desenvolvimento econômico e social; III - promover e descentralizar em seu território, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica; IV - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural; V - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística; VI - prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos; VII - desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos; VIII - propiciar a competitividade do setor por meio da melhoria da qualidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços, da busca da originalidade e do aumento da produtividade dos agentes públicos e empreendedores turísticos privados; IX - estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão
 C.N.P.J. 01.812.871/0001-78
 Praça Nossa Senhora da Conceição, s/nº - Centro - Santo Amaro do Maranhão.

**LEI MUNICIPAL Nº260, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.
 (Republicação Errata)**

LEI MUNICIPAL Nº260, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018. (Republicação Errata) -
 Dispõe sobre a implantação do Estacionamento Público Municipal e o Sistema de Controle, Ordenamento e Circulação de Veículos Automotores no município de Santo Amaro do Maranhão e dá outras providências. Luziane Lopes Rodrigues Lisboa, Prefeita do Município de Santo Amaro do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionada e presente Lei: Art. 1º. Nos termos do artigo 24, X, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e o disposto na Lei Municipal nº 244/2017, fica o Poder Executivo autorizado a implantar, manter e operar o Estacionamento Público Municipal, o Sistema de Controle e Ordenamento de veículos automotores, no âmbito do município de Santo Amaro do Maranhão. Art. 2º. O Estacionamento Público Municipal tem por objetivo a guarda, com conseqüente redução do número de veículos automotores em circulação na Sede do município de Santo Amaro do Maranhão, assegurando a fluidez do trânsito e as condições de habitabilidade da população residente. Paragrafo único - O sistema tem por objetivo o controle de entrada e saída de veículos automotores, assegurando o direito ao livre acesso por parte da população residente, assim como a preservação dos recursos naturais. Art. 3º. Conforme previsto na Lei 244/2017, o sistema de controle e ordenamento de veículos automotores funcionará com a seguinte estrutura: I – Posto de controle e fiscalização a ser instalado no Km 08 (oito) da Rodovia MA- 320, no Povoado Rio Grande; II – Posto de controle e fiscalização no Km 36 da Rodovia MA- 320, no Bairro Olho D'Água, interligado ao Portal de Santo Amaro. Art. 4º. O sistema atenderá aos transportes de excursões, as linhas regulares que operam o trecho Santo Amaro/São Luís/Santo Amaro e outros destinos, bem como aos veículos automotores sem autorização para circular no Bairro Olho D'Água, nas vias urbanas da Sede municipal, distritos e em todas as áreas turísticas do município de Santo Amaro do Maranhão. Art. 5º. Considerando o que estabelece o §3º do art. 6º, da Lei Municipal nº 244/2017, sobre regras, preços, tempo de permanência e a forma de exploração dos serviços do estacionamento público, o valor do estacionamento por veículos de passeios, utilitários, vans, micro-ônibus e ônibus de excursões, entre 01 a 24 horas, será: I - Ônibus - R\$ 50,00 (Cinquenta Reais). II - Micro-ônibus - 30,00 (Trinta Reais); III - Vans - 20,00 (Vinte Reais); IV - Veículos de passeio - R\$ 10,00 (Dez Reais). Art. 6º. O Valor do serviço do traslado entre o Estacionamento Público Municipal/Terminal Turístico Rodoviário e a Sede Municipal, conforme previsto no art. 15 da Lei nº 244/2017, passa a ter como referencia os

SELO CIRCULAÇÃO PROVISÓRIA



DADOS QUANTITATIVOS REFERENTES ÀS EMPRESAS DE SANTO AMARO-MA DE 2010 A 2020 FORNECIDOS PELA JUNTA
COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO EM 17/03/2021

Atividade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Agências de viagens	7	8	10	13	15	17	19	46	73	105	107
Atividades de condicionamento físico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0
Atividades de sonorização e de iluminação	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Atividades do Correio Nacional	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Bancos múltiplos, com carteira comercial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento	0	0	0	2	2	3	4	4	4	4	4
Cabeleireiros, manicure e pedicure	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0
Campings	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Casas de festas e eventos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Casas lotéricas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas	1	2	2	1	2	2	2	4	4	5	6
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	0	0	0	1	2	2	2	2	1	0	0
Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	2
Comercio varejista de artigos de armarinho	2	1	2	2	2	1	1	1	2	2	2
Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1
Comércio varejista de artigos de colchoaria	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Comércio varejista de artigos de óptica	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Comércio varejista de artigos de papelaria	0	1	1	1	1	1	2	2	2	3	4

Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	3	5	8	9	9	10	10	12	10	11	10
Comércio varejista de artigos esportivos	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Comércio varejista de bebidas	0	0	1	3	3	3	3	3	2	2	4
Comércio varejista de calçados	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	2
Comércio varejista de carnes - açougues	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	3
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	2	2	3	4	5	5	5	7	7	7	7
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	0	0	1	1	1	1	1	2	1	1	1
Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	0	0	0	3	2	2	2	2	2	2	3
Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
Comércio varejista de laticínios e frios	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0
Comércio varejista de lubrificantes	1	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Comércio varejista de materiais de construção em geral	5	6	6	7	7	8	7	7	10	12	13
Comércio varejista de medicamentos veterinários	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	12	16	17	17	17	16	17	17	13	16	22
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Comércio varejista de móveis	2	3	3	3	3	3	3	3	3	5	6
Comércio varejista de objetos de arte	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	0	1	1	1	1	2	2	3	5	3	3
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	1	2	3	3	3	4	4	5	4	5	6

Pensões (alojamento)	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Promoção de vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Restaurantes e similares	1	1	2	3	4	5	6	9	11	15	21
Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Serviço de táxi	0	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Serviços ambulantes de alimentação	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3
Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Serviços de pintura de edifícios em geral	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0
Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	0	1	1	1	1	2	1	1	1	1	4
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	0	0	0	0	0	1	2	3	4	5	5
Total	71	93	121	139	150	165	181	229	251	318	365

Ano	Abertura	Orçamentos	Estoque
2010	71	0	71
2011	94	1	93
2012	123	2	121
2013	144	5	139
2014	158	8	150
2015	180	15	165
2016	201	20	181
2017	251	22	229
2018	317	66	251
2019	399	81	318
2020	459	94	365

